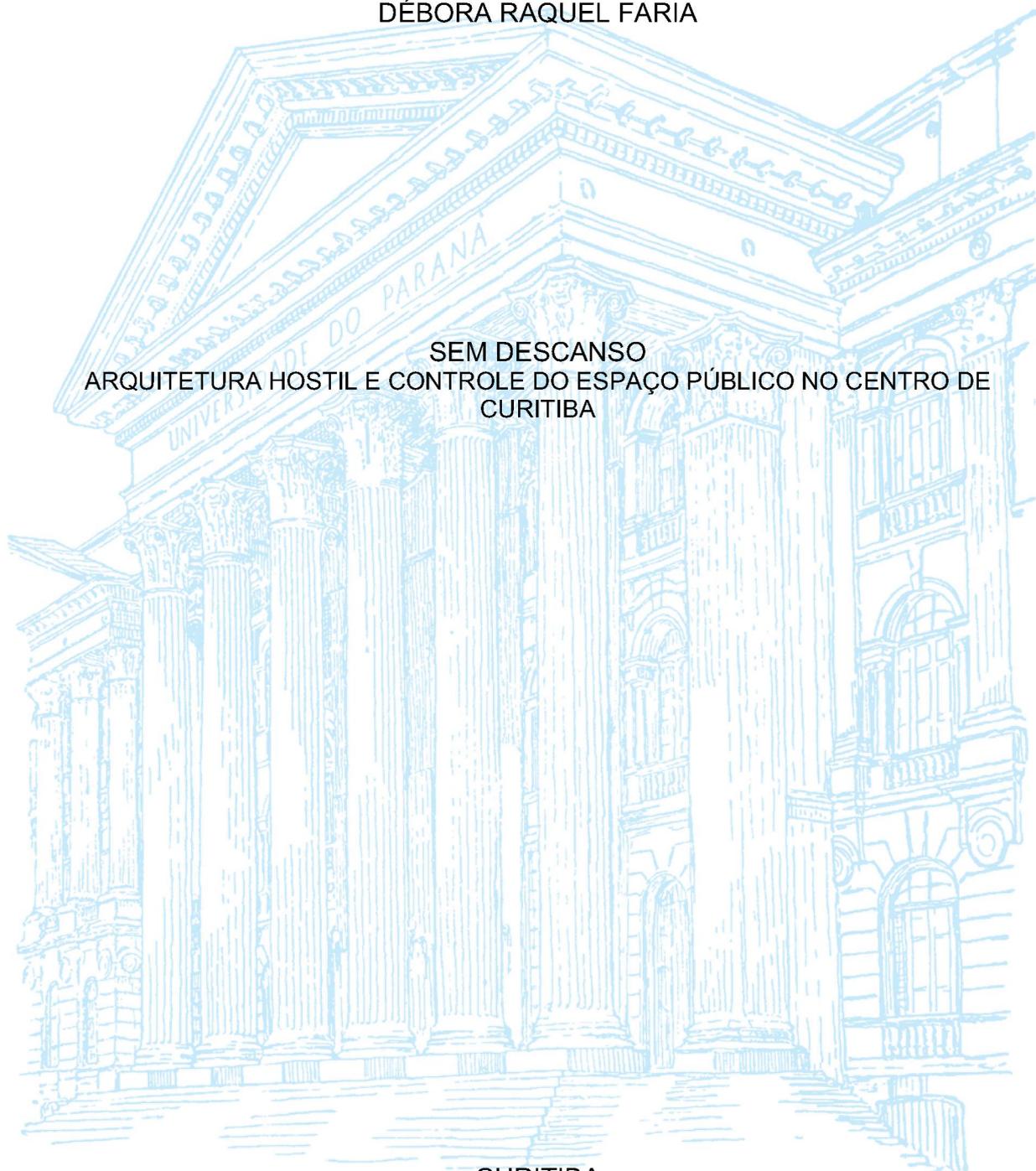


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DÉBORA RAQUEL FARIA

SEM DESCANSO
ARQUITETURA HOSTIL E CONTROLE DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO DE
CURITIBA



CURITIBA
2020

DÉBORA RAQUEL FARIA

SEM DESCANSO
ARQUITETURA HOSTIL E CONTROLE DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO DE
CURITIBA

Trabalho apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano, no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, Setor de Tecnologia, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Filla Rosaneli.

CURITIBA
2020

Catálogo na Fonte: Sistema de Bibliotecas, UFPR
Biblioteca de Ciência e Tecnologia

F224s Faria, Débora Raquel
Sem descanso: [recurso eletrônico] arquitetura hostil e controle do espaço público no centro de Curitiba / Débora Raquel Faria. – Curitiba, 2020.

Dissertação - Universidade Federal do Paraná, Setor de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, 2020.

Orientador: Alessandro Filla Rosaneli.

1. Arquitetura. 2. Espaços públicos. I. Universidade Federal do Paraná. II. Rosaneli, Alessandro Filla. III. Título.

CDD: 711.4

Bibliotecária: Vanusa Maciel CRB- 9/1928



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PLANEJAMENTO
URBANO - 40001016104P3

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em PLANEJAMENTO URBANO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **DEBORA RAQUEL FARIA** intitulada: **SEM DESCANSO: ARQUITETURA HOSTIL E CONTROLE DO ESPAÇO PÚBLICO NO CENTRO DE CURITIBA**, sob orientação do Prof. Dr. ALESSANDRO FILLA ROSANELI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Agosto de 2020.

Assinatura Eletrônica

31/08/2020 17:49:49.0

ALESSANDRO FILLA ROSANELI

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

01/09/2020 10:37:00.0

RODRIGO JOSÉ FIRMINO

Avaliador Externo (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

31/08/2020 18:12:31.0

DANIELE REGINA PONTES

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

CAMPUS CENTRO POLITÉCNICO - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 81530-990 - Tel: (41) 3361-3702 - E-mail: PPU@UFPR.BR

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 51204

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 51204

AGRADECIMENTOS

A realização dessa pesquisa foi possível graças a muitas pessoas que me acompanharam e auxiliaram durante esse trabalho. Agradeço, antes de tudo, a minha mãe, Maria Madalena Alves Leitão, que esteve comigo não apenas nos últimos dois anos, mas ao longo da vida toda, como exemplo de paciência e otimismo, ensinando-me que nada é permanente. Não há mal-estar que não passe e nenhuma circunstância que não possa mudar. Agradeço a meu irmão, Fernando Augusto Faria, por compartilhar comigo a vida desde o primeiro momento, sabendo da minha história coisas que ninguém mais sabe. A meu pai, pelos resgates financeiros que possibilitaram a continuidade de meus estudos.

Especialmente importante, para a minha vida acadêmica, foi a contribuição de meu orientador, Alessandro Filla Rosaneli, que confiou em mim desde nossos primeiros encontros. Não poderia deixar de registrar minha imensa admiração pelo professor Alessandro, por sua ética de pesquisa, por exercer um trabalho sério na formação de novos pesquisadores e por compartilhar o conhecimento de maneira generosa.

Agradeço também à Universidade Federal do Paraná, que me impressionou de muitas maneiras, em especial pelo ótimo corpo profissional e docente e pelos serviços que disponibiliza à comunidade externa. A UFPR foi ainda admirável em seu posicionamento em defesa do ensino público e de qualidade, nesses tempos de incerteza e ataques às instituições de ensino federais.

Agradeço a todos os professores e colegas do PPU e do Observatório do Espaço Público, por proporcionarem um ambiente leve, respeitoso e saudável para o debate. Tenho agradecimentos especiais a minha amiga Gláucia Dalmolin, que me acompanhou nos estudos desde antes do nosso ingresso no mestrado e que continuou como parceira talentosa e aberta ao diálogo em outros trabalhos dentro e fora da academia; a Débora Furlan, pelas diversas assessorias em QGIS, e à professora Madianita Nunes da Silva, com quem aprendi muito sobre o urbanismo e a prática docente.

Por último, mas de imensa importância, agradeço a todos meus amigos pelo poder de deixar minha vida mais leve e divertida mesmo em momentos de estresse. Obrigada, meus amores, pelas risadas e acolhimentos. Não listarei muitos nomes, afastando o risco de esquecer alguém. Deixo apenas meu agradecimento especial a Joseane Prezotto e Thiago Bragança Braga, pelas conversas e revisões de texto, e a Juliano Evangelista, pela parceria em todos os momentos.

RESUMO

Consideram-se arquiteturas hostis estratégias de controle social que, através da arquitetura e do design, pretendem excluir grupos considerados indesejáveis, tais como população em situação de rua e adolescentes, do espaço público. Esta pesquisa busca verificar quais são os padrões espaciais gerados pela arquitetura hostil no Centro da cidade de Curitiba, investigando em que medida ela promove alterações na essência do espaço público. Para isso, utilizou-se como principal método de pesquisa a observação direta do ambiente físico, colhendo dados sobre aspectos físicos e funcionais do espaço. A pesquisa de campo percorreu todas as ruas do centro de Curitiba e utilizou a fotografia como principal recurso para coleta e registro de dados. A partir de mapas e tabelas, que sintetizam o trabalho de campo, procedeu-se à análise qualitativa dos dados. A pesquisa constatou que a arquitetura hostil opera no Centro de Curitiba de forma a diminuir o espaço público, material e imaterial, permitindo que estruturas privadas avancem sobre o espaço de uso e de propriedade pública. Conclui-se ainda que as limitações impostas pela arquitetura hostil impulsionam a transferência de funções tradicionalmente públicas para a esfera privada. Com isso, atividades de lazer e sociabilidade são retiradas do espaço público, convertendo-o em um espaço com função principal de circulação.

Palavras-chave: Arquitetura hostil. Espaço público. Medo urbano. Espaços centrais.

ABSTRACT

Hostile architectures are social control strategies that, through architecture and design, intend to exclude undesirable groups, such as homeless people and loitering teenagers, from the public space. This research aims to verify what are the consequences of hostile architecture in Curitiba city center, investigating to what extent it alters the public space essence. For this end, the direct observation of the physical environment was the main research method, through which data about physical and functional aspects of space were collected. The fieldwork covered all the streets of Curitiba center city and used photography as the main resource for data collection and record. From maps and tables, which synthesize the fieldwork, the qualitative analysis was performed. The research found that hostile architecture operates in downtown Curitiba in order to reduce the material and immaterial public space, allowing private structures to advance over it. It also concluded that the limitations imposed by hostile architecture drive the transfer of traditionally public functions to the private sphere. With this, leisure and sociability activities are removed from the public space, converting it into a circulation space predominantly.

Keywords: Hostile architecture. Public space. Urban fear. City centers.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-------------------------------------|
| FIGURA 1- SISTEMA DE HIERARQUIA DE ESPAÇOS E DE VIGILÂNCIA NATURAL PROPOSTO POR OSCAR NEWMAN | 53 |
| FIGURA 2 - PESSOAS UTILIZANDO ASSENTOS SECUNDÁRIOS. | 59 |
| FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DO CENTRO DE CURITIBA | 64 |
| FIGURA 4 - POSIÇÃO DO PLANO AGACHE EM RELAÇÃO AOS LIMITES DO MUNICÍPIO | 65 |
| FIGURA 5 -ESQUEMA QUE MOSTRA OS EIXOS CRESCIMENTO LINEAR DE CURITIBA, CONTORNE O PLANO SERETE/WILHEIM. | 66 |
| FIGURA 6 - GALERIAS CONSTRUÍDAS NOS PARÂMETROS DO PLANO MASSA NA AV. SETE DE SETEMBRO..... | 67 |
| FIGURA 7 - ARQUITETURA ECLÉTICA DO INÍCIO DO SÉCULO XX NO CENTRO DE CURITIBA..... | 68 |
| FIGURA 8 - EDIFICAÇÕES VAZIAS NO ENTORNO DA PRAÇA TIRADENTES..... | 68 |
| FIGURA 9 - LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS NA REGIÃO CENTRAL. | ERROR! BOOKMARK NOT DEFINED. |
| FIGURA 10 - UDH CENTRO-REBOUÇAS E UDH CENTRO | 70 |
| FIGURA 11 - ZONEAMENTOS PRESENTES DO CENTRO DE CURITIBA | 71 |
| FIGURA 12 - SETOR PREFERENCIAL DE PEDESTRES - SEPE..... | 74 |
| FIGURA 13 - BOQUEIO/APROPRIAÇÃO PRIVADA EM GALERIA COBERTA NA AV. SETE DE SETEMBRO..... | 82 |
| FIGURA 14 - DISPOSITIVOS HOSTIS: VASOS E MOBILIÁRIOS NA AV. SETE DE SETEMBRO..... | 82 |
| FIGURA 15 - GRADES SOB GALERIAS COBERTAS AV. SETE DE SETEMBRO..... | 83 |
| FIGURA 16 - LOTES COM GALERIAS E PONTOS DE ARQUITETURA HOSTIL NA AV. SETE DE SETEMBRO EM 2017 E 2018 | 84 |
| FIGURA 17 - DELIMITAÇÃO ESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO | 86 |
| FIGURA 18 - MAPA DA ÁREA DE ESTUDO COM TRAJETOS REALIZADOS EM CADA VISITA DE CAMPO..... | 89 |
| FIGURA 19 - DISPOSIÇÃO BÁSICA DE PINOS, DISPOSIÇÃO LINEAR RUA ÉBANO PEREIRA (A), E VARIAÇÕES DA VERSÃO SIMPLES DOS PINOS NA PRAÇA TIRADENTES, (B) E NA RUA SENADOR ALENCAR GUIMARÃES (C). | 92 |
| FIGURA 20 - PINOS COM DISPOSIÇÃO LINEAR (A) INCLINADOS NA RUA FRANCISCO TORRES, E COM FORMATO TRIANGULAR NA RUA VICENTE MACHADO..... | 92 |
| FIGURA 21 - PINOS FIXADOS NA PAREDE NA RUA PEDRO IVO, AO LADO DO TERMINAL DO GUADALUPE (A); E DISPOSTOS EM DIVERSAS PARTES NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO..... | 93 |
| FIGURA 22 - ESPETOS NA (A) AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA, E (B) NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA..... | 94 |
| FIGURA 23 - ARCOS DE FERRO (A)EM SOLEIRAS NA AV. PRES. AFFONSO CAMARGO E NA (B) RUA MARECHAL DEODORO; E EM PLATAFORMA ELEVADA NA (C) RUA PEDRO IVO..... | 95 |
| FIGURA 24 - GRADIS SOBRE MURETAS DE FLOREIRAS (A) NA RUA TREZE DE MAIO, E (B) EM NICHOS DE FACHADA NA RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA..... | 96 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 25 - GRADIS TRABALHADOS (ORNAMENTADOS) (A) NA RUA MONSENHOR CELSO E (B) NA RUA SENADOR ALENCAR GUIMARÃES..... | 97 |
| FIGURA 26 - GRADIL INCLINADO (A) NA RUA PEDRO IVO, E (B) COM FUNÇÃO ADICIONAL DE SEGURANÇA NA RUA DOUTOR MURICY | 97 |
| FIGURA 27 - GRADIS ALTOS EM SOLEIRAS DE LOJAS (A) RUA ANDRÉ DE BARROS, (B) E CERCANDO CANTEIRO RUA PEDRO IVO | 98 |
| FIGURA 28 - GRADIL ALTO (A) NA RUA COMENDADOR ARAÚJO, (B) NA RUA AMINTAS DE BARROS..... | 98 |
| FIGURA 29 - PLANTAS NO ALINHAMENTO (A) JUNTO A MURO NA RUA TIBAGI, E (B) EM FRENTE A PAINEL DE VIDRO NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO | 100 |
| FIGURA 30 - COROAS-DE-CRISTO PRÓXIMAS A MUROS (A) NA RUA PROFESSOR FERNANDO MOREIRA E (B) NA RUA NESTOR DE CASTRO | 100 |
| FIGURA 31 - GRUPO DE VASOS EM GALERIAS (A) NA RUA LOURENÇO PINTO, (B) EM NICHOS NA RUA ANDRÉ DE BARROS | 101 |
| FIGURA 32 - GRUPO DE VASOS SOB MARQUISE (A) NA RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, E (B) SOBRE MURETAS NA RUA BENJAMIN CONSTANT | 101 |
| FIGURA 33 - GRUPO DE VASOS SOBRE PLATAFORMA ELEVADA NA (A) NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO; E (B) SOBRE ESCADARIA NA RUA TREZE DE MAIO..... | 102 |
| FIGURA 34 - FLOREIRAS ALTAS (A) NA PRAÇA GEN. OSÓRIO, (B) NA RUA AMINTAS DE BARROS, (C) RUA SÃO FRANCISCO | 103 |
| FIGURA 35 - GRADEAMENTO DE NICHOS (A) NA RUA CRUZ MACHADO, E (B) NA RUA AMINTAS DE BARROS..... | 104 |
| FIGURA 36 - GRADE DE ÁREA RECUADA EM HOTEL NA RUA CÂNDIDO LEÃO..... | 105 |
| FIGURA 37 - GRADEAMENTO DE JARDIM NO RECUO PREDIAL E MARQUISE NA RUA AUGUSTO STELLFELD..... | 105 |
| FIGURA 38 - GRADEAMENTO DE ESCADAS (A) NA RUA BENJAMIN CONSTANT, E (B) NA RUA ANDRÉ DE BARROS | 106 |
| FIGURA 39 - GRADES EM GALERIAS EM FRENTE A CONJUNTO COMERCIAL NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO..... | 107 |
| FIGURA 40 - GRADEAMENTO DE GALERIA NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO..... | 107 |
| FIGURA 41 - GRADEAMENTO DE MARQUISE EM (A) DE EDIFÍCIO RESIDENCIAL NA RUA CONSELHEIRO LAURINDO, E (B) EDIFÍCIO INSTITUCIONAL NA RUA NESTOR DE CASTRO | 108 |
| FIGURA 42 - GRADES EM JARDINS EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS NA RUA PROF. FERNANDO MOREIRA..... | 108 |
| FIGURA 43 - FECHAMENTO DO RECUO COM MURO DE VIDRO (A) NA RUA LAMENHA LINS E (B) NA RUA AMINTAS DE BARROS | 109 |
| FIGURA 44 - MURO DE VIDRO EM VOLTA DE JARDIM NA PRAÇA TIRADENTES..... | 109 |
| FIGURA 45 - (A) PARACICLO NA RUA SENADOR ALENCAR GUIMARÃES, E (B) BANCO COM DIVISÕES NA RUA NESTOR DE CASTRO | 110 |
| FIGURA 46 - CHUVEIRO ANTIMENDIGO NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO..... | 110 |
| FIGURA 47 - PLANOS INCLINADOS (A) NA ALAMEDA DOUTOR MURICY E (B) NA RUA SALDANHA MARINHO..... | 111 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 48 - CHAPA DE FERRO INCLINADA NA (A) RUA DOUTOR FAIVRE, E (B) NA RUA ANDRÉ DE BARROS | 112 |
| FIGURA 49 - VASOS, PINOS NO CHÃO E PINOS SOBRE OS VASOS NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM 2019..... | 113 |
| FIGURA 50 - MURETA COM PEDRAS E CORRENTES NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA..... | 113 |
| FIGURA 51 - CHAPA DE FERRO COM ESPETOS NA RUA RIACHUELO..... | 114 |
| FIGURA 52 - BARRA DE SUPORTE DE PLACA COM ESPETOS USADOS PARA IMPEDIR QUE PESSOAS SE PENDUREM OU SUBAM, NA RUA PEDRO IVO | 115 |
| FIGURA 53 - PREGOS SOBRE NICHOS DE JANELA NA RUA SALDANHA MARINHO..... | 116 |
| FIGURA 54 - CHAPA DE PROTEÇÃO DE LOJA USADA COMO ARQUITETURA HOSTIL NA RUA CÂNDIDO LEÃO | 116 |
| FIGURA 55 - PINOS QUE SE DIFERENCIAM EM SUA FORMA NA RUA ANDRÉ DE BARROS: (A) PINOS ALTOS, (B) PINOS ALTOS E COM SUPERFÍCIES PLANAS EM SUA EXTREMIDADE SUPERIOR..... | 117 |
| FIGURA 56 - (A) PEDRAS DE PAVIMENTAÇÃO NA RUA GENERAL CARNEIRO; (B) PAVERS NA AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA | 118 |
| FIGURA 57 - GRÁFICO COM QUANTIDADES E PORCENTAGENS DE ARQUITETURAS HOSTIS CONFORME CLASSIFICAÇÃO POR TIPO | 120 |
| FIGURA 58 - DIAGRAMA COM RELAÇÕES E SOBREPOSIÇÕES ENTRE RESTRIÇÕES DE REPOUSO E PERMANÊNCIA | 123 |
| FIGURA 59 - MAPA COM LOCALIZAÇÃO DE ARQUITETURAS HOSTIS QUE RESTRINGEM PERMANÊNCIA E DESCANSO | 124 |
| FIGURA 60 - PINOS INSTALADOS EM SOLEIRA A NÍVEL DO CHÃO | 125 |
| FIGURA 61 - LOCAIS COM DISPONIBILIDADE PARA ASSENTO: (A) RUA BARÃO DO RIO BRANCO, (B) RUA DESEMBARGADOR MOTTA, E (C) RUA CONSELHEIRO ARAÚJO | 126 |
| FIGURA 62 - DIAGRAMA COM RELAÇÕES ENTRE AS RESTRIÇÕES DE ACESSO | 127 |
| FIGURA 63 - GRADES COM VASOS DE PLANTA EM SEU INTERIOR NA AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO..... | 128 |
| FIGURA 64 - GALERIA NA AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM 2014, ANTES DA IMPLANTAÇÃO DE ARQUITETURAS HOSTIS..... | 129 |
| FIGURA 65 - GALERIA COM UM CONJUNTO DE VASOS NA AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM 2015..... | 129 |
| FIGURA 66 - MAPA COM LOCALIZAÇÃO DAS ARQUITETURAS HOSTIS QUE RESTRINGEM ACESSO | 130 |
| FIGURA 67 – IMPEDIMENTO DE ACESSO A JARDINS | 131 |
| FIGURA 68 - IMPEDIMENTO DE ACESSO A ÁREAS COBERTAS | 131 |
| FIGURA 69 – LOCALIZAÇÃO DAS ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA DE ESTUDO CONFORME SEU TIPO | 133 |
| FIGURA 70 – ÁREA DE ESTUDO COM TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES..... | 135 |
| FIGURA 71 - GRÁFICO DE QUANTIDADE DE ARQUITETURAS HOSTIS INSTALADAS, CONFORME O TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES | 135 |
| FIGURA 72 – LOCALIZAÇÃO DE ARQUITETURAS HOSTIS EM ESPAÇOS PÚBLICOS .. | 136 |
| FIGURA 73 - FECHAMENTO COM GRADES DA TRAVESSA JÚLIO DE CAMPOS..... | 136 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 74 - MAPA DE CALOR - CONCENTRAÇÃO DE ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA DE ESTUDO. | 137 |
| FIGURA 75 – TIPOS DE ARQUITETURA HOSTIS NA ÁREA 1 – PRAÇA TIRADENTES ... | 138 |
| FIGURA 76 – TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES COM ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA 1 – PRAÇA TURADENTES. | 139 |
| FIGURA 77 – MAPA DE SITUAÇÃO DA ÁREA 1 – PRAÇA TIRADENTES | 140 |
| FIGURA 78 - PRAÇA TIRADENTES. (A) PARTE DOS TERMINAIS DE ÔNIBUS COM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS; (B) VISTA DA PARTE INTERNA DA PRAÇA; (C) VISTA PANORÂMICA COM PARTE DO ENTORNO | 141 |
| FIGURA 79 - ARQUITETURAS HOSTIS (A) NA LATERAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ E (B) LATERAL DO EDIFÍCIO DO BANCO DO BRASIL | 142 |
| FIGURA 80 - VISTA DO TERMINAL E DAS LOJAS NA TV. NESTOR DE CASTRO | 142 |
| FIGURA 81 - FUNDO DE EDIFICAÇÕES GRADEADOS NA RUA SALDANHA MARINHO | 143 |
| FIGURA 82 - VITRINE VOLTADA PARA A RUA SALDANHA MARINHO. O ACESSO À LOJA É PELA RUA JOSÉ BONIFÁCIO | 144 |
| FIGURA 83 - UNIDADE COMERCIAL COM GRADES SOBREPOSTAS NA RUA SALDANHA MARINHO..... | 145 |
| FIGURA 84 - INSTALAÇÃO DE PINOS EM SUPERFÍCIE NO INTERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA NA RUA SALDANHA MARINHO | 146 |
| FIGURA 85 – FOTOS PANORÂMICAS DO TERMINAL GUADALUPE | 147 |
| FIGURA 86 – TIPOS DE ARQUITETURA HOSTIL NA ÁREA 2 – TERMINAL DO GUADALUPE/PRAÇA SENADOR CORREIA | 148 |
| FIGURA 87 – TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES COM ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA 2 – TERMINAL DO GUADALUPE/PRAÇA SENADOR CORREIA | 149 |
| FIGURA 88 - GRADES DE SEGURANÇA NO SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DE GUADALUPE..... | 150 |
| FIGURA 89 - GRADEAMENTO DE NICHOS SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DO GUADALUPE..... | 151 |
| FIGURA 90 - GRADES E PINOS EM FRENTE AO EDIFÍCIO DO DETRAN E DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL | 152 |
| FIGURA 91 – MAPA DE SITUAÇÃO DA ÁREA 2 – TERMINAL GUADALUPE/PRAÇA SENADOR CORREIA..... | 153 |
| FIGURA 92 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM REENTRÂNCIAS DE EDIFÍCIOS E EM FRENTE A FACHADAS | 154 |
| FIGURA 93 – MAPA DE SITUAÇÃO DA ÁREA A - PASSEIO PÚBLICO, COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ E CÍRCULO MILITAR..... | 156 |
| FIGURA 94 - VISTA DAS RUAS LUIZ LEÃO E AGOSTINHO LEÃO JÚNIOR..... | 156 |
| FIGURA 95 - TIPOS DE ARQUITETURA HOSTIS NA ÁREA B – RUA BRIGADEIRO FRANCO..... | 157 |
| FIGURA 96 - GRADEAMENTO DE MARQUISE NA RUA CARLOS DE CARVALHO E APARATO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA | 158 |
| FIGURA 97 - TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES COM ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA B – RUA BRIGADEIRO FRANCO..... | 159 |
| FIGURA 98 - ARRANJOS VEGETAIS E ESPETOS NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA | 159 |

| | |
|--|-----|
| FIGURA 99 - VENDEDOR AMBULANTE NA RUA GENERAL CARNEIRO | 161 |
| FIGURA 100 - FUNCIONÁRIO DE LANCHONETE NA RUA NESTOR DE CASTRO | 161 |
| FIGURA 101 - VENDEDORES DE ARTESANATO RUA XV DE NOVEMBRO | 162 |
| FIGURA 102 - VENDEDORES DE CELULAR NA RUA MONSENHOR CELSO | 162 |
| FIGURA 103 - PESSOAS DESCANSANDO NA RUA MONSENHOR CELSO/PRAÇA TIRADENTES | 162 |
| FIGURA 104 – HOMEM SENTADO SOBRE PINOS NA PRAÇA TIRADENTES | 162 |
| FIGURA 105 - HOMEM SENTADO SOBRE GRADIL NA RUA AMINTAS DE BARROS..... | 163 |
| FIGURA 106 - HOMEM SENTADO SOBRE PEDREGULHOS NA RUA GENERAL CARNEIRO..... | 163 |
| FIGURA 107 - GRUPO DE PESSOAS SENTADO EM FRENTE À GRADE NA RUA ALFREDO BUFREN | 163 |
| FIGURA 108 - HOMEM TRABALHANDO EM SUPERFÍCIES COM PINOS NA RUA XV DE NOVEMBRO..... | 163 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| TABELA 1 - RELAÇÃO ENTRE PROBLEMATIZAÇÃO E TERMOS DA BUSCA | 23 |
| TABELA 2 - DADOS DE POPULAÇÃO E IDHM NAS UDHS E NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA..... | 70 |
| TABELA 3 - TABELA SÍNTESE DAS PESQUISAS NA AV. SETE DE SETEMBRO 2017 E 2018..... | 83 |
| TABELA 4 - TABELA SÍNTESE COM QUANTIDADES, TIPOS E RESTRIÇÕES DAS ARQUITETURAS HOSTIS | 120 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 OBJETIVOS | 19 |
| 1.2 JUSTIFICATIVA | 20 |
| 1.3. ESTADO DA ARTE | 22 |
| 2. ARQUITETURA HOSTIL, O ESPAÇO PÚBLICO, O MEDO, SEGURANÇA E VITALIDADE URBANA | 30 |
| 2.1. ARQUITETURA HOSTIL OU ARQUITETURA DO MEDO? | 30 |
| 2.2. O ESPAÇO PÚBLICO E O CONFLITO PELO SEU CONTROLE | 35 |
| 2.3 MEDO, CONTROLE SOCIAL E AS CLASSES INDESEJADAS | 43 |
| 2.3.1 Medo da violência e do crime | 43 |
| 2.3.2 Sensação de insegurança e o medo do outro | 46 |
| 2.4 ASPECTOS ESPACIAIS DO ESPAÇO PÚBLICO E CONFLITOS DA ARQUITETURA HOSTIL | 50 |
| 2.4.1 Desenho urbano e a prevenção do crime..... | 51 |
| 2.4.2 A vida e o uso dos espaços públicos..... | 57 |
| 2.4.3 Conflitos pelo uso do espaço: arquitetura. hostil, jovens e população em situação de rua | 61 |
| 3. CURITIBA E O CENTRO DA CIDADE | 64 |
| 3.1. DADOS SOBRE O CENTRO | 69 |
| 3.2 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA..... | 73 |
| 3.2.1 As áreas de pedestres | 73 |
| 3.2.2 Galerias cobertas, fachadas ativas e fruição pública | 75 |
| 3.2.3. Espaço público e segurança pública | 78 |
| 3.2.4. A arquitetura hostil na legislação urbana..... | 79 |
| 4. A INVESTIGAÇÃO DA ARQUITETURA HOSTIL NO CENTRO DE CURITIBA | 81 |
| 4.1 ESTUDOS PRELIMINARES NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO..... | 81 |
| 4.2. ÁREA DE ESTUDO | 85 |
| 4.3. METODOLOGIA | 87 |
| 5. FORMAS E FUNÇÕES DA ARQUITETURA HOSTIL | 91 |
| 5.1 FORMAS | 91 |
| 5.1.1 Pinos | 91 |
| 5.1.2 Espetos | 94 |
| 5.1.3 Arcos de Ferro | 95 |
| 5.1.4 Gradis | 96 |
| 5.3.5 Arranjos vegetais | 99 |
| 5.1.6 Grades | 104 |
| 5.1.7 Muros de vidro | 109 |
| 5.1.8 Mobiliários..... | 110 |
| 5.1. 9 Planos inclinados..... | 111 |
| 5.1.10 Híbridas | 113 |
| 5.1.11 Tipos particulares | 115 |
| 5.3.12 Síntese dos tipos, quantidades e porcentagens de arquiteturas hostis | 119 |
| 5.2 FUNÇÕES..... | 122 |
| 5.2.1. Sem descanso | 122 |
| 5.3.2. Acesso negado | 127 |
| 5.3. PANORAMA GERAL, DISTRIBUIÇÃO E CARÁTER DAS ARQUITETURAS HOSTIS NO CENTRO DA CIDADE..... | 133 |
| 5.3.1 Maiores concentrações..... | 137 |

| | |
|---|------------|
| 5.3.2 Menores concentrações | 155 |
| 5.3.3 Conclusões a partir do panorama geral da região central..... | 160 |
| 5.4 NEM UM MILHÃO DE PINOS PODERÁ NOS DETER | 161 |
| 6. CONCLUSÃO | 164 |
| REFERÊNCIAS..... | 167 |
| ANEXO 1 – RESPOSTA DA FAS SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA | 175 |
| ANEXO II – PEDIDO DE INFORMAÇÃO À SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO PARANÁ..... | 176 |

1. INTRODUÇÃO

Dizem que a cidade foi o ambiente que o homem criou para se sentir seguro (Ellin, 1997, p.13). Sem a vida coletiva o ser humano estaria exposto aos perigos da natureza, às intempéries e à fome. Assim, as cidades, e as relações que nela acontecem, foram possíveis devido a relações coletivas entre pessoas que, associadas, criaram condições para a construção do ambiente urbano.

Portanto, a segurança do homem, sua alimentação e abrigo, dependeu por muito tempo, da cooperação entre indivíduos. Apesar disso, a cidade sempre esteve sujeita a disputas e conflitos, tanto internos quanto externos. Conforme Tuan (2005, p. 260), na China do século II d. C., no império Han, eram comuns fortificações, grades e portões para proteção contra o crime e contra os estrangeiros. Nas cidades italianas renascentistas, construíam-se barricadas, torres de defesa e casas fortificadas, como forma de defesa contra famílias ou facções rivais.

Grades e outros objetos de segurança sempre estiveram presentes nas cidades e, com o passar do tempo, atualizaram-se em suas formas e funções. Nos dias atuais, aparatos de segurança são implantados em ambientes privados e públicos com diversos fins: segurança patrimonial, controle de acesso, prevenção contra o crime, ou controle social e de comportamentos. Dentre esses, a proteção contra o crime popularizou-se por todo o mundo: “diferentes grupos sociais, especialmente das classes mais altas, têm usado o medo da violência e do crime para justificar tanto novas tecnologias de exclusão quanto sua retirada dos bairros tradicionais dessas cidades” (CALDEIRA, 2000, p. 9). Hoje é possível encontrar elementos físicos de controle e segurança em todos os cantos do mundo, desde países em conflito até os países mais pacíficos¹.

No Brasil, as estratégias de segurança patrimonial se difundiram principalmente a partir da década de 1990, com o aumento da violência no país, guiadas por um discurso de combate ao crime e paradoxalmente impulsionadas, segundo alguns autores (CALDEIRA, 2000; WACQUANT, 2008), pela redemocratização. Nesse período, os governos optaram por

¹A produção sobre arquitetura hostil, do medo e fortificações pode ser encontrada em todos os continentes. Alguns exemplos: no México, NÚÑEZ, V. L.; ALVIS, A. O. *La ciudad y la arquitectura del miedo. Estudio conceptual comparativo entre el fraccionamiento habitacional cerrado de lujo contemporáneo y la bastida medieval* Verónica. Revista nodo. v. 8, n 16, Año 8. p. 25-41 Janeiro-Junho, 2014; na Arábia Saudita, YOUSSEF, K. A. *Architecture of 'fear': the case study of Souk El-Nagem, Old Taima, Saudi Arabia*. Procedia - Social and Behavioral Sciences, n 225, p. 74 – 84, 2016; em Cingapura POW, C.P. *Consuming private security: Consumer citizenship and defensive urbanism in Singapore*. *Theoretical Criminology*, v. 2, n 17, p. 179 –196, 2013; na África do Sul, LEMANSKI, C. *A new apartheid? The spatial implications of fear of crime in (1) Cape Town, South Africa*. *Environment&Urbanization*, v. 16, n 2, outubro, 2004. Estudos brasileiros e de outros países serão citados ao longo do texto, na seção “Estado da Arte”.

soluções repressivas e coercivas de manutenção da ordem, em detrimento de medidas focadas no desenvolvimento social e alternativas de contenção à violência (AGUILERA, 2013; WACQUANT, 2002).

Apesar do Brasil apresentar altas taxas de violência, não são apenas as ocorrências criminais que influenciam a contratação de soluções de segurança. A crescente tentativa de securitização da cidade é motivada pela “cultura do medo” (AGUILERA, 2013, p. 22), que não envolve apenas o medo da violência, mas o medo de estranhos, o medo do outro, medo dos pobres, e o medo do próprio espaço urbano. O espaço público mostra-se o mais afetado por esse processo.

Cada um desses medos gera rebatimentos territoriais em diversas escalas, com consequências espaciais específicas. Dessa forma, assim como o medo do crime conduz para a fortificação de residências e centros comerciais, formando o que Caldeira (2000, p. 257) nomeou de “enclaves fortificados”, o medo do outro influencia uma série de medidas destinadas a moldar comportamentos e excluir pessoas e condutas indesejadas do espaço público, tais como o fechamento de praças, de ruas e o emprego de objetos e mobiliários desconfortáveis.

Tais medos não podem, contudo, ser conceituados de maneira hermética ou dual. Isto é, em muitas situações, os diferentes medos interseccionam-se e confundem-se. Assim, os enclaves também apresentam função de controle social e de acesso, por meio de guaritas e segregação espacial, e estratégias de controle do espaço público guardam, como segunda função, a proteção contra classes vistas como perigosas ou indesejadas.

Estratégias de controle espacial não são novidade. No Brasil, o desenvolvimento delas tem forte ligação com a própria formação das cidades brasileiras, no período de transição de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. A formação de uma sociedade urbana trouxe consigo a noção de “classes perigosas” – atribuída, na visão das elites das cidades, a massa de pobres e escravos que traziam comportamentos chocantes e hábitos antigênicos, na visão das elites das cidades (PECHMAN, 2015; BATISTA, 2003).

A ideia de classes consideradas perigosas, hoje com um enquadramento relacionado à guerra às drogas e ao crime, conduz à intensificação do controle social, embasado na justificativa de segurança pública. O discurso da segurança pública, por sua vez, serve também a propósitos eleitorais e ao interesse de algumas camadas da população que sentem “a necessidade de controlar aqueles aos quais o seu imaginário imputa o atributo de ‘perigosos’ ou ‘indesejáveis’” (SOUZA, 2008, p. 158).

Nesse ambiente, criminalizam-se grupos específicos da sociedade, e o medo do crime, da “desordem”, do “distúrbio” e da violência é utilizado como pretexto para um eficaz controle social, além de alimentar poderosas engrenagens do capitalismo contemporâneo: o “mercado da segurança” e o “mercado da informação” (SOUZA, 2008, p. 152).

Muitos outros fatores influenciam a instauração do medo urbano, gerando apreensões não apenas relacionadas à violência de fato, mas à sensação de insegurança (CARMONA, 2010; KNOBLANCH, 2015; KERN, 2010). A percepção do crime – em oposição à violência real – influencia as decisões dos indivíduos quanto ao uso do espaço e mobiliza-os quanto à instalação de equipamentos de segurança e de restrição do espaço. A sensação de violência gera grande apreensão com o outro, aumentando o medo da convivência com estranhos, principalmente quando são de classes sociais distintas. O medo da convivência e a suspeita de estranhos pode conduzir à apropriação do espaço público por grupos específicos, gerando segregação em termos raciais, de idade ou classe social (CARMONA, 2010). Assim, instala-se uma situação espacial na cidade: uma parcela da sociedade garante sua segurança por meio de aparato de segurança privado e outra parcela – “os outros” – representa ameaça (LUDOVICI, 2017).

Em contexto amplo, pode-se relacionar a ascensão de políticas autoritárias em todo mundo com processos de globalização e de perda das identidades locais. No final da década de 1990, Steven Flusty (1997, p. 42) descreveu como a globalização e imigração erodiram a lógica espacial e ideológica dominante em cidades estadunidenses. A chegada de latinos e negros nos subúrbios de elites predominantemente brancas desafiava a lógica e as normas de tais subúrbios, gerando tensões. O autor associa, assim, a tendência de segregação e de securitização ao medo de mudanças sociais complexas. Nesse ambiente, discurso da guerra ao crime, também “um meio de forçosamente manter, reconstituir, ou ao menos resgatar, um consenso social questionado e em colapso” (FLUSTY, 1997, p. 43).

Associados à perda de identificação local dos indivíduos, estão também o declínio do estado social e a exclusão, quase permanente, de uma parcela da população e da força de trabalho. Esses excluídos formam então uma subclasse (*underclass*) que é formada, segundo Bauman (2005, p. 26), por

[...] gente que não se soma a qualquer categoria social legítima, indivíduos que ficaram fora das classes, que não desempenham alguma das funções reconhecidas, aprovadas, úteis, ou melhor, indispensáveis, em geral realizadas pelos membros “normais” da sociedade; gente que não contribui para a vida social. A sociedade abriria mão deles de bom grado e teria tudo a ganhar se o fizesse. Não menos sutil é a linha que separa os “supérfluos” dos criminosos; *underclass* e “criminosos” são

duas subcategorias de “elementos antissociais” que diferem uma da outra mais pela classificação oficial e pelo tratamento que recebem que por suas atitudes e comportamentos.

No contexto apresentado, o espaço público é o lugar mais afetado pelas estratégias de controle. Ele é casa dos desabrigados, dos “indesejáveis”, lugar da imprevisibilidade e do encontro de pessoas estranhas entre si e de diversas classes sociais, fatores que podem gerar medo e ansiedade. Mas, ao mesmo tempo, ele é espaço que integra a cidade e proporciona a coexistência e a prática social e política. Pode ser assim considerado o espaço da práxis política, tendo relação direta com a condição de cidadania (GOMES, 2014). Apesar de ser tradicionalmente espaço fundamental para a vida pública e de suporte comunitário (MITCHEL, 2003), o espaço público vem passando por modificações significativas em suas dinâmicas. As principais causas para essas mudanças seriam o advento e aumento do uso de meios virtuais para o debate público (INNERARITY, 2010), e a crescente imprecisão entre os limites das esferas públicas e privadas (INNERARITY, 2010, SMITH; WALTERS, 2018), que se confundem devido à crescente privatização do espaço público, e a intensificação da securitização e controle dos espaços.

As novas mídias levaram para a vida doméstica atividades antes realizadas no espaço público, como as práticas ligadas ao lazer e à convivência. Isso ocasionou o desligamento de alguns indivíduos do seu entorno (GUMPERT; DRUKER, 1998) e a perda de identidades locais. Como consequência, o sentimento de desconfiança em relação aos espaços públicos e a segregação espacial tendem a crescer.

Por sua vez, o crescimento de espaços públicos de propriedade privada impulsionou o controle de comportamentos em espaços de uso comum. Em cidades dos Estados Unidos e da Europa, por exemplo, a concessão para construção de empreendimentos privados ao ar-livre alterou o padrão de ruas e criou ambientes em que apenas atividades de consumo são toleradas (MINTON, 2009). Para garantir o controle de comportamentos, lança-se mão de agentes de segurança, circuitos de TV e ampla padronização espacial.

A obsessão por controle não atinge apenas espaços públicos corporativos. Ela permeia também pequenos detalhes do espaço público, mesmo quando publicamente geridos, que recebem constantes adições de equipamentos voltados para controlar o espaço, impedindo seu uso indiscriminado. Embora estratégias de controle sejam implantadas alegando a necessidade por segurança, algumas têm função meramente de controle social. É o caso da “arquitetura hostil”, objeto de estudo da presente pesquisa. Ela é definida como a arquitetura e o design com função de controle social das ditas classes

perigosas e/ou indesejáveis, delimitando o espaço acessível a elas. O controle social acontece por meio de instalação de objetos e alterações espaciais. Onde antes era possível sentar, são colocados pinos, espetos, plantas e outros mobiliários, os quais tornam desconfortável qualquer forma de permanência. Apesar da semelhança com outros termos relacionados a práticas de controle - arquitetura antimendigos, arquitetura do medo, arquitetura defensiva, arquitetura da violência, arquitetura penitenciária, arquitetura defensável – a arquitetura hostil se diferencia por ser uma forma de controle visível e por ser particular ao espaço público ou a espaços limítrofes a ele.²

O PROBLEMA neste trabalho é verificar quais são as consequências geradas pela arquitetura hostil ao espaço público da cidade de Curitiba, verificando em que medida decorrem dela alterações de configuração e de dinâmicas desse espaço.

Considera-se a HIPÓTESE de que a arquitetura hostil, motivada pela sensação de violência, pelo medo do outro, colabora para o encolhimento do espaço público do Centro de Curitiba como espaço de convivência e, assim, de formação política e exercício da cidadania.

1.1 OBJETIVOS

O OBJETIVO GERAL da pesquisa é analisar como design, arquitetura e desenho urbano colaboram para a formação de espaços públicos hostis no Centro de Curitiba.

Os OBJETIVOS ESPECÍFICOS são:

- a. Levantar os principais conceitos teóricos sobre arquitetura hostil e espaço público.
- b. Identificar como os discursos relacionados à segurança pública influenciam práticas de controle e de securitização.
- c. Identificar a estrutura legal vigente referente à paisagem e ao espaço público.
- d. Fazer o levantamento quantitativo dos elementos representativos da arquitetura hostil, tais como pinos, floreiras e grades, em bancos, em fachadas, nas praças, ruas, comércio e galerias cobertas da região central da cidade.
- e. Classificar os elementos hostis e verificar o tipo de restrição que exercem sobre o espaço público.
- f. Propor uma interpretação que conecte teoria, legislação e os elementos hostis.

² O primeiro capítulo da dissertação apresenta uma discussão abrangente sobre os termos relacionados à securitização da cidade e ao controle social e espacial.

1.2 JUSTIFICATIVA

Atualmente, em oposição ao localismo, pode-se considerar que as tendências do planejamento urbano e do desenho de cidades tomam contornos globais (RIBEIRO, 2007). Como aspecto significativo das tendências globalizantes, verifica-se a produção do espaço urbano baseada em questões de segurança pública, como o policiamento punitivo, vigilância e a militarização da paisagem das cidades, desencadeando a crescente formação de territórios segregados e controlados.

O tema adquire particular importância no atual contexto político-social brasileiro, quando se associam as estratégias de controle do espaço público à tendência brasileira de assumir posições autoritárias, por um lado, e ao medo da violência, por outro. Em uma pesquisa recente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) (2017) com o Instituto Datafolha, demonstrou-se uma forte disposição do brasileiro ao autoritarismo – 8,1 em uma escala de 0 a 10, sendo 10 o índice mais autoritário. A pesquisa ainda mediu itens como: “Agressividade autoritária: tendência a procurar, condenar, rejeitar e punir (violentamente) as pessoas que violam os valores convencionais e tradicionais, mesmo quando resultam em opressão” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017, p. 11).

A pesquisa do FBSP constatou ainda que a dinâmica urbana espacial influencia no autoritarismo, sendo as cidades menores mais propensas a posições autoritárias. Outro resultado foi a constatação que os segmentos que “enxergam na aniquilação autoritária da cidadania e da liberdade a forma de impor e manter a ordem, a moral e os bons costumes parecem ganhar eco a partir das incertezas sociais e políticas em que vivemos” (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2007, p. 23).

Assim, torna-se importante identificar os processos e estratégias que modificam o espaço público. Dessa maneira, a relevância do tema reside na necessidade de analisar o espaço público contemporâneo de forma a identificar sua qualidade espacial e apontar como o planejamento urbano pode contribuir para a restrição ou ampliação do acesso democrático a esse domínio.

Como acontece com outras cidades brasileiras, o espaço público da cidade de Curitiba apresenta uma infinidade de arquiteturas hostis, tais como pinos em bancos e soleiras, gradeamento de nichos e de espaços residuais em fachadas, implantados por empreendimentos privados e mesmo, por vezes, pelo próprio poder público. Em vários pontos da cidade, verifica-se o que Gomes (2014) chama de “encolhimento do espaço”, principalmente próximo a regiões comerciais. Um exemplo disso foi a colocação de manilhas

e floreiras como forma de impedir a utilização do viaduto Capanema por moradores de rua. A medida, publicamente defendida como mera medida paisagística (PREFEITURA DE CURITIBA, 2015), acabou por bloquear a área de abrigo para a população sem teto e também grande parte do passeio.

A cidade de Curitiba apresenta a maior parte de comércios e edifícios de escritórios na região central. Por isso, escolheu-se como área de estudo o bairro Centro. A observação das áreas com grande vitalidade comercial é relevante devido ao fato de serem áreas economicamente imprescindíveis, as quais atraem todo o tipo de público. Além disso, os núcleos urbanos são frequentemente foco de projetos de renovação urbana “que visam conferir à cidade uma imagem positiva, inovadora e desejável que deve encarar a competição entre cidades, e a necessidade de atrair novos negócios, serviços e consumidores” (BERGAMASCHI et alii, 2014, p. 5).

Por outro lado, a região central, devido ao grande número de pessoas que a frequentam, é a área com a maior presença de moradores de rua e onde se manifestam comportamentos considerados indesejados, tais como sentar em vitrines e entradas de loja, deitar em bancos, etc. Essa dinâmica de transformação do centro em vitrine para a cidade, aliada à presença de pessoas indesejadas é geradora de conflitos e de consequentes tentativas de controlar o espaço. Criam-se assim tensões entre espaço público e privado que acarretam a segregação das pessoas no espaço (KILIAN, 1998).

A lógica da área central também tem relação com as experiências de planejamento que formaram, de modo específico, o espaço público curitibano. Em Curitiba, houve diversas experiências de planejamento, principalmente na década de 1970, que visavam a ampliação dos espaços públicos, calçadas e ruas exclusivas de pedestres. A experiência mais emblemática é o caso da rua XV de Novembro. A elaboração do Plano Agache, de 1943, previa para a rua a conformação de galerias cobertas, acarretando, por consequência, ao alargamento do passeio e área de abrigo para pedestres (DZIURA, 2009). Em 1972, por decisão do prefeito da época, Jaime Lerner, a rua foi pedestrializada em sua região mais central e fechada para o fluxo de automóveis, assim se transformou, e se mantém até hoje, como principal rua comercial da cidade.

Posteriormente, a ideia das galerias foi ampliada a outras regiões da cidade, como no caso do Setor Estrutural, o qual foi criado, através do plano SERETE/IPPUC em 1964, como forma de expandir e adensar a cidade além do centro antigo, formando centros lineares para a cidade (GNOATO, 2006; OBA, 2004). A configuração das avenidas estruturais baseia-se

no Plano Massa, o qual estabelece uma tipologia específica para o embasamento dos edifícios, com o pavimento térreo recuado e o segundo pavimento construído no alinhamento predial, conformando uma galeria pública coberta no nível da rua (OBA, 2004). Dessa maneira, as galerias funcionam tanto para área de circulação dos clientes dos comércios como para estender as calçadas e o espaço público (DZIURA, 2009, p. 204).

O estabelecimento de galerias aconteceu a partir da década de 1970, por meio do Decreto Municipal 855/1975, e seus critérios aprovados no Decreto Municipal 408/1976. A configuração de galerias – passeio e espaço público alargados – se estende por vários bairros da cidade. A ampliação do espaço público é ainda uma das diretrizes do Plano Diretor da Cidade (2004, artigo 70), bem como, o direito a seu usufruto. O Plano Diretor traz também diretrizes sobre o espaço de pedestres, de forma a “desenvolver ações voltadas à eliminação de barreiras físicas que possam representar bloqueios à circulação dos pedestres e riscos à integridade física” (CURITIBA, 2004). Apesar disso, observa-se hoje uma pressão dos edifícios privados no sentido de fechar e inibir o uso das galerias e outros espaços públicos, com o bloqueio do passeio com grades, colocação de pinos, floreiras e mobiliários nas fachadas, criando uma tensão entre espaço público e privado.

1.3. ESTADO DA ARTE

O trabalho de estado da arte tem como intuito “localizar, analisar, sintetizar e interpretar a investigação prévia (revistas científicas, livros, actas de congressos, resumos, etc.)” (BENTO, 2012, p. 2) relacionada ao tema e ao objeto de estudo da pesquisa. No caso aqui apresentado, optou-se por pesquisar dissertações, teses e artigos, de preferência com menos de dez anos de publicação, para com isso delinear de maneira mais precisa o problema de pesquisa bem como obter um panorama abrangente sobre o estado atual das pesquisas sobre o tema, em especial no Brasil, observando suas lacunas (BENTO, 2012). Assim, levantou-se, a partir dos resultados, pontos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, pontuando as devidas diferenças de abordagens e as principais contribuições extraídas de cada estudo.

Na busca por trabalhos científicos, foram considerados, a princípio, termos que denominavam diretamente o objeto de pesquisa e seus similares: “arquitetura hostil”, “arquitetura da exclusão”, “arquitetura do medo” e “arquitetura antimendigo”. Em um segundo momento, foi feita a inclusão de temas pertinentes à pesquisa, tais como: medo urbano e do espaço público, e democracia e espaço público. O processo é melhor visualizado a partir da TABELA 1:

TABELA 1 - RELAÇÃO ENTRE PROBLEMATIZAÇÃO E TERMOS DA BUSCA

| PROPOSTA DE PROBLEMATIZAÇÃO | PALAVRAS-CHAVE RELACIONADAS |
|---|---|
| Arquiteturas usadas para controlar o espaço público | Arquitetura da exclusão Arquitetura hostil Arquitetura defensiva Militarização do espaço público Militarização do espaço urbano |
| Percepção do crime e segurança | Medo urbano Medo do espaço público |
| Relação do espaço público e cidadania | Democracia e espaço público Cidadania e espaço público |

FONTE: A autora (2019)

Todas as palavras-chave foram usadas em quatro bancos de dados. Para dissertações, o Portal de Teses e Dissertações da Capes; para artigos científicos, o Portal de Periódicos da Capes, o Mendeley e o Web of Science. A busca foi filtrada considerando-se as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano, Geografia, Sociologia, Planejamento Territorial e Gestão Urbana. Como últimos critérios da revisão sistemática, foram consideradas as avaliações dos programas de pós-graduação e dos periódicos. Ou seja, teses e dissertações produzidas em programas de pós-graduação com avaliação entre Capes 4 e Capes 7, e artigos em periódicos com Qualis A1 a B1. Tal critério foi assim definido para certificar a qualidade dos trabalhos escolhidos, bem como garantir que os artigos foram avaliados por pares antes da publicação. Por fim, considerou-se a data de publicação dos trabalhos, do ano 2000 em diante, mas dando prioridade às pesquisas realizadas nos últimos dez anos, como disse, tentando assim reunir as pesquisas mais atuais sobre o tema.

Em um segundo momento, após o resultado das buscas, a revisão de literatura envolveu uma classificação por ordem de relevância, conforme sugere Bento (2012). Tal classificação foi feita a partir da leitura do resumo e palavras-chave de cada trabalho e foram categorizadas como de relevância alta, relevância média e relevância moderada. Os trabalhos foram enquadrados como de relevância alta quando a maioria dos temas eram pertinentes à pesquisa (controle do espaço público pela arquitetura e por mobiliários); de relevância média, quando incluíam temas importantes para a problematização (medo do espaço urbano ou do espaço público); e de relevância baixa, quando os temas eram tangentes à pesquisa ou envolviam estudos de casos feitos em contextos distantes ou poucos conhecidos (ex. Medo urbano em Israel).

Dentre as dissertações com alta relevância, foram selecionados seis trabalhos principais. Destacam-se as pesquisas realizadas na Universidade Federal de Pernambuco,

onde, nos últimos anos, registrou-se aumento do número de pesquisas que relacionam o espaço, o medo urbano e o controle social. Dessas, três pesquisas originam-se do Departamento de Ciências Geográficas. Cruz (2010) discutiu relações entre medo da violência, violência e espaço urbano. Oliveira (2013) analisou as manifestações do medo e da violência no espaço interurbano do Recife, em uma região de baixa renda, o Ibura de Cima. E Santos Junior (2018) pesquisou como o cenário de insegurança coletiva estimula a reprodução de edifícios fortificados. O estudo de caso, realizado no bairro de Casa Forte, no Recife, verifica como a proliferação de equipamentos de segurança enfraquece o vínculo comunitário e retroalimenta a sensação de insegurança.

Os três trabalhos contêm pontos em comum. O primeiro é a utilização de abordagem e método geográficos para analisar os problemas da violência e seus rebatimentos espaciais, analisando forma, função e processo. O segundo é o próprio objeto de estudo: o medo e a violência, ou o medo da violência. O terceiro é a análise feita a partir de vestígios e usos de esquemas de segurança residenciais: muros, guaritas, câmeras, a fim de entender como essas técnicas interferem nos hábitos cotidianos dos habitantes.

Das outras pesquisas de mestrado, Santos Neto (2016) explorou a relação entre a violência criminal, o medo, o espaço e as formas arquitetônicas. Esse trabalho contribui por explorar a relação do medo do crime com o abandono do espaço público, focando sua análise em uma área de expansão urbana de Feira de Santana, por meio de levantamento e classificação das tipologias de “arquitetura do medo” utilizadas nas edificações residenciais da cidade. Como conclusão, verificou-se que pessoas com maior poder aquisitivo tendem a usar mais meios de segurança privados.

Tavares (2014) realizou pesquisa com o mesmo viés em Belém/PA. Como contribuições adicionais, o autor explora variáveis que podem estimular o medo na cidade: violência, mídia, segregação, recuo da ideia de comunidade; e relações sociais e práticas do cotidiano em um bairro da cidade. O autor foca nas expressões do medo e explora os elementos simbólicos e visuais da arquitetura relacionados a ele.

Aragão (2017) explorou em sua tese a “arquitetura do medo”, entendendo o fenômeno como uma consequência da violência urbana, mas que também alimenta tal violência. O autor utiliza-se da semiótica para analisar como as percepções do medo são representadas por signos, ou sinalizadores do medo da violência urbana, constituídos por elementos encontrados na segurança patrimonial de residências da cidade.

As dissertações e teses analisadas têm como ponto em comum o estudo das consequências do medo no espaço urbano, com enfoque no fenômeno da violência e da criminalidade. Apesar de tais estudos não focarem exclusivamente no controle do espaço público, todos contribuem para a compreensão de como o medo impele medidas de securitização patrimonial e da paisagem, alterando padrões de utilização do espaço urbano, influenciando no cotidiano de uso do espaço público.

Por meio dessas pesquisas, verificou-se que a pesquisa nacional tem priorizado o termo “arquitetura do medo” para se referir às práticas de securitização e controle espacial decorrentes do medo do crime. Apesar disso, como se discute no próximo capítulo, o termo é utilizado em um contexto diferente do aplicado nesta pesquisa, pois foca na criminalidade violenta e na segurança patrimonial. Ao mesmo tempo, não foram encontrados trabalhos que se referissem a objetos de controle social e espacial, mesmo quando não relacionados à violência.

Os resultados da pesquisa por artigos, no Portal de Periódicos da CAPES e no site *Web of Science*, foram classificados de maneira análoga às dissertações: relevância alta, relevância média ou relevância moderada. O número de artigos foi muito superior ao de teses e dissertações encontradas, especialmente no *Web of Science*, provavelmente devido à abrangência internacional do site. Isso também originou resultados de busca mais específicos, como estudos aplicados a diversos lugares do mundo. Assim, enquanto o resultado final das buscas no Portal de Periódicos totalizou cinco artigos de interesse, a busca do *Web of Science* resultou em 14 artigos, dentre eles 3 de alta relevância, 5 de média relevância e 6 de relevância moderada.

Dos artigos analisados, três apresentaram colaborações substanciais para a pesquisa. O artigo de Aguilera (2013) *Power, Territory, and Social Control of Space in Latin America* traz uma perspectiva sobre o controle social e a territorialização do medo na América Latina, e como esses fatores conduziram a um Estado policial e à construção da paisagem urbana fortificada e militarizada. O autor também aponta que as escolhas institucionais dos Estados latino-americanos, em relação à violência, privilegiaram sistemas de vigilância, controle territorial, coerção e fortificação da cidade, retroalimentando a insegurança urbana e institucionalizando a violência.

O artigo de Aguilera conduziu aos estudos de Lóic Wacquant (2002; 2008)³ sobre a militarização da cidade brasileira e sobre políticas penais como forma de garantia de

³ WACQUANT, L. (2002) *La penalización de la miseria. de la importación de políticas de seguridad*; WACQUANT, L. (2008)

segurança pública. O autor explora como a expressividade do mercado penitenciário e policial invadiu o meio urbano, impulsionando o mercado de segurança privada – o que denomina “indústria do castigo” (WACQUANT, 2002, p. 8). Wacquant ainda discute como a importação de padrões internacionais de combate ao crime, como as políticas de Tolerância Zero e *Broken Windows*, estimularam, dentre outras coisas, a limpeza social do espaço público.

O artigo *Defensive lines and defensive architecture in modern urban environments*, de Smith e Walters (2018), também trouxe contribuições. A principal delas é a reflexão sobre a diminuição de investimento governamental em espaços públicos e a transformação deles em espaços comerciais, administrados em parte pelo capital privado, tornando o acesso subordinado ao poder de consumo de seus frequentadores. A mercantilização dos espaços públicos, segundo os autores, é acompanhada por “arquiteturas defensivas”, como circuitos de TV, muros, cercas, intervenção policial e design antimendigos” (SMITH; WALTERS, 2018, p. 2982).

Considerando o ambiente residencial, Atkinson e Blandy (2007)⁴ exploram os motivos que levam à crescente securitização patrimonial e como a busca por segurança representa outros interesses além da garantia de proteção. O artigo considera a hipótese de que o medo das diferenças e o desejo de isolamento de grupos de alta renda desempenham um papel importante na decisão da contratação de estratégias de segurança de propriedades e do seu entorno.

Adicionalmente às pesquisas do *Web of Science* e do Portal de Periódicos, foram pesquisados artigos no banco de dados do aplicativo Mendeley. Nele, foram localizados artigos com o termo “*hostile architecture*”, o qual não havia gerado resultados nos outros dois sites. Os artigos são: *Hostile urban architecture: A critical discussion of the seemingly offensive art of keeping people away* de De Fine Licht (2017), e *The London spikes controversy: Homelessness, urban securitisation and the question of 'hostile architecture* de Petty (2017). O primeiro contribui com um viés filosófico sobre os conflitos entre moradores, comerciantes e população de rua, e discute se o uso de estratégias de segurança é sempre injustificável. O segundo artigo, de Petty (2016), traz grande contribuição ao conceituar o termo “arquitetura hostil” como estruturas implantadas no espaço público como meio de controle social de grupos específicos.

The militarization of urban marginality: lessons from the Brazilian metropolis.

⁴ATKINSON, R.; BLANDY, S. *Panic Rooms: The Rise of Defensive Homeownership* (2007).

No rol dos trabalhos internacionais sobre “arquitetura hostil”, está também o artigo de Bergamaschi, Castrignanò e De Rubertis (2014), que explora as relações entre população em situação de rua e espaço público. Além de considerar os processos de transformação no espaço público – gentrificação, privatização e fortificação – os autores exploram como a legislação e os mobiliários urbanos funcionam como ferramenta de controle.

Dentre outros trabalhos que contribuíram para a pesquisa, destacamos o trabalho de Firmino (2016, 2017), o qual colabora com a reflexão sobre como novos meios de securitização acirram os processos de privatização do controle dos espaços, aumentando a vulnerabilidade do espaço público e, muitas vezes, “restringindo-o a um espaço remanescente do processo de ‘condominização’ de vizinhanças”⁵ (FIRMINO, 2016, P.47, tradução nossa). O autor ainda reflete como as tecnologias de vigilância e securitização adicionam uma nova camada às estratégias mais tradicionais de controle e segurança – “barreiras físicas, sensores, cercas eletrônicas e muros de concreto” (FIRMINO, 2017, p. 31).

Outra iniciativa importante é o Grupo de Pesquisa “Arquitetura da Violência” da Universidade Federal Fluminense, coordenado pela professora Sônia Ferraz. Da produção desse grupo, destacam-se dois trabalhos⁶. O primeiro analisa a “arquiteta antimendigo” como um sintoma de reprodução de capital em áreas urbanas nobres. Ferraz (2015) explora esse tipo de arquitetura, a qual é focada na expulsão de sem tetos de determinados espaços, impulsionada pela mídia e por um mercado imobiliário que apela para o medo como uma forma de obter mais lucros. Sobre a influência do mercado de segurança, Baldow, Machado e Ferraz (2013) expõe como as constantes atualizações de itens de segurança são necessárias para o crescimento do mercado imobiliário. Segundo os autores, o avanço dos equipamentos de segurança tende a confundir os limites entre público e privado, diminuindo o espaço público e a sociabilidade urbana.

⁵ Traduzido de: “*Thus, with the exception of spaces in central areas, urban public space in Brazilian cities is being designed as a leftover-place in the process of ‘condominiumization’ of neighborhoods*” (FIRMINO, 2016)

⁶ FERRAZ, S.M.T. et al. Arquitetura da violência: A arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana; BALDOW, G.B.; FERRAZ, S. M. T.; MACHADO, B.A. Arquitetura da violência: segurança e mercado numa cidade transparente.

1.4. ESTRUTURA DO TRABALHO

Considerando os aspectos mencionados anteriormente, o trabalho se organiza em cinco partes, incluindo a Introdução. O capítulo “Arquitetura Hostil, Espaço Público, Segurança e Vitalidade Urbana” apresenta termos e conceitos chave para a dissertação. Explora-se, aí, e justifica-se o uso do termo “arquitetura hostil” face a tantos outros termos que definem as arquiteturas e designs restritivos às pessoas. Discute-se também a definição de espaço público, especialmente como espaço político e de cidadania, considerando as modificações ocorridas na materialidade e no conceito desse espaço. Ainda nesse capítulo, explora-se o conceito de “classes perigosas” e sua evolução no contexto nacional, seguida de uma análise sobre o medo urbano e seus reflexos no espaço. Por fim, discorre-se sobre aspectos espaciais capazes de restringir ou conferir qualidade ao espaço público. A partir da obra de Jane Jacobs, enfoca-se dois tipos de abordagens: desenho urbano para a prevenção do crime, e pesquisas de observação de elementos que impulsionam a vida e a sociabilidade no espaço público.

O terceiro capítulo apresenta o contexto da cidade de Curitiba, com enfoque no Bairro Centro. O capítulo é dividido em três partes. A primeira envolve um breve resumo das principais iniciativas de planejamento urbano ocorridas na cidade. A segunda parte apresenta dados como demografia, renda, infraestrutura, mobilidade, áreas verdes, índices de desenvolvimento humano municipal, e dados sobre criminalidade e segurança pública. A última seção foca na legislação urbana municipal, identificando pontos pertinentes ao espaço público e à segurança pública.

No quarto capítulo, apresentam-se dados preliminares da pesquisa, levantados durante estudos sobre arquitetura hostil, realizados em 2017 e 2018, na Avenida Sete de Setembro, e importantes para a determinação de aspectos metodológicos da pesquisa. Em segundo lugar, expõe-se a delimitação espacial da pesquisa de campo. Descreve-se também a metodologia de pesquisa, que teve como método principal a observação direta do objeto de estudo. Para as análises, apresentadas no capítulo seguinte, utilizou-se como materiais fotografias e mapas.

O quinto capítulo apresenta os resultados da pesquisa após o tratamento dos dados coletados. Com o título “Formas e funções da arquitetura hostil”, além de resultados gerais relativos à quantidade de arquiteturas hostis, traz as classificações dos objetos hostis, realizada com base em suas feições. Sobre funções das estratégias restritivas, discute-se as consequências de restringir o descanso e o acesso a determinados espaços. A seguir,

analisa-se como as arquiteturas hostis distribuem-se na área de estudo, observando as áreas com maiores e menores concentrações de objetos de controle.

2. ARQUITETURA HOSTIL, O ESPAÇO PÚBLICO, O MEDO, SEGURANÇA E VITALIDADE URBANA

O presente capítulo pretende explorar os elementos envolvidos no controle dos espaços públicos da cidade. Para isso, procede-se a discussão dos termos usados recentemente em pesquisas sobre arquitetura de controle social ou práticas de securitização, determinando as nomenclaturas que serão aqui empregadas.

Em um segundo momento, discute-se o conceito de espaço público, enfatizando as mudanças ocorridas nesse domínio devido ao avanço do espaço privado, a mercantilização das cidades e a ascensão de espaços virtuais como espaços de debate público e político.

A terceira seção explora como a formação do imaginário de classes perigosas estimulou a cultura do medo e da violência no Brasil, abrindo espaço para o autoisolamento de certas classes, para a securitização da cidade e para a militarização da paisagem. Discute-se também como a obsessão por segurança, geralmente justificada pelo medo do crime, mascara o medo do “outro”, sendo “outro” qualquer estranho ou pessoa de classes sociais distintas.

A quarta parte do capítulo explora as espacialidades e conflitos do espaço público. Para isso, expõe-se dois pontos de vista opostos: a arquitetura contra o crime e as estratégias de apropriação e sociabilidade no espaço público. Discute-se também sobre alguns conflitos relacionados à manutenção e limpeza de espaços públicos e sobre a eficácia das arquiteturas hostis em inibir e controlar certos comportamentos.

2.1. ARQUITETURA HOSTIL OU ARQUITETURA DO MEDO?

Os fenômenos materiais de securitização e controle do espaço são nomeados de diversas formas: arquitetura hostil, arquitetura antimendigos, arquitetura do medo, arquitetura do pânico, arquitetura defensiva, arquitetura da violência, arquitetura penitenciária, design desagradável, dentre outros. Todas essas terminologias guardam relações com o medo do outro ou do crime, com a necessidade de vigilância e controle ou com a afirmação social de status, materializados em elementos de proteção patrimonial, mobiliários desconfortáveis, fortificações e de delimitação espacial, os quais geram segregação socioespacial, exclusão social e alterações estéticas na paisagem urbana.

Apesar de semelhantes, as nomenclaturas apresentam variações de significados. Assim, diante do amplo conjunto de termos similares, apresenta-se aqui uma discussão sobre esses conceitos de forma a definir o termo utilizado durante a pesquisa.

O termo mais amplamente utilizado no contexto da pesquisa nacional é “arquitetura do medo”, como já exposto na seção de “estado da arte”. Por exemplo, Santos Neto (2018) opta pelo termo “medo”, uma vez que seu estudo é focado nas manifestações do medo do crime no espaço e sua interferência na vida de um bairro de Feira de Santana/BA. O autor ainda abre a possibilidade de usar, como sinônimo, o termo “arquitetura do pânico”, por considerar medo e pânico dois sentimentos parecidos. De maneira análoga, Cruz (2010) emprega a expressão “morfologia do medo” para referir-se às consequências do medo da violência nas decisões por equipamentos de segurança e nas decisões cotidianas – uso do espaço público, por exemplo, em bairros de classe média-alta do Recife. Mais uma vez, o tema, nesse caso, foca em segurança pública e medo do crime e da violência.

Lira (2017) opta por usar a definição de “arquitetura do medo” de Vera Batista (2003) para analisar “a disseminação de grades, muros muito elevados, cercas elétricas, guaritas com seguranças particulares armados e circuitos de vídeo-monitoramento, transformando as paisagens das principais cidades brasileiras”. O estudo de Lira insere-se no contexto da criminalidade violenta, focado principalmente na taxa de homicídios de Vitória/ES. Baumann (2006, p. 63) utiliza o termo “arquitetura do medo e da intimidação” para se referir a formas defensivas, como os condomínios fechados, e a estratégias de conter o medo do outro, como mobiliários contra mendigos e circuitos de TV, tornando os espaços públicos cada vez mais vigiados.

A utilização do termo “arquitetura do medo” se refere principalmente ao medo do crime ou da criminalidade violenta. Apesar do medo do crime estimular o controle espacial, sua motivação primeira não é a contenção de comportamentos incômodos, mas dificultar a atividade criminosa, especialmente a invasão e roubo a imóveis.

Flusty (1998, p. 17) usa o conceito de “espaço interditório”⁷ para se referir a espaços desenhados para “interceptar, repelir ou filtrar os potenciais usuários. A “interdição”, para Flusty, é usada no sentido bélico como “o constante bombardeamento de posições, rotas ou insumos inimigos com o propósito de retardar ou desencorajar o progresso do inimigo; ou cortar impositivamente de certas funções e privilégios”⁸. Tal bombardeamento do inimigo, segundo o autor, é garantido com uma série de estratégias de designs excludentes – gradeamentos e enclausuramentos de espaço, instalação de pontos de controle, vigilância

⁷ Traduzido de: “*interdictory space*” (FLUSTY, 1997).

⁸ Traduzido de: “(...) *interdict: steady bombardment of enemy positions, routes or supplies for the purpose of delaying and disorganizing the enemy’s progress; to cut off authoritatively from certain functions and privileges*” (FLUSTY, 1997).

remota e policial, mobiliários desconfortáveis e táticas de desenho urbano que inibem a aproximação de desconhecidos.

Arnaud Elfort (2016, l. 1101), por sua vez, apresenta a ideia de “anti-site”, ou anti-lugar. Lugares ocupados por “construções ou equipamentos que não tem outra função além de ocupar o espaço ou torná-lo inacessível. Logo, também previnem qualquer possibilidade de reapropriação⁹”. As instalações em “anti-lugares” são comumente camufladas por uma estética amena, não revelando à primeira vista suas verdadeiras intenções.

O termo “arquitetura da violência” é utilizado por Ferraz (2015) para as diversas manifestações da violência no ambiente urbano com mudanças de padrões arquitetônicos e urbanos. Essa pesquisa engloba diversos termos e manifestações, como arquitetura antimendigos¹⁰ – “arquitetura extremamente hostil e desumanizada, constituída de elementos/artefatos implantados ou construídos para o fechamento de vãos/espacos das cidades e dos edifícios” (FERRAZ, 2015, p. 113) – e manifestações arquitetônicas do medo e da violência, como no caso dos condomínios fechados e de aplicação de elementos carcerários em habitações.

Schindler (2015) nomeia como “exclusão arquitetônica”¹¹ o design urbano como forma de regulação do espaço. Considera esse tipo de exclusão uma forma de moldar comportamentos através do ambiente construído “manter certos segmentos da população – geralmente pessoas pobres e negras – separados de outros”¹² (SCHINDLER, 2015, p. 1939). Apesar do trabalho de Schindler ser focado no campo do Direito, explorando assim legislações urbanas excludentes, a autora considera que o zoneamento, o desenho urbano e construções que conformam barreiras ao acesso são as principais formas de garantir o controle do espaço.

A “arquitetura defensiva”, conforme Smith e Walters (2018, p. 2981), é “uma das maneiras como o espaço é agressivamente regulado”¹³. A arquitetura defensiva, segundo os autores, serve para disciplinar os habitantes da cidade com bases em interações de consumo com a cidade. Essa arquitetura defensiva busca disciplinar os ‘indesejáveis’ pelo desenho

⁹ Traduzido de: “*It is therefore a construction or a device which has no other function but to occupy space or render it inaccessible. Shortly, it is about preventing any possible re-appropriation.*”

¹⁰ In.: FERRAZ, S.M.T. et al. Arquitetura da violência: A arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana.

¹¹ Traduzido de: “architectural exclusion” (SCHINDLER, 2015).

¹² Traduzido de: “(...) subtle ways that the built environment has been used to keep certain segments of the population—typically poor people and people of color—separate from others” (SCHINDLER, 2015).

¹³ Traduzido de: *One of the ways in which space is aggressively regulated is ‘defensive architecture’* (SMITH; WALTERS, 2018).

contra usos alternativos da cidade, com o propósito explícito de excluir do espaço público aqueles engajados em comportamentos não autorizados ou indesejáveis”¹⁴ (SMITH; WALTERS, 2018, p. 2982). “*Hostile architecture*” é também utilizado como um sinônimo: “Arquitetura ‘defensiva’ ou ‘hostil’ é projetada para excluir ativamente categorias específicas de pessoas. Esse termo é comumente usado para descrever a arquitetura que desencoraja a pessoas em situação de rua ou errantes.”¹⁵ (SMITH; WALTERS, 2018, p. 2984).

É importante fazer distinção entre o termo “arquitetura defensiva,” utilizado por Smith e Walters (2018), e o termo similar “espaço defensível”, que ganhou notoriedade com a obra Oscar Newman “*Defensible Space: Crime Prevention through Urban Design*”. Nesse livro, Newman (1972) apresenta teorias de territorialidade e vigilância baseadas em como o desenho urbano pode evitar a prática de crimes. Dessa forma, a teoria de Newman se afasta das visões aqui expostas por propor espaços mais controlados, mas como algo benéfico e não exatamente agressivo ao outro e à cidade.

No contexto internacional, alguns trabalhos aplicam o termo “arquitetura hostil”¹⁶ para fazer referência ao tipo de arquitetura ou instalação que pretende excluir grupos indesejáveis ou grupos específicos dos espaços, especialmente do espaço público. Petty (2016, p. 68) define “arquitetura hostil” como “estruturas que estão afixadas ou instaladas em espaços de uso público a fim de torná-los inutilizáveis para certos usos ou por certos grupos”¹⁷. Ou ainda, é um tipo de estrutura “entendida como explicitamente coercitiva, violenta e injustamente dirigida àqueles que ocupam a base do espectro sócio-político, enquanto outras formas de controle social e de divisão permanecem invisíveis (formas normativas) e, por isso, não são alvo de indignação pública”¹⁸ (PETTY, 2016, p. 73). O autor ainda ressalta que as estruturas de “arquitetura hostil” são utilizadas em espaços públicos ou nos limites entre espaços públicos e privados, ou seja, espaços onde os limites entre o público e privado se confundem. Os mobiliários urbanos são os melhores exemplos de estruturas hostis: bancos

¹⁴ Traduzido de: “(...) *defensive architecture* serves to ‘discipline’ city inhabitants into primarily consumption based modes of interacting with and in the city. This defensive architecture seeks to discipline ‘undesirables’ by designing against alternative uses of the city with the explicit purpose of excluding from public space those who engage in unsanctioned or undesired behaviors” (SMITH; WALTERS, 2018).

¹⁵ Traduzido de: “*Defensive’ or ‘hostile’ architecture* is designed to actively exclude particular categories of person. This term is commonly used to describe architecture that discourages the homeless and itinerant” (SMITH; WALTERS, 2018).

¹⁶ “Hostile urban architecture” (DE FINE LICH, 2017); “hostile architecture” (PETTY, 2016).

¹⁷ Traduzido de: “It [*hostile architecture*] loosely describes various structures that are attached to or installed in spaces of public use in order to render them unusable in certain ways or by certain groups” (PETTY, 2016).

¹⁸ Traduzido de: “Here it is understood as explicitly coercive, violent and unjustly aimed at those towards the bottom of the socio - political spectrum, while other forms of social control and division remain largely invisible (normative) and therefore not the target of vociferous public outrage” (PETTY, 2013)

antimendigos, pinos, cercas e grades. Assim, os mobiliários urbanos, como objetos que podem ser usados em diversos contextos, inclusive para proporcionar conforto e facilitar a convivência, convertem-se em “ferramentas para controle do espaço público”¹⁹ (BERGAMASCHI et al., 2014).

Em seu livro “*Unpleasant design*”, Savicic e Savic (2013), definem design desagradável como formas de design de controle social e de interação, que interferem na maneira como as pessoas percebem e ocupam os espaços de uso público. Por conseguinte, garantiriam o controle de comportamentos mesmo sem a presença explícita de autoridades (seguranças, polícia, etc.), sendo considerados assim “agentes silenciosos”. Esses agentes são “materializados em objetos e instalações que garantem o controle ambiental por meio do desenho de espaços urbanos, mobiliário urbano ou estratégias comunicacionais” (2013, l. 94)²⁰, variando de formas sutis, como a implantação de luzes desconfortáveis, até projetos de reconstrução urbana, como o Plano Haussmann em Paris no século 19. Os autores ainda ressaltam que “design desagradável” tem como alvo grupos específicos, no geral, jovens e moradores de rua.

Dentre os conceitos expostos, os que melhor definem o objeto de estudo dessa pesquisa são os de “arquitetura hostil”, de Petty, e o de “*unpleasant design*” de Savicic e Savic. Dentre as duas expressões optou-se por “arquitetura hostil”. A escolha considerou a proximidade da definição com o objeto de estudo. Devido à definição de “*unpleasant design*” englobar de pequenas intervenções a grandes projetos urbanos, descartou-se seu uso, uma vez que a pesquisa é focada apenas em instalações pontuais. “Arquitetura hostil”, apesar de não ter grande número de ocorrências nas pesquisas científicas brasileiras, é termo disseminado nos campos da arquitetura e jornalismo, remetendo mais facilmente ao objeto estudado. Além disso, considera-se que o termo “arquitetura hostil” – arquitetura e design com foco principal no controle social e exclusão de algumas classes do espaço – possibilita a diferenciação clara de “arquitetura do medo” – arquiteturas e estratégias que visam a securitização, baseando-se no medo do crime e da violência.

Desta forma, a arquitetura hostil aqui pesquisada pode ser considerada como um sintoma do medo do outro.

¹⁹ Traduzido de: “*Urban furniture as a tool to control public space*” (BERGAMASCHI et al., 2014).

²⁰ Traduzido de: “...*silent agents that take care of behaviour in (semi-)public space, without the explicit presence of authorities (security, police, etc.). These agents are materialised in objects and installations, which ensure that control is implemented in the environment, through design of urban spaces, urban furniture and communication strategies*”(SAVICIC; SAVIC, 2016).

2.2. O ESPAÇO PÚBLICO E O CONFLITO PELO SEU CONTROLE

Para tratar sobre a tendência de militarização e controle do espaço público, o exemplo de Nova Iorque é esclarecedor. Após os ataques de 11 de setembro de 2001, segundo Mitchell (2003), a preocupação de como proteger o espaço público na cidade de Nova Iorque se intensificou. Apesar da gravidade dos ataques e as preocupações causadas pelo episódio, o autor ressalta que os espaços públicos da cidade já haviam passado por um intenso processo de fortificação, vigilância e securitização. Porém, tais medidas não partiam do esforço de proteger o espaço contra o terrorismo, mas de proteger o espaço de usuários indesejados: os desabrigados, traficantes de drogas, jovens à toa e manifestantes políticos. Assim, a solução para os desconfortos do espaço foram “uma combinação de mudança ambiental, modificação de comportamentos e policiamento rigoroso. A suposta razão disso: assegurar que os espaços públicos permaneçam “públicos” em vez de sequestrados por usuários indesejáveis”²¹ (MICHELL, 2003, p. 2).

Apesar dessa justificativa parecer razoável em um contexto de ameaça terrorista, especialistas vieram ao público para contrapor a securitização e abandono dos espaços comuns. Vidler (2001 apud MICHELL, 2003, p. 3), coordenador do departamento de Arquitetura da Cooper Union, contrapôs a ideia de que o espaço público seria uma ameaça, mas sim o espaço essencial para a vida pública das sociedades urbanas, espaço de interação e de suporte comunitário, onde se garante o princípio de publicidade, esse, sim, garantidor de segurança verdadeira.

A situação exposta pelo autor norte-americano traz à tona questões sobre as mudanças de função e de entendimento do espaço público, e as intervenções materiais feitas nesse espaço a partir dessas mudanças. Considera-se que alguns processos (privatização, militarização e ascensão de outros espaços de debate público) abafaram questões importantes relacionadas ao espaço público como espaço político, democrático, de sociabilidade, de tolerância e de integração do tecido urbano.

O espaço público é um espaço que permite múltiplas compreensões, uma vez que integra vários campos de estudo. Basicamente, o espaço público é composto por duas esferas analíticas, a material e a imaterial (ROSANELI; DALMOLIN; FARIA, 2019). Gomes (2014, p. 172), sob um olhar geográfico, considera essas duas esferas: “o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e por outro, o tipo de práticas e

²¹ Traduzido de: “*The putative reason is to assure the public spaces remain ‘public’ rather than hijacked by undesirable users*” (MITCHELL, 2006).

dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como um conjunto indissociável das formas como práticas sociais”.

Como dimensão imaterial, é comum que “espaço público” seja usado como sinônimo de “espaço político” ou “esfera pública”. Nesse sentido, Innerarity (2010, p. 9) considera o espaço público como espaço de gradativa formação democrática. Isso quer dizer que ele tem a capacidade “de tornar a cultura política aberta ao longo prazo.” Assim, o autor conceitua o “espaço público”, a princípio, a partir de sua imaterialidade como espaço de formação de uma política comum, sendo espaço de extrema importância para a problematização da vida social e a mediação de tensão sociais entre indivíduos diversos.

Sobre a formação de cidadania, Gomes (2014, p. 174) considera que o espaço público esteja profundamente ligado à formação de cidadania, e para que “operem atividade pública é necessário que se estabeleça, em primeiro lugar, uma co-presença entre indivíduos. A transmutação do indivíduo em público ocorre pelo princípio da publicidade, capacidade de apresentar sua razão em público sem obstáculos, confrontá-la à opinião pública e instituir um debate.”

Outro conceito bastante difundido é o de esfera pública como espaço político, da filósofa alemã Hannah Arendt²², que, segundo Rosaneli et al. (2019, p. 15), baseia-se na consideração de que “a participação democrática e a liberdade fazem parte do mundo público e não da esfera privada”. A esfera pública seria assim o local da ação política, da crítica e da variedade de discursos.

Por outro lado, o espaço público no âmbito material, de acordo com Gehl (2013, p. 2), é entendido como “ruas, alamedas, praças, postes: tudo que possa fazer parte do ambiente construído”, ou seja, “tudo o que acontece entre prédios”. Porém, ao contrário da definição do referido autor, os espaços públicos não se caracterizam apenas como espaços residuais entre as construções, mas como espaço cuja a configuração física seria importante para a cidade, devido à sua configuração urbanística, cultural e política (ROSANELI; DALMOLIN; FARIA, 2019). Assim, embora se consiga distinguir entre esferas materiais e imateriais, para que certo espaço seja considerado público, deve-se considerar ambas dimensões. Isso significa que, tal como o proposto por Gomes (2002), considera-se a natureza dual do espaço público, o qual não é completo sem as dinâmicas sociais que nele

²² As considerações sobre os conceitos de esfera pública e espaço público no trabalho de Hannah Arendt, foram extraídas e compiladas, por Rosaneli, Dalmolin e Faria (2019), de trabalhos que contemplavam o conceito de espaço e esfera pública. No caso citado, foram usados os trabalhos de Maciel e Barbosa (2013) e Nacif et al. (2011).

acontecem e tampouco se conforma sem a materialidade do espaço físico.

Apesar de “espaço público” e “esfera pública” serem muitas vezes utilizados como sinônimos, especialmente quando se referem à esfera imaterial, é importante distingui-los e defini-los. Para isso, recorre-se às diferenciações propostas por Queiroga (2012) que, partindo dos conceitos de esfera pública de Habermas²³, considera o campo de estudo da Arquitetura e Urbanismo, bem como o contexto brasileiro para definir os termos. Assim, a princípio, o autor diferencia duas esferas públicas, a “esfera pública política” e a “esfera pública geral”. A primeira, utilizada conforme as definições de Habermas de espaço de ação política, “se constitui nas ações atinentes ao debate político, filosófico, científico e artístico”. É a esfera do trato comunicativo. Considera novos meios de comunicação e informação para sua constituição, ou seja, meios virtuais, como a internet também constituiriam a esfera pública política (QUEIROGA, 2012, p. 45-48). A esfera pública geral, por sua vez, é uma esfera mais abrangente, abarcando a própria esfera pública política. Compreende então toda a vida que acontece e “se compartilhe ‘em público’, seja no espaço real ou virtual” (QUEIROGA, 2012, p. 49). Isso significa que a esfera pública geral abrange também convivências que não são necessariamente políticas.

Há que se observar e reconhecer qualidades na vida “em público” mesmo nas ações cotidianas não intencionalmente políticas, seja um passeio familiar num parque público aos fins de semana, o andar pela cidade após uma jornada de trabalho, o encontro de jovens de uma “tribo urbana” específica num cemitério paulistano ou portenho, o convívio público num botequim carioca, numa padaria paulistana ou num café parisiense. O convívio público, voluntário ou involuntário, possui um grau de civilidade que, em harmonia ou em conflito, já se constitui parte da vida pública, integrante da esfera pública geral (QUEIROGA, 2012, p. 49).

Por último, o autor introduz a ideia de “espaço público”, derivada da conceituação de “espaço” de Milton Santos, a qual considera que o espaço apresenta “simultaneamente componente inercial – as rugosidades espaciais (a materialidade, os objetos) – e componente dinâmico – as espacializações das ações” (QUEIROGA, 2012, p. 58). Ao considerar a situação fundiária do espaço, Queiroga (2012, p. 65) considera então como espaços públicos: os espaços “de propriedade pública, podendo ou não abrigar ações da esfera pública”; e “espacialidades da esfera pública como as práticas espaciais da vida em público, da esfera pública (geral ou estrita). São as apropriações públicas dos espaços, independentemente de se realizarem em propriedades públicas ou privadas”.

²³ Jürgen Habermas é um filósofo e sociólogo alemão. Parte de sua obra é dedicada a teorias sobre a esfera pública. Para estabelecer a distinção entre os tipos de esfera pública, Queiroga utiliza os conceitos de Habermas presentes principalmente em “Entre naturalismo e religião”, obra mais recente publicada em 2006, e “Mudança estrutural da esfera pública” de 1962.

Nesta dissertação, considera-se o “espaço público” como espaço de propriedade pública, não edificada, de uso comum do povo²⁴ e que apresentam potencial para prática de ações da esfera política e de convivência social, além de considerar suas funções essenciais de comércio e circulação, como no caso das calçadas e praças – espaços de uso comum onde se encontra parte significativa das arquiteturas hostis. Além disso, empresta-se de Queiroga (2012, p. 216) o conceito de “lugar público”, o qual, diferentemente dos “espaços públicos”, são locais que acolhem práticas da esfera pública, mas não são de propriedade necessariamente pública. Tal termo é importante para a pesquisa, uma vez que o objeto de estudo – a arquitetura hostil – localiza-se nos limites entre o público – calçadas e praças – e o privado – edifícios lindeiros, fachadas e recuos prediais.

Verifica-se que o espaço público é bastante maleável, na medida que sua configuração física, simbólica e discursiva, muda conforme o contexto histórico e os avanços de tecnologias. Nesse sentido, é importante considerar como a internet e as redes sociais transformaram a “esfera pública” e suas espacialidades. Segundo Innerarity (2012, p. 12), as inovações técnicas na comunicação e na informação como espaço informativo e de construção de opiniões alteraram a esfera pública. Assim, segundo o autor, os novos meios de comunicação possibilitam tanto democratizar quanto tornar o debate público mais fragmentado, nesse último caso, sem assim ter intuito de formação política.

Gumpert e Drucker (1998), já na década de 1990, observaram como os ciberespaços e a inserção de diversas mídias nas habitações alteraram as noções de diversão e sociabilidade. Assim, valores antes materializados no espaço comum, tais como lazer e comunicação, passaram a fazer parte da intimidade, diminuindo as delimitações entre espaços públicos e privados. As novas mídias influenciam, de mesma forma, na noção de comunidade, que ganha contornos globais e cada vez mais desligado de seu entorno. Com isso, segundo os autores “quanto mais desligados somos no nosso entorno imediato, mais tendemos a confiar em vigilância” (GUMPERT; DRUCKER, 1998, p. 428)²⁵.

²⁴ Conforme o Código Civil brasileiro, lei federal nº 10.406/2002:

“Art. 99. São bens públicos:

I – os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II – os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias;

III – os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.”

²⁵ Traduzido de: “*The more we detach from our immediate surroundings, the more we rely on surveillance of the environment*” (GUMPERT; DRUCKER, 1998).

O desligamento com o espaço local também foi explorado por Baumann (2009), explorando como os ciberespaços colaboraram para a perda de identidades locais, a segregação de territórios e a tendência de isolamento de algumas classes. Segundo o autor, o isolamento espacial, especificamente, tenderia a aumentar a ansiedade de se conviver com estranhos e a diminuir a tolerância à diferença, assim, a retirada do espaço público aliviaria tensões sociais dessa ordem.

Apesar das modificações em decorrência das novas mídias, o espaço público continua sendo o mais emblemático das cidades, sendo impossível pensar em uma cidade sem relacioná-la a algum de seus espaços públicos (QUEIROGA, 2012). Por isso, considera-se que apesar da transferência de parte da esfera pública política para os meios virtuais, o espaço público continua como elemento físico de extrema importância. Nesse ponto, Innerarity (2010) enfatiza a importância do espaço material, por ele denominado “espaço público da cidade”, para que os pactos sociais se tornem visíveis em meio ao espaço construído, refletindo “a ordem social como constitui, na realidade, grande parte da existência social e cultural. A sociedade é tanto constituída como representada pelas construções e pelos espaços que cria” (INNERARITY, 2010, p. 108).

Considera-se então que o que se altera é a função do espaço material para o desenvolvimento de algumas ações da esfera pública política. Assim, embora o espaço público ainda seja essencial como palco de manifestações políticas – feitas geralmente em ruas centrais e emblemáticas das cidades – muitas das ações que nele ocorrem são organizadas e divulgadas com o auxílio de meios de plataformas virtuais. Essas características demonstram desta forma que “a flexibilidade, a variabilidade e a complexidade das espacialidades da vida pública são crescentes. Equivocado pensar que apenas as formas tradicionais de espaços livres devem dar suporte à esfera pública contemporânea” (QUEIROGA, 2012, p. 62).

Outra questão importante para a compreensão dos espaços públicos contemporâneos é a crescente privatização de espaços públicos e de espaços livres de uso comum. Como conceito, um dos mais difundidos, é o “espaço público” (e, de mesma forma, de “esfera pública”) como oposição ao espaço privado (ROSANELI; DALMOLIN; FARIA, 2019). Porém, apesar da difusão de tal conceito, ressalta-se que a distinção entre o privado e o público se tornou bastante difícil, com o conflito crescente entre seus limites, considerando que está em curso “uma enorme transformação da relação entre o que deve ser considerado privado e o que deve ser considerado público” (INNERARITY, 2010, p. 11).

Considera-se que os limites do público e privado se confundem devido a algumas tendências, as mais relevantes para o presente trabalho são a privatização de parte do espaço público de uso comum da cidade, como no caso de condomínios fechados e ruas fechadas, a ascensão de espaços cooperativos controlados e espaços públicos de propriedade privada. Observa-se ainda que nem todo espaço de propriedade pública abriga ações da esfera pública, e que existem espaços privados que servem como espacialidades da esfera pública, pois funcionam como local de socialização e publicização do indivíduo. Existem ainda espaços ambíguos tanto em relação a sua propriedade quanto em relação ao seu uso. As calçadas são um exemplo disso, segundo Queiroga (2012). São de acesso comum do povo, mas, ao mesmo tempo, sua manutenção é de responsabilidade dos proprietários dos lotes lindeiros. E outros espaços que mesmo sendo privados, colaboram para a qualidade espacial do espaço público, galerias cobertas, marquises, recuos obrigatórios abertos, criando uma relação importante entre o público e o privado e que garante a atratividade do espaço público ao espaço comercial, social e de convivência.

O avanço da privatização dos espaços é uma tendência crescente. Apesar de acontecer com mais força em países como Estados Unidos e no Reino Unido, pode-se perceber algumas de suas consequências nas cidades brasileiras. Anna Minton (2009), em seu livro *Ground Control*, narra o processo de criação desses espaços no Reino Unido, onde na, a partir da década de 1990, multiplicaram-se espaços de propriedade privada ao ar-livre, os quais, embora sejam abertos ao público, exercem o controle sobre ruas, praças e espaços abertos da cidade. Neles não é preciso seguir as regulamentações municipais e ao mesmo tempo, controla-se o tipo de pessoa que pode acessá-los ou usufruí-los. As normas determinadas pelo empreendimento são garantidas por seguranças e circuitos fechados de TV. Esse tipo de espaço ainda procede a uma grande padronização do espaço – com mobiliários, pisos, fachadas de lojas – funcionando tal como um “shopping sem muros”. Tais espaços ao ar livre apresentam grande desconexão com os outros espaços da cidade em seu redor, constituindo oásis focados no consumo e altamente vigiados e controlados em relação aos comportamentos neles permitidos.²⁶

Apesar de na cidade de Curitiba não haver espaços análogos aos descritos por Minton, a cidade seguiu a tendência nacional, a partir da década de 1990, de construção de

²⁶ Segundo Minton (2009), no empreendimento de uso misto “Stratford City”, além de proibições explícitas como andar de patins ou skate, era proibido filmar, entregar panfletos, fazer manifestações políticas, pedir dinheiro ou abordar pessoas para vender revistas. Em alguns locais era proibido até mesmo vender sanduíches ou tirar fotografias.

shopping centers e condomínios fechados, “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2000) onde é possível intensificar o acesso e controle do espaço ao mesmo tempo que retira parte da população do espaço público. De mesma forma, os espaços públicos também são vigiados – não apenas por policiamento público, mas por seguranças particulares, além de câmeras e circuitos remotos de segurança controlados por entes privados e procedendo “uma nociva sobreposição dos limites e da influência da propriedade privada sobre o domínio público” (FIRMINO, 2017, P. 24).

Outro fato gerado pela crescente privatização e controle é a perda de identidade local e a homogeneização dos espaços, sejam eles comerciais ou residenciais. A homogeneização aqui tratada se relaciona com a ideia de não lugares de Marc Augé (2012). Ao contrário dos espaços personalizados e com características únicas, o não lugar não pode ser definido “nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico” (AUGÉ, 2012, p. 73). São, além dos shoppings e espaços corporativos, aeroportos, cadeias de lojas, supermercados e hotéis, os quais não guardam relação específica com o contexto onde estão (cidades ou bairros). Ao contrário, poderiam estar em qualquer continente. Com os não lugares, os indivíduos estabelecem relações contratuais e pouco espontâneas por meio de ferramentas de marketing e compreensão universal. Segundo Augé (2012, p. 87), “os lugares antropológicos criam um [espaço] social orgânico e os não lugares criam uma tensão solitária”. Dessa forma, similarmente aos não lugares, verifica-se a tendência de valorização dos espaços urbanos partir de relações de consumo e mercadológicas, ou seja, focando em consumidores ao invés do público em geral, e transformando o espaço em mercadoria (CARMONA, 2010).

O foco mercadológico no espaço público e a privatização também tendem a retirar o poder de decisão das esferas locais e transferi-lo cada vez mais para corporações multinacionais. Nesse sentido, Graham (2001, p. 15) aponta que atualmente as cidades de todo o mundo “começam a apresentar espaços e zonas que são conectados como espaços de “valor” na paisagem urbana, ou ainda em dimensões nacionais, internacionais e até mesmo em distâncias globais”. Isso significa que não é mais a localização ou a proximidade que determina a importância das relações entre indivíduos, ou que determina o senso de pertencimento a um lugar.

No caso residencial, a representação da homogeneização espacial e social está nos condomínios fechados e murados.

Do ponto de vista do estilo de vida, as actuais transformações urbanas tendem a fragmentar segundo alguns critérios de homogeneidade. A dissolução da cidade realiza-se na tendência para a segregação social e funcional, para a homogeneização de grupos segundo os proventos econômicos e o estilo de vida, para o fraccionamento social da cidade. (...)

São formas de habitar que reflectem – ao contrário do modelo de convivência entre diferentes, próprio da cidade clássica – uma busca do semelhante em lugares homogêneos. Quando os núcleos das cidades se enchem de grupos problemáticos, as classes médias e altas descobrem ambientes de vizinhança semelhantes aos seus nos arredores, para onde se mudam em busca de homogeneidade social numa vida em círculos sociais mais restritos, protegidos por elevados preços e até por barreiras físicas e sistemas de segurança (INNERARITY, 2010, p. 131-132).

É importante ressaltar que no caso dos condomínios no Brasil, além de apresentarem grande aparato de controle e segurança, eles procedem à privatização de logradouros públicos (SOUZA, 2008), privilegiando o que é privado e desvalorizando a esfera pública, ignorando a ideia de comunidade em nome da homogeneização social (CALDEIRA, 2000). Espacialmente, alteram “os padrões de circulação, trajetos diários, hábitos e gestos relacionados ao uso das ruas, ao transporte público, de parques e de todos os espaços públicos” (CALDEIRA, 2000, p. 301). Innerarity (2010, p. 134) aponta que o resultado dos condomínios “é uma extensão do espaço privadamente organizado à custa do espaço público. São das *gated communities* nas quais se afirma, sem má consciência, uma urbanidade discriminatória: a retirada defensiva de uma parte da cidade perante outra, uma maneira de colocar-se fora da sociedade, de subtrair-se às regras comuns apropriando-se coletivamente do espaço.” Pode-se ainda dizer que a homogeneização, no caso de condomínios fechados, não tem o propósito de apenas segregar, mas estabelece relação com a sensação de medo e insegurança que “grupos problemáticos” infligem a certa parte da sociedade, a qual escolhe o isolamento em lugar da convivência pública. Conforme Atkinson e Blandy (2007), o medo atua no espaço residencial de maneira a garantir não apenas a segurança de residências, mas invade seu entorno, como uma tentativa de evitar a visibilidade qualquer tipo de pobreza ou comportamento inadequado.

O que se pretende enfatizar é que os processos de modificação do espaço público afetam padrões de convivência e geram muitas vezes reações adversas a ele. No Brasil, tende-se a justificar o controle social e o aumento da segurança patrimonial e do espaço público com o crime e a violência. Porém, há outros elementos que impulsionam tais decisões, como o medo da convivência e de estranhos. A partir desse pensamento, a próxima seção explora o papel do medo na determinação de estratégias de segregação, segurança e controle social, explorando as consequências deles para o espaço público.

2.3 MEDO, CONTROLE SOCIAL E AS CLASSES INDESEJADAS

Pode-se considerar o medo como fator determinante na implantação de arquiteturas hostis: o medo da violência, o medo do crime, o medo de estranhos, o medo do outro. Aqui, exploram-se esses medos, levando em consideração que eles se confundem e se sobrepõem, nem sempre sendo possível determinar com precisão qual medo determina estratégias contra a violência ou crime e quais são focadas apenas no controle social. Por isso, apesar do estudo da “arquitetura hostil” focar no controle social e de comportamento de alguns grupos, esse tipo de intervenção insere-se num contexto maior e interliga-se com várias, em maior ou menor intensidade, estratégias de securitização urbana (PETTY, 2017, p. 72).

2.3.1 Medo da violência e do crime

Pode-se considerar o medo da violência e do crime como os medos mais comuns no ambiente urbano brasileiro. As altas taxas de criminalidade nas cidades e a tradição de exclusão de determinadas classes do ambiente urbano estabeleceram um clima de constante tensão social. Segundo Wacquant (2008, p. 60), o Brasil perpetuou padrões de policiamento e vigilância baseados na “tradição nacional de dois séculos de controle dos despossuídos através da força”, originado do escravagismo e conflitos agrários coloniais. Nesse sentido, vale enfatizar que as primeiras experiências urbanas brasileiras traziam consigo um caráter de intenso higienismo social, interferindo sobre os hábitos e habitações, principalmente das populações mais pobres.

As primeiras experiências essencialmente urbanas brasileiras aconteceram quase simultaneamente à abolição da escravatura nos tempos da República, no final do século XIX (PECHMAN, 1996). A transmutação da sociedade brasileira de um sistema predominantemente agrícola para o contexto urbano, levou grande massa empobrecida para as cidades, alterando as hierarquias urbanas. “As grandes cidades surgiam nos horizontes das novas possibilidades de vida, do esquecimento das mazelas do campo, da memória do cativo” (MARINS, 1998, p. 132). O contexto das cidades, pouco estruturado para as multidões, gerou tensões com as elites urbanas.

Nesse processo de transformação, a estrutura agrária escravagista se projetou sobre a cidade, trazendo elementos das unidades produtivas rurais para a hierarquia urbana. A abolição aumentou a apreensão das elites, pois alterava as políticas de controle dos negros, antes mantidas nas propriedades agrícolas. Com isso, a repressão dos escravos sai da

unidade produtiva privada e passa a ser atribuição do Estado e instituições públicas (BASTISTA, 2003).

Em seus estudos sobre o medo no Rio de Janeiro, a mesma autora descreve como a propagação do medo do caos e da desordem serviu como “mecanismo indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social” (BATISTA, 2003, p. 21). Assim, propagava-se a ideia de que a presença dos negros e dos pobres representavam ameaças constantes à ordem social. Portanto, estabeleceu-se, desde os primórdios da cidade brasileira, o discurso das classes pobres como perigosas: “perigosas porque pobres, por desafiam as políticas de controle social no meio urbano e também por serem propagadoras de doenças” (BATISTA, 2003, p. 37).

As primeiras políticas urbanas da cidade, seguem assim a lógica de controle social, muitas vezes mascaradas por questões de saneamento e de infraestrutura. As políticas sanitárias de controle de epidemias – principalmente no Rio de Janeiro na década de 1910 – conciliavam o objetivo de controlar vizinhanças e o comportamento dos mais pobres. Assim, a medicina-sanitarista tornar-se-ia “referência fundamental na articulação de um pacto entre novos grupos oligárquicos dominantes” e legitimadora na consolidação de um Estado com foco na repressão e disciplina dos mais pobres (PECHMAN, 1996, p. 332).

É importante verificar que a própria formação da cidade brasileira envolve a formação do discurso da ordem e do controle das “classes perigosas” que permanece no imaginário brasileiro até os tempos atuais. Segundo Batista (2003, p. 21), “no Brasil, a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das classes empobrecidas”. Pode-se dizer que a tradição higienista nacional baseia-se, desde os primórdios da cidade brasileira, em substituir políticas sociais por políticas de controle, onde utilizam-se técnicas de vigilância, policiamento, proteção patrimonial e controle social. Essas técnicas ilustram a “omissão de um Estado social e sua reconversão em equipamentos de segurança”, e em um Estado policial e punitivo, conforme expôs Wacquant (2002, p. 7).

No contexto atual, muitos autores identificam uma mudança na maneira como essas classes indesejadas são excluídas do ambiente urbano (PETTY, 2016; GRAHAM, 2011; BAUMANN, 2005), e não é raro que se associe essas mudanças com a ausência de um Estado social por um longo período (BATISTA, 2003; SOUZA, 2008; WACQUANT, 2002, 2008), tanto no caso do Brasil, como no caso da retração do *welfare state*, em uma escala global (PETTY, 2016, p. 70).

Desde a década de 1990, pode-se considerar que a cultura do medo urbano toma novos contornos, mas continua sendo enfrentada com policiamento punitivo, higienismo e estratégias de segregação e exclusão. Segundo diversos autores (BATISTA, 2003; SOUZA, 2008, CALDEIRA, 2000), os anos de 1990 foram primordiais na alteração do padrão de criminalização, bem como por colocar o discurso da segurança pública em destaque. A pauta da segurança passou a permear as campanhas eleitorais e a eleger o crime, principalmente, de tráfico de drogas, como maior inimigo nacional (SOUZA, 2008, p. 37).

A “novidade” histórica é dada por dois fatores entrelaçados. Em primeiro lugar, a criminalidade violenta, especialmente aquela vinculada a razões econômicas (roubos, latrocínios etc.), tem sido um traço muito comum das cidades ao longo da história, mas não chegava a sobressair tanto assim em comparação com muitas outras preocupações, como fome, doenças e a violência decorrente de guerras constantes (SOUZA, 2008, p. 42).

Assim, o Estado de controle social modifica suas preocupações, a princípio sanitárias, para a criminalidade, violenta ou não. Entre os trabalhos mais significativos em relação ao medo nos estudos urbanos, destaca-se o de Marcelo Lopes de Souza (2008), que explora como o medo e a percepção de risco têm cada vez mais destaque na mídia, no discurso político e no cotidiano. Essa percepção afeta o planejamento urbano e gera “vários fenômenos de tipo defensivo, preventivo ou repressor, levados a efeito pelo Estado ou pela sociedade civil – o que tem claras implicações em matéria de desenvolvimento urbano e democracia (*lato sensu*)” (SOUZA, 2008, p. 10).

A partir da década de 1980, o país passou por uma série de conquistas sociais. O período da democratização do país também foi marcado por um processo de individualização das classes sociais.

As pessoas não são mais, hoje em dia, como o eram no século XIX, amontoadas, sob pressão da pobreza e da alienação do trabalho, em bairros miseráveis de cidades em expansão, agrupadas em “classes” social e politicamente atuantes. Muito pelo contrário, tendo por pano de fundo direitos sociais e políticos conquistados, elas são libertadas de seus quadros de vida vinculados a classes e cada vez mais abandonadas a si mesmas na tarefa de garantir sua sobrevivência. Dada sua regulamentação pelo Estado de bem-estar, o trabalho assalariado amplia-se sob a forma de uma individualização das classes sociais (SOUZA, 2008, p. 21).

Segundo Batista (2003), depois da redemocratização, o Estado elege como novo inimigo interno o criminoso comum. Assim, as estruturas de controle social permanecem e, contemporaneamente, a política social continua a figurar como política penal. E, nessa política, as classes menos privilegiadas continuam sendo as mais atingidas. Dessa forma, a política punitiva funciona de um lado com a violência e penalidades impostas pelo Estado, e de outro, com “responsabilização da pobreza pelas mazelas cotidianas”, atribuindo ao local

de moradia dos pobres – as favelas, no caso do Rio de Janeiro – a “responsabilidade pelos altos índices de criminalidade e insegurança vividos na cidade” (SOUZA; COMPANS, 2009, p. 14).

Ainda na década de 1990, o Brasil aderiu a políticas internacionais de segurança pública como a política de Tolerância Zero” – essa inspirada da “Teoria das Janelas Quebradas”, baseadas em conter e punir atividades que pudessem perturbar a ordem pública, mesmo que não constituíssem crimes – estar bêbado ou entorpecido, prostituição, adolescentes barulhentos ou vadiagem, por exemplo. Tais estratégias, porém, provaram-se bastante controversas, especialmente devido a adquirirem contornos elitistas e raciais. Estima-se que a prisão de crimes relacionados à pobreza – mendicância, trabalhar como flanelinha ou estar bêbado em locais públicos – subiu 38% em Nova Iorque, primeiro semestre de 1994, após a implementação de tais políticas (BATISTA, 2003, p. 98). Segundo Wacquant (2008, p. 58), no Brasil, tais padrões também não foram capazes de conter a criminalidade violenta, mas pelo contrário, o “estado brasileiro tornou-se uma grande fonte de aumento de violência alimentando um clima de proliferação da violência e medo na cidade”.

2.3.2 Sensação de insegurança e o medo do outro

A diferenciação entre insegurança e sensação de insegurança materializa-se no espaço urbano por meio de medidas de securitização. Davis (1992, p. 224) observou a tendência de “fundir desenho urbano, arquitetura e aparato policial em um esforço abrangente por segurança” em Los Angeles, desde a década de 1990. O autor ressalta que nem sempre tal esforço baseia-se em taxas de criminalidade, mas na “percepção social de ameaça”. Por isso, quando comparadas comunidades em cidades americanas com taxas criminais drasticamente distintas, verificava-se que a sensação de segurança dos cidadãos não variava, impulsionando de mesma forma tendência de proteger e fortificar o espaço.

No campo da Arquitetura, Carmona (2010) dedicou-se a observar espaços públicos onde o medo impulsiona medidas de controle, como o “espaço paroquial” e o “espaço assustador”. No primeiro caso, o espaço é apropriado por grupos específicos, excluindo outros usuários de grupos raciais, etários e de classes sociais distintas. Os “espaços assustadores”, por sua vez, são considerados como os ambientes onde o “medo do crime (ao invés de níveis reais de crime) são frequentemente os condutores de ações de

privatização de partes da esfera pública, segregando comunidades no processo”²⁷ (MINTON, 2006 *apud* CARMONA, 2010, p. 141).

Em ambos os casos, o controle do espaço é induzido pelo medo do crime ou do outro, gerando a sensação de aumento da criminalidade, induzida pelas mídias e notícias relacionadas, suscitando tal sensação mesmo quantos as taxas criminais reduzem. Ainda segundo Carmona (2010), as consequências no espaço são o aumento da vigilância e regras restritivas com o intuito de afastar pessoas indesejadas; o gradeamento ou construção de muros, acentuando “os processos de polarização e fragmentação de comunidades também conduzem ao aumento do medo do ‘outro’; e o consequente afastamento do espaço público daqueles com outras opções de lazer”²⁸(CARMONA, 2010, p.141).

Anna Minton (2009, p. 83) trabalha com a hipótese de que as mudanças na paisagem, especialmente a privatização e o controle sobre o espaço, geraram aumento da ansiedade e infelicidade no Reino Unido. A pesquisa de Anna Minton (2009, p. 303) revelou que o medo do crime não está ligado ao crime de fato, mas que o medo do crime provém, dentre outros fatores, da desconfiança de estranhos. Minton ainda argumenta que a sensação de medo é inversamente proporcional à confiança nas pessoas e no ambiente que nos cerca, ou seja, quanto menos confia-se nas pessoas mais sente-se medo. Desse modo, a segurança pode ser considerada uma forma de controlar o ambiente externo na tentativa de controlar emoções desconfortáveis. A partir de pesquisas realizadas nos Estados Unidos e no Reino Unido, a autora ainda discute que o aumento da segurança tem efeitos contrários ao que se espera, e que, na verdade, “reforçar a segurança pode aumentar os níveis de medo e isolamento social”²⁹. Assim, ela chega à conclusão de que não há relação causal entre crime e medo do crime, assim como não há relação causal entre a presença de equipamentos de segurança e a sensação de segurança. Isso porque o estado emocional dos indivíduos tem origem em causas interiores e não na realidade externa. Assim, a criação de ambientes segregados acentua não apenas o medo do crime, mas o medo da diferença e de desconhecidos.

²⁷Traduzido de: “...*fear of crime (rather than actual levels of crime) are often the driver of moves to privatize parts of the public realm, segregating communities in the process.*” (MINTON, 2006 *apud* CARMONA, 2010).

²⁸ Traduzido de: “(...) *processes of polarization and the associated atomization of communities also drive a heightened fear of ‘the other’ (strangers), and a further withdrawal of those with choice from public space* (CARMONA, 2010).

²⁹ Traduzido de: “*There is now a growing body of research into the relationship between security and fear, in the US and the UK, which shows that taking more precautions against crime and strengthening security can increase levels of fear and social isolation*” (MINTON, 2009, P. 321).

No mesmo sentido, Morace e Feldman (2013, l. 5036) advogam que vivemos em uma das sociedades mais seguras de todos os tempos, mas mesmo assim a sensação de medo é crescente. A partir do pensamento de Bauman³⁰, os autores ainda enfatizam que o medo conduz as pessoas a tomar medidas cada vez mais defensivas que permearão hábitos diários em um sistema onde medo e securitização se alimentam mutuamente.

Apesar do medo da violência ou do crime ser o principal justificador de políticas de controle e iniciativas de isolamento, o medo do outro também apresenta influência no processo de isolamento residencial. Bauman (2008) associa o processo de isolamento com a “mixofobia”, o medo de misturar-se. “Essa mixofobia não passa da difusa e muito previsível reação à impressionante e exasperadora variedade de tipos humanos e de estilos de vida que se podem encontrar nas ruas das cidades contemporâneas e mesmo na mais “comum” (ou seja, não protegida por espaços vedados) das zonas residenciais” (BAUMAN, 2008, p. 86). A mixofobia, então, segundo o autor geraria uma reação, tanto coletiva quanto individual, de enxergar a vida da cidade sempre sujeita ao perigo, conduzindo ao isolamento e ao controle do espaço.

É o tipo de medo descrito por Bauman (2008) que conduziria não apenas a securitização residencial, mas à militarização do espaço público e ao controle de estranhos. Flusty (1997) considerou que a sensação de insegurança em relação à setores marginalizados da sociedade gerou uma “paranoia urbana”. Assim,

(...) a insegurança inspira reações territorialistas beligerantes por parte de grupos mais privilegiados contra grupos menos poderosos ou setores mais marginalizados da sociedade. Espaços publicamente acessíveis se tornam progressivamente mais severos. Eles são despidos de mobiliários e alinhados com paredes cegas, banhados de luzes de segurança de alta intensidade, e abarrotado de câmeras e cartazes avisando sobre ‘resposta armada’ (FLUSTY, 1997, P. 14).³¹

Conforme Fortuna (2002), o contato com estranhos levanta sentimentos de imprevisibilidade no espaço público capazes de levar à segregação e à indiferença, mas que se superados podem gerar a possibilidade de tolerância e negociação entre grupos. Considera-se que uma das formas de expressar o medo do outro seja a arquitetura hostil, uma vez que sua forma de controle acontece no espaço público, onde a convivência com estranhos torna-se inevitável. Portanto, transmutar-se-ia o medo justificador da securitização em justificativa de

³⁰ Bauman, Zygmunt. *Liquid Fear*. Cambridge ; Malden, MA: Polity Press, 2006.

³¹ Traduzido de: “*This perceived belligerent territorialistic reaction on the part of more privileged groups against less powerful and more marginalized sectors of society. Publicly accessible spaces are made progressively harsher. They are stripped of amenities and lined with blank walls, bathed in high-intensity lighting, and studded with observation cameras and those ubiquitous placards warning of “armed responses”*”. (FLUSTY, 1997)

aplicação de táticas disciplinares e de exclusão, ditando “quem deveria ser considerado membro do ‘público’.”³² (SMITH; WALTERS, 2018,).

³² Traduzido de: “*Thus, the defensive architecture that shapes and disciplines desire in the city also begins to dictate who is considered a member of the ‘public’*” (SMITH; WALTERS, 2018).

2.4 ASPECTOS ESPACIAIS DO ESPAÇO PÚBLICO E CONFLITOS DA ARQUITETURA HOSTIL

“As cidades são, por definição, cheias de estranhos”, segundo Jane Jacobs (1992, p. 30). Para a autora, “o atributo fundamental dos distritos bem-sucedidos da cidade é que as pessoas devem se sentir seguras na rua em meio a todos os estranhos” (JACOBS, 1992, p. 30), ou seja, as pessoas não devem se sentir ameaçadas por esses estranhos. A autora norte-americana abordou as ruas e calçadas como elementos especiais e essenciais nas cidades que, além de ter mera função de circulação, contribuem para a vitalidade e segurança das vizinhanças. Sua obra “Morte e vida nas grandes cidades” baseia-se no aprofundamento de laços comunitários e na vigilância natural para garantir a segurança urbana. Dessa forma, aponta que a “ordem pública – a paz nas calçadas e ruas – das cidades não é mantida primordialmente pela polícia, por mais necessária que a polícia seja. A paz é mantida a princípio por uma rede intrincada, quase inconsciente, de padrões e controles voluntários mantidos e aplicados pela própria população” (JACOBS, 1992, p. 31-32).

Conforme Jacobs, uma rua com estrutura para acolher desconhecidos, adquirindo com isso segurança, deve ter três características principais. A primeira é “uma nítida separação entre o público e o privado” (1992, p. 35). Isso quer dizer que a leitura do que é público ou privado deve ser clara, não permitindo sobreposição entre as duas esferas. A literatura norte-americana – Jane Jacobs e Oscar Newman – foca neste ponto devido ao fracasso de muitos projetos habitacionais de baixa renda nos Estados Unidos que, com grandes áreas livres entre os prédios, permitiam o acesso irrestrito às áreas privadas. Assim, perdia-se a noção de quem eram os moradores e membros da comunidade, dificultando a vigilância natural e aumentando a criminalidade e vandalismo. A segunda característica evoca justamente a vigilância natural exercida pelos “proprietários naturais da rua”, os quais devem ter condições de ter os olhos voltados ao espaço público. Dessa forma, as casas e prédios devem ter as aberturas voltadas para a calçada, evitando fachadas cegas que não permitam visualizar o que acontece no lado de fora. E, por último, a rua deve ter movimento constante de pessoas. Esse aspecto, segundo Jacobs, aumenta o número de pessoas em comércios e outros edifícios, aumentando também o número de “olhos para a rua”. Além disso, a presença de pessoas confere vitalidade à rua, tornando-a atrativa ao uso, tanto comercial quanto recreativo. Com isso, Jacobs advoga que uma rua com diversidade de pessoas e usos é uma rua com maior sucesso para lidar com problemas de ordem e segurança de forma mais espontânea.

A ideia de “olhos na rua” de Jacobs diverge de outras estratégias de controle espacial e de policiamento, como Tolerância Zero e a Teoria das Janelas Quebradas, que defendem grande modificação espacial ou intensificação de policiamento e vigilância privada para garantir a segurança dos espaços. Apesar disso, muitos pesquisadores da área de segurança pública basearam-se nas ideias de vigilância natural e de diversidade de pessoas nas ruas de Jacobs para propor desenhos restritivos ou que tivessem como objetivo primeiro o combate ao crime. É o caso da obra de Oscar Newman “*Defensible Space. Crime Prevention Through Urban Design*”, que inspirou muitos estudos de controle do crime através as modificações espaciais. Por outro lado, observa-se autores - Gehl e Whyte - que tratam dos elementos físicos e das dinâmicas que tornam o espaço público atrativo ao uso e à sociabilidade. Nesta seção ainda são abordados os conflitos entre controle espacial e usos indesejados do espaço.

2.4.1 Desenho urbano e a prevenção do crime

A ideia de prevenção do crime através do desenho urbano se popularizou na década de 1970 devido ao trabalho do arquiteto canadense Oscar Newman, que desenvolveu estudos de prevenção do crime a partir da década de 1960. Segundo Minton (2018),

Apesar do ceticismo de círculos acadêmicos, onde as ideias de Newman eram criticadas pelo determinismo ambiental simplista, seu livro foi tão influente que dentro de dois anos foram feitos investimentos substanciais nos Estados Unidos para o estudo e a implementação de seus conceitos de ‘espaço defensível’ – que ficaram conhecidos como *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED) – e ele foi contratado pelo Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos. (MINTON, 2019, p. 87)³³

O livro “*Defensible Space. Crime Prevention Through Urban Design*” publicado em 1973, explora os efeitos do desenho de ambientes residenciais na vulnerabilidade ao crime de seus habitantes, ou ainda, conforme as palavras de Newman “é um estudo das formas de nossas áreas residenciais e como elas contribuem para que sejamos vítimas de criminosos. Mais amplamente, examina um aspecto de como o ambiente afeta o comportamento” (NEWMAN, 1973, p. xiii). Nesse contexto, o design defensivo é definido como “um modelo para ambientes residenciais que inibe o crime por meio da criação da

³³ Traduzido de: “*Despite scepticism in academic circles, where Newman’s ideas were criticised for their simplistic environmental determinism, his book was so influential that within two years substantial American funding was made available for the study and implementation of his ‘defensible space’ concepts – which became known as Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) – and he was employed by the US Department for Housing and Urban Development*”(MINTON, 2018, p. 87).

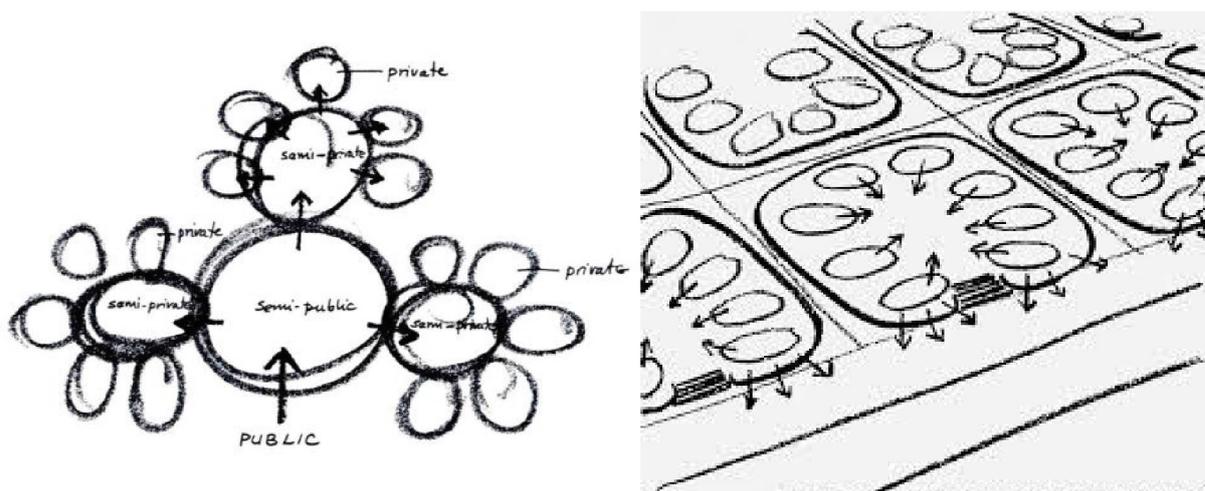
expressão física de um tecido social que se autodefende” (NEWMAN, 1973, p. 3). No design defensivo, a territorialidade e o senso de comunidade dos moradores garantiriam espaços de convivência seguros, produtivos e bem mantidos. O espaço assim controlado facilitaria a identificação e confrontação de potenciais criminosos. É importante ressaltar que Newman efetuou suas pesquisas em conjuntos habitacionais de baixa renda, assim as definições sobre a criação de espaços seguros aplicam-se especialmente a eles.

Parte das ideias de Newman são consonantes com as de Jacobs, visto a importância dada à territorialidade, à vigilância natural, ao movimento de pedestres, e a crítica em relação ao isolamento e às vastas áreas de gramado em conjuntos habitacionais. A territorialidade e a vigilância natural fazem parte dos quatro elementos que, segundo autor, garantem a criação de ambientes seguros. Os quatro elementos destacados pelo autor são:

- a) Definição territorial do espaço, a qual funciona por meio da divisão do ambiente residencial em zonas onde os residentes exerceriam atitudes de proprietários.
- b) Capacidade da configuração física de proporcionar vigilância das áreas internas e externas dos edifícios. A maneira de obter essa vigilância seria ou posicionando janelas para as áreas comuns coletivas e para o espaço público.
- c) A adoção de projetos arquitetônicos que evitem a estigmatização dos conjuntos habitacionais, evitando que passem uma imagem de isolamento e vulnerabilidade ao crime.
- d) Local de implantação dos edifícios. A implantação de conjuntos habitacionais em áreas seguras e onde existam atividades que não ofereçam ameaça à comunidade.

Dentre esses elementos, a territorialidade se destaca pelo fato de Newman ter criado um esquema de hierarquia (FIGURA 1) entre áreas públicas e privadas, ainda empregados por muitos arquitetos – como no caso de Jan Gehl. O sistema de hierarquia proposto por ele envolveria níveis – privado, semiprivado, semipúblico e público – que partem do interior das unidades habitacionais até chegarem na rua. Assim, no primeiro nível estariam as áreas de acesso a cada unidade residencial, no segundo, as áreas comuns e de circulação internas, no terceiro, as áreas externas entre edifícios e seus acessos, e por último, o nível da rua, onde a comunidade passaria a exercer controle das áreas adjacentes aos prédios. O sistema de níveis é combinado com a vigilância natural de todas as áreas conforme a FIGURA 1.

FIGURA 1- SISTEMA DE HIERARQUIA DE ESPAÇOS E DE VIGILÂNCIA NATURAL PROPOSTO POR OSCAR NEWMAN



FONTE: Newman (1973)

Apesar de defender a diversidade e a vigilância natural, o que diminuiria a necessidade de policiamento, há elementos na obra Newman que estimulam a securitização mais intensa de residências, como o uso de grades altas e cadeados para delimitar espaços semiprivados no térreo. Outro ponto é a forma de tratamento da diversidade, embora, como Jacobs, o autor advogue a favor dela, ele também tacha alguns grupos como geradores de criminalidade. É o caso de grupos de adolescentes, os quais são tratados por ele como geradores de risco. Dessa forma, estabelecimentos frequentados por jovens bem como colégios potenciais e escolas técnicas são por ele relacionados ao aumento da criminalidade.

Em Nova Iorque, Filadélfia e Cleveland em projetos com prédios altos vizinhos de colégios, as escadas de incêndio são frequentemente usadas por adolescentes viciados para vender e usar drogas. Quando não for possível ou desejável evitar esse tipo de justaposição, é certamente viável projetar os conjuntos habitacionais de maneira que o acesso aos edifícios residenciais não esteja em ruas diretamente opostas a escolas.

Da mesma maneira, quando o projeto habitacional fica em frente a uma hamburgueria ou um salão de jogos, o prédio imediatamente defronte a eles tem maior taxa de crimes. (NEWMAN, 1973, p. 111-112)³⁴

³⁴ Traduzido de: "In New York, Philadelphia and Cleveland high-rises projects with building bordering high schools, the enclosed fire stairs are often used by teen-age addicts for selling and using drugs. Where it may not always be possible or even desirable to intentionally avoid this sort of juxtaposition, it is certainly feasible to design the site plan of the Project so that access to apartment buildings is not for those streets directly opposite schools. In much the same way, where an area of a project faces on a teen-age hamburger joint or game room hangout, the building is immediately opposite have higher crime rates" (NEWMAN, 1973).

A simplicidade, ligada ao senso comum da década de 1970 (KNOBLAUCH, 2014), baixo custo de implantação e a popularidade do trabalho de Newman, galgados no medo do colapso social devido a insegurança, estimularam uma série de medidas que relacionavam o desenho urbano ao combate ao crime, tanto nos Estados Unidos como em outros países (MINTON, 2018). Segundo Minton (2018), no final da década de 1980, os estudos de Newman já influenciavam as políticas públicas do Reino Unido, abrindo caminho para o “Secured by Design”, a princípio criado como uma versão britânica do “espaço defensável”. Iniciado em 1989, a política, apoiada pelo governo do Reino Unido, definiu um grupo de padrões de segurança e treinou policiais para serem consultores em design para prevenção do crime. A ideia é projetar contra o crime, com o aumento da segurança física – equipamentos de segurança – combinados com técnicas de desenho urbano que previnam o crime (SECURED, 2020). Atualmente, “Secured by Design” é uma “uma empresa privada independente financiada por 480 empresas que vendem produtos dentro de padrões estabelecidos, dentre os quais, seis são condições obrigatórias para a aprovação de qualquer empreendimento no Reino Unido e em particular para habitação, escolas e prédios públicos”³⁵ (MINTON, 2018, p. 87). A consequência disso foi a transformação da ideia de reforço a territorialidade em reforço na segurança das edificações. Assim, a implantação de grades altas, cercas, defensas metálicas, portas e janelas de aço e circuitos internos de TV se tornaram norma, impulsionando um mercado de segurança cada vez mais lucrativo no Reino Unido.

O “design defensável” também teve influência em políticas de segurança no Brasil. Em 2007, Roberson Luiz Bondaruk, coronel da Polícia Militar do Paraná (PMPR) e comandante da instituição entre 2011 e 2013, lançou o livro “A prevenção do crime através do Desenho Urbano”. Nela, influenciado pelas ideias tanto de Jacobs e quanto de Newman, elabora uma série de sugestões de como “alterar o ambiente urbano das cidades, tornando-o mais preparado para evitar a ocorrência da desordem, dos pequenos e dos grandes delitos, do crime e do medo do crime” (BONDARUK, 2007). Para isso, o autor compila diversos estudos, muitos com ideias opostas, sobre a criminalidade. Dessa maneira, ao mesmo tempo que discorre sobre a necessidade de ocupação espaço público e da diversidade de pessoas nele, defende ativamente a Teoria das Janelas quebradas, afirmando que os “crimes graves têm sua gênese em locais onde primeiramente se instalou a

³⁵ Traduzido de: “Secured by design is now an independent private company funded by 480 companies selling security products that meet its standards,6 which are today a condition of planning permission on all new development in the UK and in particular for housing, schools and public buildings” (MINTON, 2018).

desordem” e que “pedintes não vistoriados são as primeiras janelas quebradas” (BONDARUK, 2007, p. 102). Assim, durante o livro, dá-se ênfase à ordem, à conservação dos ambientes e ao controle de “atitudes antissociais”, embora a definição de “ordem” e de quais seriam as “atitudes antissociais” seja ausente durante o texto. Verifica-se também a indicação de estratégias contrastantes de controle espacial. Segundo o próprio autor, a vigilância natural e a delimitação do território são os pontos mais importantes do “desenho urbano contra o crime”. Apesar disso, estratégias como controle de acesso com guardas, vigilantes, colocação grades e a constante adição de elementos de segurança são também por ele estimuladas.

Bondaruk ainda aborda diversas escalas de design contra o crime – de vizinhanças a objetos – portanto, há sugestões de alterações espaciais no tamanho de quadras, mas também sugestões do melhor desenho de cadeiras e mochilas. A seguir, descrevem-se algumas das propostas do autor pertinentes para a pesquisa, com o intuito de mostrar um panorama sobre as estratégias utilizadas pelo “desenho urbano contra o crime”.

Apesar de algumas sugestões controversas, Bondaruk recomenda a ampla ocupação do espaço público como forma de mantê-lo seguro. Portanto, para garantir a vigilância natural é importante garantir fluxo contínuo de pedestres, evitar quadras muito longas, estimular o comércio local e manter o espaço público bem conservado, evitando sua degradação. Uma das maneiras de manter o espaço público mais ativo e seguro seria colocando bancos em frente a lojas, estimulando o uso de seu espaço externo.

As principais considerações para a proteção de espaços residenciais e comerciais sugerem evitar obstáculos para a visão. Dessa forma, possibilitar-se-ia manter a vigilância tanto para o interior quanto para o exterior das construções.

Um segundo ponto é a utilização de “linhas de defesa”, definidas como “uma série de perímetros de proteção, que se colocam entre o que se quer proteger e o delinquente” (BONDARUK, 2007). A primeira linha de defesa é composta por elementos da própria casa: paredes, portas, janelas, trancas, alarmes e cofres. A segunda contém contenções como grades ou muros, iluminação externa, cadeados, correntes, alarmes, cães e plantas espinhosas. A última linha de defesa é a linha da rua, a qual deve ser dotada de iluminação, de limpeza e conservação, de bom relacionamento com vizinhos e frequentadores da região, e da presença da polícia.

A ideia das linhas de defesa é importante, pois, a partir dela, percebe-se que a “prevenção do crime através do Desenho Urbano” para Bondaruk, depende em grande parte

da intensificação da segurança patrimonial, mais do que da vigilância natural e de um desenho urbano preciso. O autor estimula adição de elementos de segurança sucessivos e constantes nas linhas de defesa, e sua manutenção periódica, de forma que a aquisição de elementos de segurança patrimonial se sobrepõe aos de responsabilidade comunitária. Segundo ele, “todo investimento em sistemas de segurança, principalmente quando envolvem novas tecnologias, são interessantes” (BONDARUK, 2007, p. 193), tal como câmara e alarmes.

As sugestões que mais chamam a atenção, e as mais importantes para a presente pesquisa, são a colocação de grades, o investimento em paisagismo e medidas anti-pichação. Segundo o autor, todas as aberturas das edificações devem ter o mesmo nível de segurança. Por isso, se há grades no acesso principal do nível térreo, todas as portas e janelas também devem ser gradeadas – aberturas dos fundos e dos andares superiores. O mesmo ocorreria com sacadas, considerado um elemento vulnerável a delitos, que devem ser cercadas por grades para evitar redução do índice de segurança. Para o paisagismo, por sua vez, são indicados plantas e arbustos espinhosos, porque além de não possibilitar que pessoas se escondam entre eles, constituem “uma dolorosa barreira contra intrusos” (BONDARUK, 2007, p. 134). As espécies mais usadas para isso são: Agave, Três Marias, Coroa-de-cristo graúda ou miúda, Yucca e Berberis. As pichações também são objeto de preocupação, pois Bondaruk acredita que elas atraem delitos mais graves. Dessa forma, ele não recomenda que pessoas tenham muros lisos e claros, mas que optem por grades ou muros revestidos por pedras ou cobertos por vegetação. As plantas espinhosas de maior porte também poderiam ser úteis para evitar pichações.

Apesar de aqui apontarmos algumas contradições e distorções no trabalho de Bondaruk, seu livro conseguiu influenciar as políticas de segurança pública locais. Muitas informações contidas no livro foram assim incorporadas a planos de segurança pública no Paraná, como no caso do Plano Municipal de Segurança e Defesa Social da cidade de Curitiba.

É ainda importante observar que, mesmo reconhecendo a importância do espaço público para a segurança das ruas e das vizinhanças, o autor incentiva a securitização da paisagem e o consumo constante de equipamentos de segurança. Logo, reconhece-se que quando o objetivo primeiro da arquitetura e do desenho urbano é o combate à criminalidade, as técnicas de alteração espacial não serão sempre sutis ou apenas relacionadas à vigilância natural e ao cultivo da vitalidade pública. Pelo contrário, o desenho urbano com esse intuito

será primeiramente permeado pela preocupação com o crime, e as técnicas para combatê-lo serão implantadas a despeito das consequências negativas que possam causar ao espaço público e à paisagem urbana.

2.4.2 A vida e o uso dos espaços públicos

Ao contrário do “design defensivo”, voltado a adaptação de espaços para conter delitos, outros autores pesquisaram como elementos físicos poderiam trazer mais vida aos espaços públicos, analisando porque alguns espaços são atrativos para as pessoas e outros não. Desses autores, destacam-se dois para a presente pesquisa: Jan Gehl e William H. Whyte. Ambos perceberam durante suas pesquisas que o bom espaço público é o que permite maior número de interações sociais. Segundo Whyte (2001, p. 17), “as praças melhor utilizadas são lugares sociáveis, com maior proporção de casais do que se vê em locais menos usados, mais pessoas em grupo e mais pessoas encontrando pessoas ou acenando umas as outras”. Dessa forma, quando o espaço público é ruim, muitas atividades tendem a desaparecer, dentre elas a comunicação entre indivíduos.

Gehl (2011, p. 31) parte do pressuposto que “o tipo e a extensão das atividades ao ar livre são bastante influenciados pelo planejamento físico”, e que através dele é possível melhorar ou piorar as condições para eventos e para a vida em público. Isso não significa que as relações e interações sociais possam ser construídas apenas baseadas no desenho urbano, mas o planejamento do espaço pode encorajá-las ou impedi-las. Assim, a configuração do espaço pode ativar a coexistência entre pessoas, mesmo que a interação entre ela seja apenas por contato visual ou pela percepção auditiva do ambiente (GEHL, 2011).

As atividades em espaços públicos são classificadas por Gehl (2011) como sendo de três tipos: necessárias, opcionais e sociais. As atividades necessárias são as relacionadas ao caminhar com o objetivo de chegar de um ponto a outro, ou seja, ir à escola, trabalhar, fazer compras, tarefas do cotidiano em geral. As atividades opcionais, por sua vez, envolvem ações não obrigatórias, mas que dependem apenas da vontade e da disposição das pessoas para sua prática. São atividades como fazer uma caminhada, tomar um ar, observar pessoas ou tomar sol. Por fim, estão as atividades sociais, as quais envolvem interações entre pessoas, como conversar, brincar, envolver-se em atividades coletivas e comunitárias. As atividades sociais são consideradas como resultantes dos outros tipos de atividade, uma vez que o primeiro passo para as interações entre indivíduo é a simples presença deles em locais

públicos. Assim, ainda segundo arquiteto dinamarquês (2011, p. 15), são os contatos de “baixa intensidade”, como apenas olhar e ouvir outras pessoas, que gerarão a oportunidade de contatos mais intensos, como a familiaridade com pessoas que frequentam o mesmo espaço ou o florescimento de amizades. Se os contatos públicos mais básicos não acontecem, por consequência, outras atividades e relações também desaparecerão do espaço público (GEHL, 2011).

Um bom espaço físico pode estimular o contato entre indivíduos, ampliando as oportunidades de interação através de atividades básicas como andar, sentar, deitar, ver e ouvir as outras pessoas, ou permanecer em um local mesmo que de pé (GEHL, 2011). Sobre a questão do caminhar, Whyte (2001, p. 19) afirma que “o que atrai mais as pessoas são outras pessoas”, e mesmo que algumas pessoas afirmem buscar locais de refúgio e isolamento, a pesquisa realizada por ele nas praças de Nova Iorque apontou o contrário. As pessoas tendiam a circular onde havia o maior fluxo de pedestres, e não caminhar para longe dele. Em meio ao fluxo intenso de circulação de pedestres, fosse nas calçadas ou no centro das praças, também aconteciam grande número de interações. Dificilmente, pessoas escolhiam locais afastados das rotas de circulação para reunir-se com outras pessoas.

No caso de locais para sentar, a mesma lógica foi observada. As pessoas tendiam a sentar próximas a rotas de pedestres e a áreas mais movimentadas (Whyte, 2001), e onde houvesse uma boa visão do que acontece ao redor (GEHL, 2011). Porém, o ponto mais importante é: “as pessoas sentam onde há locais disponíveis para sentar” (Whyte, 2001, p. 28). Isso significa que os locais para sentar representam um papel primordial na dinâmica do espaço público. Sem locais para pausa e descanso, a permanência e os contatos entre pessoas também tendem a diminuir. Whyte (2011) observou que as praças mais movimentadas de Nova Iorque eram também as que tinham mais espaços “sentáveis”³⁶. Com “espaços sentáveis” o autor não se refere apenas a bancos ou locais projetados como assento, mas a qualquer superfície que possa ser usada para essa finalidade. Assim, bordas de fontes e jardins, muretas e qualquer outra superfície que servissem para descanso funcionavam tão bem ou, em alguns casos, melhor que bancos.

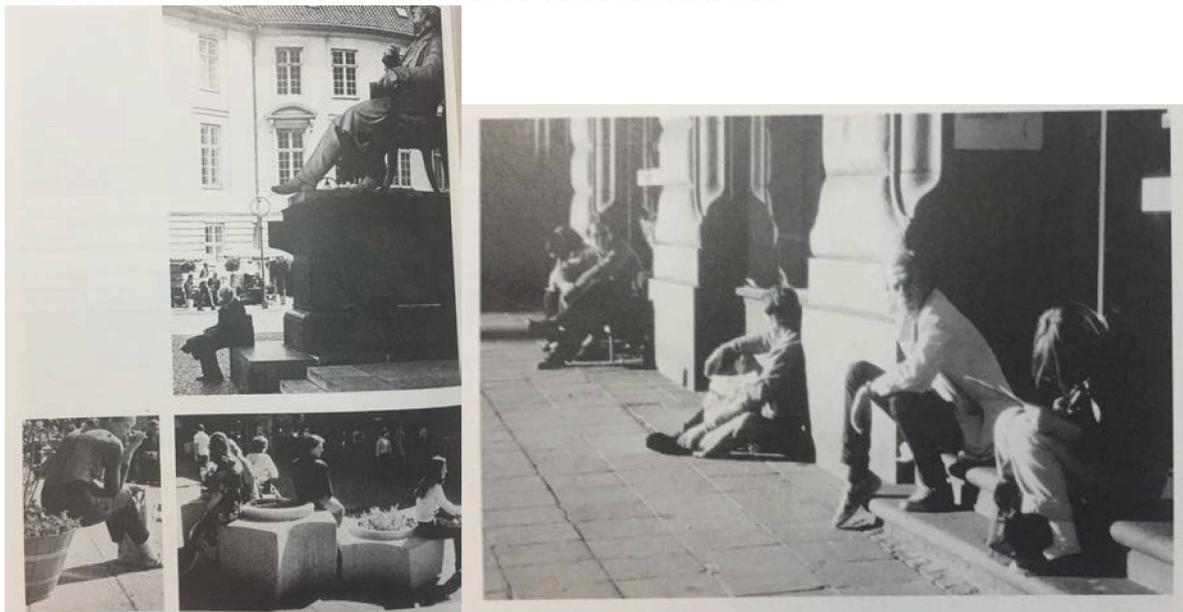
Segundo Gehl (2011, p. 159), há dois tipos de superfícies sentáveis, os “assentos primários” e os “assentos secundários”³⁷. Os primários são os bancos e cadeiras, mobiliários projetados com a função específica de sentar. Os assentos primários são utilizados

³⁶ Traduzido de: “sitable spaces” (WHITE, 2011).

³⁷ Traduzido de “primary seating” and “secondary seating” (GEHL, 2011).

principalmente quando há carência de lugares para sentar. Os assentos secundários (FIGURA 2) têm outra forma e apresentam funções adicionais além do descanso. Eles são “escadas, pedestais, degraus, paredes baixas, caixas” e “são necessários em locais com grande demanda de locais para sentar. As escadas são um elemento especialmente popular, pois oferecem também bons pontos de observação” (GEHL, 2011, p. 161). Degraus e escadas ainda oferecem grande número de disposições em seu uso, sendo agradável para grupos ou para pessoas sozinhas, além de oferecerem grande número de assentos para assistir apresentações artísticas (WHYTE, 2001).

FIGURA 2 - PESSOAS UTILIZANDO ASSENTOS SECUNDÁRIOS.



FONTE: GEHL (2011)

Segundo Whyte (2001), a melhor solução para aumentar as áreas de assentos nos espaços públicos é permitindo que elementos já existentes no ambiente sejam sentáveis. Para ele, até mesmo hidrantes e outras estruturas deveriam ser usadas como assento. Nesse sentido, os mobiliários urbanos e fachadas podem ser desenhados com detalhes que permitam seu uso com múltiplos propósitos, entre eles para sentar, oferecendo ao espaço diversidade de apropriações (GEHL, 2011). Dessa forma, qualquer superfície plana pode desempenhar a função de assento ou de mesa. Whyte (2001) chama a atenção para as estruturas construídas que margeiam elementos do espaço (canteiros, chafarizes, acabamentos em edifícios ou monumentos) ou que contornam os ambientes (como as superfícies construídas nos limites entre a praça e a rua), aos quais ele chama de “*ledges*”, traduzido aqui como “bordas”. Segundo ele, as bordas devem ser, obrigatoriamente,

sentáveis, além de ser a melhor opção para maximizar os espaços com esse fim. Por isso, as ações de fazer tais superfícies inutilizáveis – com a colocação de gradis, plantando arbustos que avancem sobre elas, construindo superfícies inclinadas ou construindo-as muito altas – são consideradas ingênuas e financeiramente custosas, uma vez que elas propiciam espaços públicos mais agradáveis (WHYTE, 2001).

Deve-se prestar atenção ainda às fachadas de edificações e outras estruturas posicionadas nos limites da rua. Além da questão das fachadas ativas, ponto chave para que haja atividades de pessoas que entram e saem das lojas ou que são atraídas por suas vitrines (WHYTE, 2001), detalhes nas fachadas também podem ser atraentes para a vida em público. Assim, locais ao longo de fachadas são bastante utilizados para permanência, em nichos e reentrâncias, bem como locais de transição entre um espaço e outro, entre a rua e o edifício ou entre uma área coberta e descoberta, por exemplo (GEHL, 2011). Isso se deve ao que Jan Gehl chama “*edge efect*”, onde as pessoas tendem a ocupar primeiro as áreas nas extremidades do espaço, devido a boa visibilidade obtida a partir delas. Os nichos, esquinas, soleiras, e esquinas muitas vezes oferecem proteção a condições climáticas – vento, sol e chuva - além de oferecerem suporte para as pessoas apoiarem as costas. Colunatas, toldos e marquises são outros elementos que proporcionam proteção para permanência ou para circulação de pedestres. Os detalhes espaciais também são importantes para atividades de curta permanência, como esperar por alguém ou permanecer de pé por algum tempo, pois as pessoas tendem a parar próximo a árvores, recessos de acesso a prédios, colunas, postes e a outros itens nos quais possam se apoiar (GEHL, 2011). Quando as fachadas e edifícios não apresentam elementos que ofereçam possibilidades de permanência, perde-se qualidade espacial, e dificilmente as pessoas pararão nesses ambientes. Isso acontece em grandes empreendimentos denominados como “fortalezas urbanas” (WHYTE, 2001, p. 85), onde se opta por construir extensos muros e fachadas cegas, sem relação com o entorno e com acesso preferencial para carros.

“Se os bons espaços são tão felizes, porque não existem mais deles?”, pergunta Whyte (2011, p. 60) em seu livro. Segundo ele, a maior razão para isso eram “os indesejáveis”, na opinião de empresários e de outras pessoas que tomam as decisões sobre o planejamento da cidade, pessoas que agem de maneira estranha em público - consumidores de bebidas baratas, adolescentes, hippies, artistas e vendedores de rua. Pessoas comuns nas grandes cidades e que, apesar de não serem pessoas perigosas, geram preocupações em relação à segurança e ao tipo de pessoa que frequenta o espaço.

No caso da pesquisa realizada por Whyte, os indesejáveis não causavam transtornos, porém as medidas para impedi-los de usar o espaço afastavam não apenas a eles, mas a todo tipo de público, retirando da cidade a oportunidade de contato entre pessoas.

2.4.3 Conflitos pelo uso do espaço: arquitetura. hostil, jovens e população em situação de rua

Mais de trinta anos depois da publicação da obra de Jane Jacobs³⁸, Mitchell Duneier realizou um estudo sobre as calçadas no *West Village*, mesmo bairro estudado pela autora. Bem como Jacobs, o autor deu grande atenção às calçadas e às dinâmicas abrigadas nelas. Como sociólogo, Duneier (1996) teve como objeto de estudo os vendedores de impressos (livros e revistas) da região, os quais podiam ser identificados como “figuras públicas automeadas”³⁹ (JACOBS, 1992, p. 68), pessoas sempre presentes no espaço público que se comunicam diariamente com um grande número de pessoas e, por consequência, têm conhecimento sobre os acontecimentos públicos, basicamente guardiães das ruas. Porém, muitos dos vendedores de impressos estudados por Duneier, além de serem figuras públicas das calçadas, encontravam-se em situação de rua. Ou seja, não só trabalhavam, mas moravam nas ruas. A partir disso, é possível perceber a complexidade das relações que ocorrem no espaço público. Os vendedores, ao mesmo tempo que eram personagens públicos confiáveis para alguns, para outros, eram pessoas incômodas por ocuparem espaços públicos para realizarem atividades privadas – dormir, comer, fazer suas necessidades.

Dessa forma, percebe-se que o mesmo ambiente que oferece meios de subsistência para populações vulneráveis será também o ambiente passível de controle espacial por meio de gradeamentos e de arquiteturas hostis. Segundo Duneier (1999, p. 144), lugares que garantem a vida de pessoas em situação de rua são dotados de grande densidade de pedestres, de terminais de ônibus movimentados, disponibilidade de comida barata ou de graça, além de locais públicos para dormir sem ser incomodados e locais abrigados como reentrâncias e nichos em edifícios. Por isso, em locais onde a população de rua representava qualquer incômodo, o ambiente era modificado de maneira a dificultar seus meios de subsistência, uma vez que, no caso de Nova Iorque, é vedado expulsar ou prender tal população sem evidência de que tenham cometido crimes. Assim, locais antes povoados

³⁸ O livro de Jacobs “Morte e vida das grandes cidades americanas” foi publicado originalmente em 1961. O estudo de Duneier “Sidewalks” foi publicado em 1999.

³⁹ Traduzido de: “self-appointed public characters” (JACOBS, 1992, p. 68).

pela população em situação de rua foram fechados com grades, paredes e gradis. Inutilizaram-se cantos e nichos onde a população em situação de rua dormia e plataformas onde ambulantes poderiam dispor seus produtos. Qualquer local não captado por câmeras de segurança também foram fechados com grades (DUNEIER, 1999).

Apesar das iniciativas de afastar usuários incômodos do espaço público – moradores de rua e grupos de jovens principalmente – apresentarem caráter higienista, a presença de pessoas em situação de rua gera conflitos com comerciantes e outros trabalhadores das áreas centrais, os quais veem na implantação de arquiteturas hostis uma saída fácil para seus problemas. Um dos principais conflitos com comerciantes ocorre devido ao aspecto visual e odor dos moradores de rua, bem como a preocupação que sua ocupação cause danos materiais (Frangella, 2005). Em Curitiba, especificamente, os comerciantes reclamam do cheiro de urina em diversas partes da cidade, no Centro em especial. Apesar da prática de urinar em locais públicos não ser exclusividade da população de rua, após o horário de fechamento de banheiros públicos, os quais não funcionam no período noturno, não resta outra opção a não ser utilizar a rua como banheiro. O problema da urina, segundo Maluf e Rocha (2019), preocupa comerciantes, que temem que o odor afaste os clientes. Por isso, realizam limpeza de portas e espaços em frente às lojas. Em outros casos, como no constatado na Rua Saldanha Marinho, alguns proprietários optam pela instalação de grades para evitar a permanência de moradores de rua.

A responsabilidade de limpar locais limítrofes à calçada chama a atenção para a interface entre o público e o privado, e como as esferas interferem mutuamente para a qualidade espacial. No caso das calçadas, espaços públicos onde as arquiteturas hostis se posicionam na cidade, Queiroga (2012, p. 88) as classifica como uma “categoria ambígua, uma vez que sua manutenção cabe aos proprietários”, ao mesmo tempo que é espaço funcional, com função de circulação principalmente, social e onde se encontra grande diversidade de indivíduos.

A população em situação de rua é bastante sensível a alterações espaciais, uma vez que depende de equipamentos públicos, como banheiros, casas de acolhimento, guarda volumes e restaurantes populares. Assim, a localização da infraestrutura, bem como sua ausência, pode determinar os locais de permanência dessa população. Segundo Frangella (2005, p. 202 – 203):

A conjunção de procedimentos arquitetônicos de expulsão e de medidas policiais de deslocamento desses habitantes leva-os à contínua circulação por ruas e cantos da cidade. Cria-se o tal círculo vicioso: o morador de rua, sem acesso a banheiros públicos e sem moradia, usa os vãos, as ruas, os bancos de praças, as árvores, para

dormir e fazer sua higiene pessoal. O efeito visual e odorífico desse uso gera na população uma atitude de repúdio à sua presença e aciona o poder público, que força a sua supressão na cidade. Quando não é o poder público diretamente, são os artefatos construídos paulatinamente que, perversamente, tentam empurrar o habitante de rua para o “lugar nenhum”.

O morador de rua adapta-se aos obstáculos físicos e sociais, uma vez que o problema social não é diretamente atacado. Embora certas ocupações do espaço causem conflitos complexos, os controles espaciais surtem efeitos apenas pontuais, pois ao mesmo tempo que se impede a utilização de um local, outros serão ocupados, em substituição ao espaço perdido. Dessa forma, as arquiteturas hostis tratam os efeitos e não as causas dos problemas, aumentando as restrições espaciais e a militarização da paisagem.

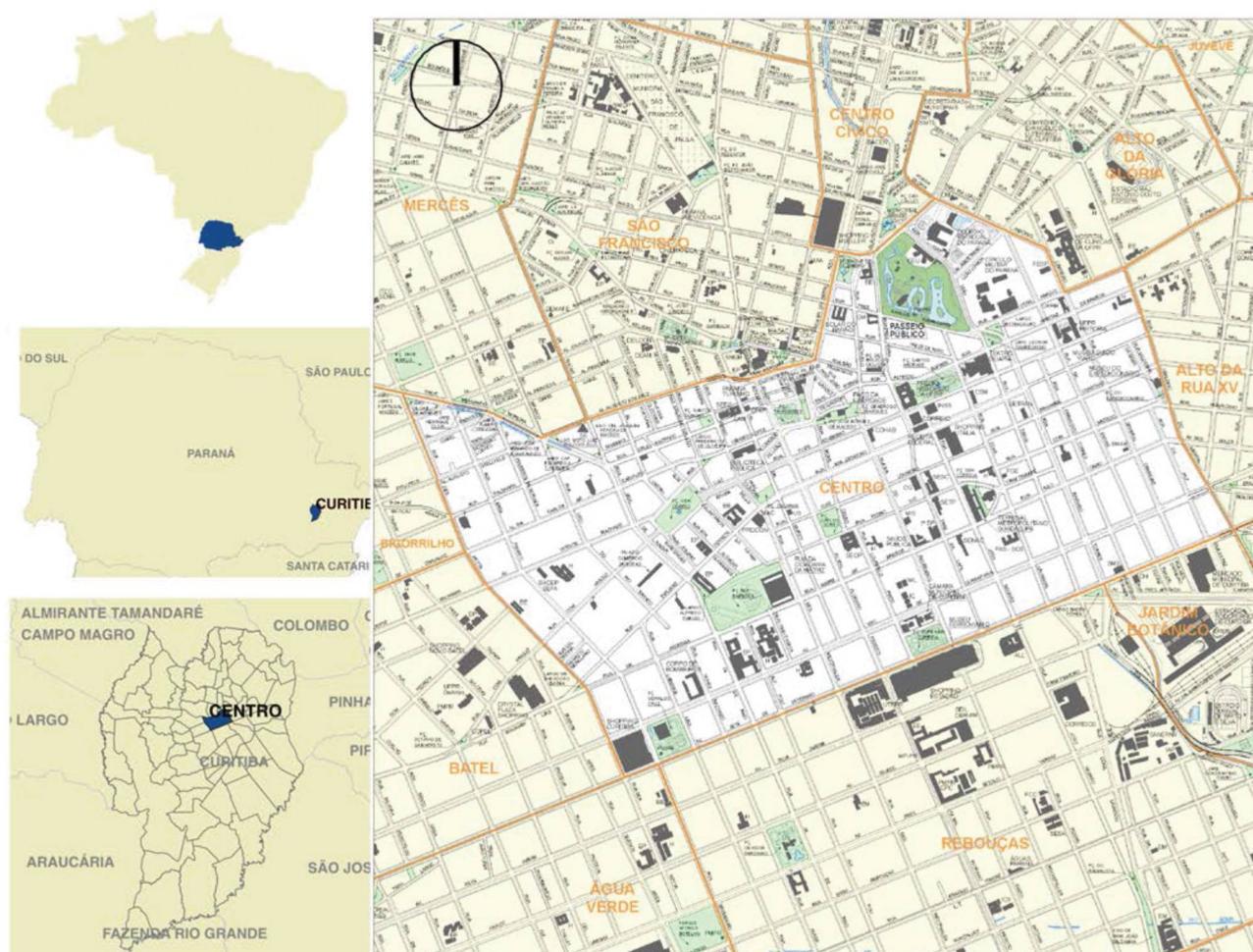
Apesar do último autor usar como exemplo a lógica de adaptação espacial dos moradores de rua, pode-se estender a dinâmica cíclica entre controle espacial e adaptação do usuário a qualquer indivíduo que almeje fazer uso do espaço público. É o caso de jovens que, quando tem seu espaço de reunião limitado, adaptam-se ao ambiente de forma a encontrar outro lugar adequado de encontro e sociabilidade. Outras pessoas podem encontrar formas espontâneas ou criativas de utilizar espaços restritos. Segundo Dan Lockton (2013, l. 1795), arquiteturas hostis “podem ser bem-sucedidas em influenciar comportamentos a curto prazo, assim pessoas não dormirão em um banco, ou cometerão pirataria, mas elas não conseguem afetar o que as pessoas realmente querem fazer”.

3. CURITIBA E O CENTRO DA CIDADE

Este capítulo apresenta uma breve descrição do espaço central de Curitiba. Abordam-se os principais fatores que influenciaram no desenvolvimento e na ocupação do Centro. Em seguida, são apresentados dados sobre população, renda e criminalidade na região central. Por último, verifica-se como o espaço público e a segurança pública são considerados na legislação urbana municipal.

O Bairro Centro está localizado na porção centro-leste do município de Curitiba (FIGURA 3). Onze bairros possuem limites com o Centro: Água Verde, Alto da Glória, Alto da Rua XV, Batel, Bigorriho, Centro Cívico, Cristo Rei, Jardim botânico, Rebouças, Mercês, São Francisco. Com exceção do Água Verde, todos fazem parte do domínio administrativo da Regional Matriz.

FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DO CENTRO DE CURITIBA



FONTE: IPPUC (2019), adaptado pela autora (2019)

O centro de Curitiba, como em muitas cidades brasileiras, é o núcleo comercial da cidade, além de ser o local onde se estabeleceram, historicamente, os primeiros

povoamentos. O Centro, juntamente com o bairro São Francisco, constituíam o núcleo da cidade desde sua fundação, ainda como vila, no final do século XVII. O marco zero da cidade se encontra na Praça Tiradentes, antiga Praça Matriz. Curitiba permaneceu como uma cidade de pequenas proporções até meados do século XIX. Em 1854, Curitiba possuía 27 quarteirões entre os quais o “Quarteirão da Cidade, que correspondia ao centro urbano” (IPPUC, 2015, p. 1).

A partir da década de 1930, a cidade testemunha grande incremento populacional. A população de 49.700 pessoas em 1897, chega a 100 mil em 1930 (DUARTE; GUINSKI, 2002). Com a constante aceleração do crescimento populacional, Curitiba passa a sofrer intervenções de forma a organizar seu tecido urbano. O primeiro Plano Agache, em 1943, (FIGURA 4) é a primeira grande intervenção nesse sentido. Conforme Dziura (2009), ele previa a abertura de ruas e avenidas radiais concêntricas, diametrais e perimetrais, que circundavam o centro ou o interligavam a outros setores da cidade. O Plano Agache era fundamentado numa estrita divisão de setores funcionais da cidade, prevendo assim “centros funcionais ou especializados, como centro cívico, centro comercial e social, centro de abastecimento” (DZIURA, 2009, p. 184), sendo atribuída à região central, a função de centro comercial e de lazer (BOTEGA, 2012).

FIGURA 4 - POSIÇÃO DO PLANO AGACHE EM RELAÇÃO AOS LIMITES DO MUNICÍPIO



FONTE: Câmara Municipal de Curitiba (2015)

Duas décadas após o Plano Agache, a população de Curitiba já atingia o número de 600 mil pessoas. O alto crescimento populacional constituiu uma barreira para a implantação do Plano Agache. Com isso, foi lançado um concurso para um novo plano urbanístico, sendo aprovado o Plano Serete/Wilheim em 1966 (FIGURA 5). Esse Plano previu o crescimento linear da cidade, expandindo a atividade comercial e o adensamento para além do Centro. Assim, foram determinados eixos lineares a partir do sistema viário já existente, os eixos estruturais. A concepção dos eixos estruturais determinava um sistema trinário de tráfego, composto por uma via central e duas vias laterais. A via central, mais adensável, foi planejada para comportar o transporte coletivo em massa, relacionando o adensamento com o sistema de transporte coletivo.

FIGURA 5 -ESQUEMA QUE MOSTRA OS EIXOS CRESCIMENTO LINEAR DE CURITIBA, CONTORME O PLANO SERETE/WILHEIM.



FONTE: JORGEWILHEIM.COM.BR (s/d)

Muitos projetos previstos no Plano Serete/Wilheim foram implantados na década de 1970, como no caso do fechamento da Rua XV de Novembro para veículos, em 1972, e a regulamentação do Plano Massa, em 1975. O Plano Massa, especialmente, teve como referência os edifícios propostos por Alfred Agache para a Rua XV, ou seja, edifícios altos com o térreo recuado (DZIURA, 2009), formando galerias cobertas que proporcionavam a expansão do passeio de pedestres (GNOATO, 2006) (FIGURA 6). O Plano Massa aplicava a mesma lógica de galerias às vias centrais dos eixos de adensamento.

FIGURA 6 - GALERIAS CONSTRUÍDAS NOS PARÂMETROS DO PLANO MASSA NA AV. SETE DE SETEMBRO



FONTE: A autora (2017)

Os incentivos ao adensamento de outras áreas causaram declínio na população da área central. Segundo dados do Censo de 1980 a 2000, o Centro teve decréscimo de quase dez mil habitantes. No mesmo período, a população do município aumentou de 1.024.975 para 1.587.315 pessoas. Nesse período, o Centro ainda sofreu alteração do perfil de seus usuários. Conforme Letícia Gadens (2010), antes com comércios voltados às elites, o Centro tradicional começa a abrigar atividades comerciais mais intensas voltadas a um público metropolitano. Isso, segundo a autora, também foi influenciado pela mudança nos hábitos de consumo das elites, as quais passaram a frequentar shopping centers. Segundo reportagem escrita em 1980, por Aramis Millarch (1980), muitas lojas da região central pretendiam se mudar para os shoppings, que estavam ainda em construção. Ao mesmo tempo, grandes lojas de departamento começavam a ocupar a Rua XV de Novembro e suas intermediações.

Diferentes situações históricas e de investimentos no Centro ao longo das décadas ofereceram a ele uma paisagem diversa. Dos séculos XIX e início do século XX, herdaram-se imóveis de caráter histórico (FIGURA 7), como os de arquitetura eclética. Já da época de esvaziamento populacional, restam até hoje imóveis subutilizados, abandonados e

desocupados (FIGURA 8), contribuindo para formações de espaços pouco utilizados e degradados.

FIGURA 7 - ARQUITETURA ECLÉTICA DO INÍCIO DO SÉCULO XX NO CENTRO DE CURITIBA



FONTE: SESC-PR (2016), Wikipédia (2015).

FIGURA 8 - EDIFICAÇÕES VAZIAS NO ENTORNO DA PRAÇA TIRADENTES



FONTE: Blog Fotografando Curitiba (2018); e acervo da autora (2016).

3.1. DADOS SOBRE O CENTRO

O Centro possui 328 hectares (3,28 km²) de área, a qual corresponde 0,76% do território do município. Segundo dados do último Censo do IBGE (2010 *apud* IPPUC, 2015), apresenta alta densidade demográfica: 113,56 habitantes por hectare, quase três vezes maior que a média do município (40,30 hab/ha). Entre 2000 e 2010, após algumas décadas de decréscimo populacional, o número de habitantes no Centro passou de 32.623 para 37.283 habitantes, representando crescimento de mais de 14% em uma década. No mesmo período, a população total de Curitiba cresceu pouco mais de 10%. Ao mesmo tempo, quando analisada a densidade domiciliar – isto é, número de habitantes por domicílio – verifica-se que a taxa central, 1,6 habitantes por domicílios, é menor que a relação municipal de 2,76. As unidades habitacionais são, em sua grande maioria, apartamentos, os quais representam 96,27% das habitações.

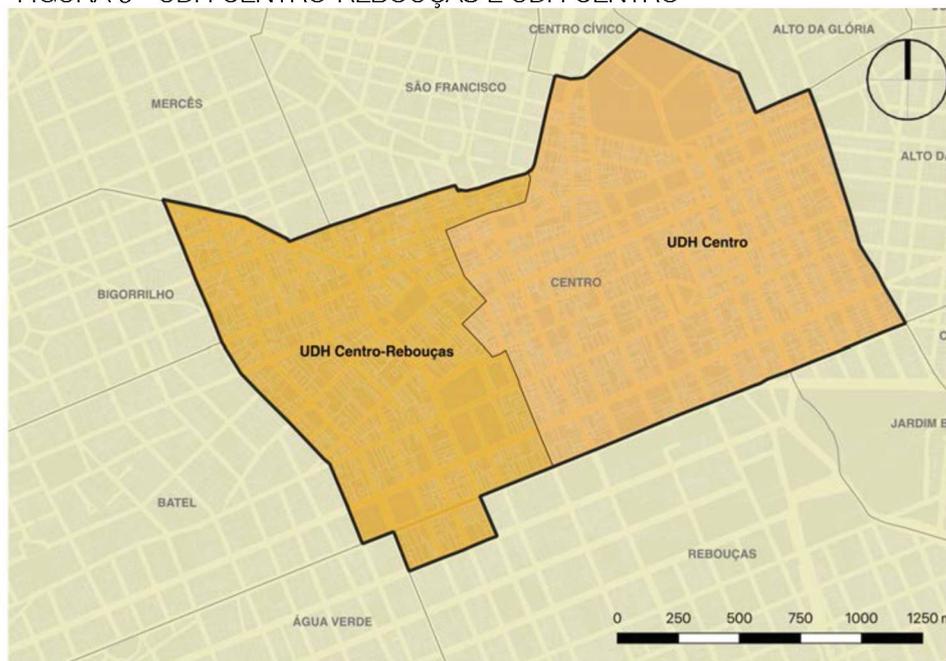
Em relação à infraestrutura, o bairro apresenta ótima infraestrutura de abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo e fornecimento de energia. Tem ainda a maior concentração comercial, dos 166 mil comércio e serviços da capital, 39 mil estão no Centro (23,5%) (IPPUC, 2010). A infraestrutura de mobilidade é, da mesma forma, bastante concentrada na região central. O centro abriga ainda muitos terminais de ônibus, localizados, em sua grande maioria, nas praças. Dessa forma, das 14 praças do Centro, oito abrigam uma série de pontos finais de linhas de transporte: Osório, Rui Barbosa, Zacarias, Tiradentes, Carlos Gomes, 19 de Dezembro, Senador Correia e Santos Andrade. Outras praças e largos, embora não sejam pontos finais dos coletivos, apresentam estações tubo instaladas em seu perímetro, como no caso da Praça Eufrásio Correa e Largo Bittencourt.

As praças são as principais áreas verdes do Centro. O único parque do bairro é o Passeio Público, localizado a nordeste, já nos limites com o Centro Cívico. A alta densidade construtiva da região acarreta em baixa proporção de área verde por habitante (5,24m²/hab), destoando do padrão municipal de 58 m²/hab. É importante ressaltar que a paisagem e o uso das praças centrais são afetados pela presença dos pontos e terminais de transporte. Implantados na década de 1970, os terminais cortaram praças e diminuíram o espaço físico de algumas delas. Ao mesmo tempo, isso alterou a função da praça, antes usada como área de convivência, passa a ser espaço de intensa circulação dos usuários do transporte coletivo (DUDEQUE, 2010).

O bairro também possui IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal muito alto, acima de 0,9. Nesse sentido, é importante notar que o bairro é composto por duas

UDHs – Unidade de Desenvolvimento Humano⁴⁰ (FIGURA), a UDH Centro-Rebouças e a UDH Centro.

FIGURA 9 - UDH CENTRO-REBOUÇAS E UDH CENTRO



FONTE: IPPUC (2019); ATLAS BRASIL (2013); Adaptado pela autora (2020)

A UDH Centro, na porção leste do Centro, apresenta população mais numerosa, quando comparada à UDH Centro-Rebouças, embora essa última tenha maior densidade populacional. Ambas apresentam IDHMs muito altos. Nesse sentido, o índice é o fator que melhor diferencia as duas áreas centrais, pois, apesar de contíguas, a UDH Centro-Rebouças tem melhores indicadores, principalmente nos componentes educação e renda. Assim, como informado no TABELA 2, nota-se que há uma diferença comparativa de renda per capita de mais de R\$500,00 entre elas.

TABELA 2 - DADOS DE POPULAÇÃO E IDHM NAS UDHs E NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

| 2010 | UDH - Centro | UDH - Centro Rebouças | Média Região Metrop. Curitiba |
|-----------------------------------|--------------------------------|------------------------------|----------------------------------|
| População | 20.515 hab | 19.404 hab | 1.751.907 hab |
| Densidade Populacional | 10.302,06 hab./km ² | 14147,50 hab/km ² | 3993,64 hab./km ² |
| IDHM | 0,918 | 0,946 | 0,823 |

⁴⁰ As UDHs são áreas delimitadas conforme a situação de desenvolvimento humano no interior dos espaços intrametropolitanos, sendo assim possível revelar especificidades e desigualdades no desenvolvimento humano dentro dos municípios (ATLAS, 2013).

O Eixo Estrutural (EE), posicionado entre as avenidas Visconde de Guarapuava e Sete de Setembro, possui coeficiente de aproveitamento alto (CA=4), desde que respeitados as determinações do Plano Massa. A Zona Central (ZC) é a com maior coeficiente de adensamento (CA=5, para usos residenciais). Embora permita alto adensamento, a permissão das construções na Zona Central observa o resguardo das edificações históricas do bairro, com atenção especial aos imóveis da Rua XV de Novembro. A Zona Histórica, por sua vez, permite a altura máxima de quatro pavimentos, com objetivo de preservação da paisagem do local, permeada por edificações de grande valor histórico e cultural. Na Zona Saldanha Marinho também estão presentes diversas edificações históricas, porém, em consequência da sua localização entre o setor histórico e o centro tradicional, é definida como uma área de uso misto. O uso misto ainda foi definido como forma de requalificar a região, intensificando os usos comerciais e habitacionais no local (CURITIBA, 2019). Por último, observa-se a presença de duas porções definidas como Zona Residencial 4 (ZR4), localizadas nos extremos do bairro, já no limite com os bairros Batel e Bigorrião, à esquerda, e Alto da Rua XV e Juvevê, à direita. A ZR4, ao contrário dos outros zoneamentos apresentados, onde se estimula o uso comercial, apresenta caráter predominantemente residencial e permite a edificação até o limite de seis andares.

3.2 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, ESPAÇO PÚBLICO E SEGURANÇA

Esta seção apresenta como o espaço público é tratado na atual legislação urbana da cidade de Curitiba. Além do espaço público em si, destacam-se questões como a fruição pública, a paisagem e segurança, consideradas importantes para a pesquisa. Foram revisadas as principais leis urbanas municipais, com foco principal no Plano Diretor Municipal, aprovado no ano de 2015, por apresentar as diretrizes mais importantes de desenvolvimento urbano da cidade. O Plano Diretor Municipal traz adições importantes relação ao estímulo de espaços de convivência de propriedade privada, através da Fruição Pública de Lotes Privados, e ao incentivo de implantação de fachadas ativas. Foi ainda analisado o Plano Setorial de Segurança Pública que detalha algumas diretrizes do Plano Diretor.

Outras leis importantes são o Plano Massa, aprovado pelo Decreto Municipal nº 855/75 para estimular o crescimento linear da cidade, e a Lei de Zoneamento, Lei nº 15511/2019, o qual detalha as áreas onde é obrigatória a implantação de fruição pública. Essa lei apresenta também novas zonas para a região central com o objetivo estimular o uso do espaço público e edificações. Por fim, aborda-se alguns artigos do Código Municipal de Obras, referentes a proibições de bloqueios à circulação e à paisagem.

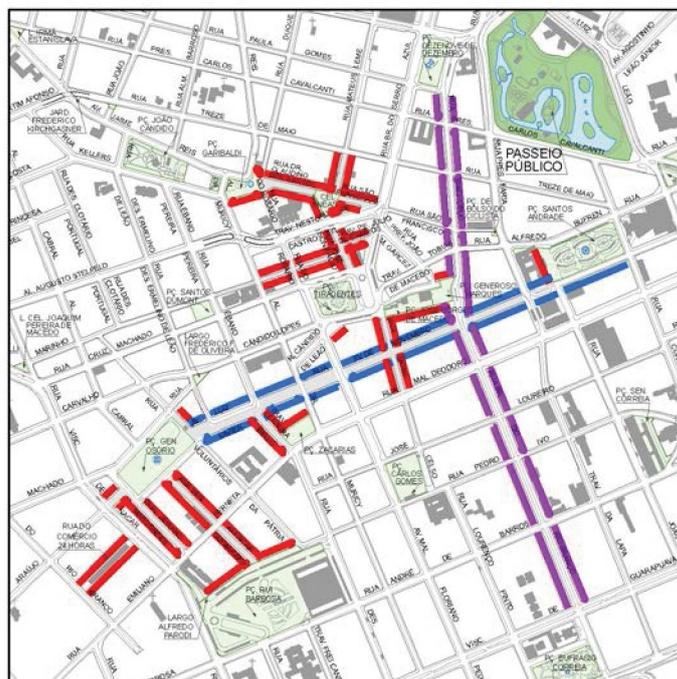
3.2.1 As áreas de pedestres

No Plano Diretor, a primeira menção ao espaço público está no artigo que trata das diretrizes gerais da política de estruturação urbana, art. 17, especificamente no inciso VI que estabelece como objetivo “consolidar e ampliar áreas de uso preferencial ou exclusivo de pedestres. Curitiba é bastante conhecida pelo calçadão da Rua XV de Novembro na área central, com grande trecho de uso exclusivo para pedestres, implantado na década de 1970. Depois disso, outras ruas de Curitiba foram calçadas para permitir circulação exclusiva de pedestres: Travessa Monsenhor Celso e Senador Alencar Guimarães. Na mesma direção de ampliação de espaços de pedestres, está o Plano Massa (melhor detalhado adiante), também aprovado na década de 1970. O desenho planejado nesse decreto conforma galerias cobertas que, ao mesmo tempo que proporcionam abrigo aos pedestres, estendem o espaço das calçadas. Pode-se dizer que tais precedentes semearam uma imagem de Curitiba como lugar que privilegia os pedestres.

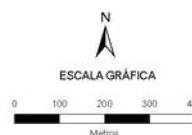
A legislação atual da cidade continua, pelo menos em discurso, a desenvolver planos voltados aos pedestres, vide o Plano de Pedestrianização e Calçadas, divulgado em 2014.

A recém aprovada Lei de Zoneamento e Uso do Solo – Lei 15511/2019, define também três Setores Especiais para Pedestres – SEPEs (Setor Central, Setor Rua XV de Novembro e Setor Barão Riachuelo), todos na região central. É importante ressaltar que, com exceção do Setor Barão-Riachuelo, os SEPEs já são compostos, predominantemente, de ruas exclusivas para pedestres.

FIGURA 11 - SETOR PREFERENCIAL DE PEDESTRES - SEPE



- LEGENDA**
- SETOR PREFERENCIAL DE PEDESTRES**
- SETOR CENTRAL
 - SETOR XV DE NOVEMBRO
 - SETOR BARÃO-RIACHUELO
 - QUADRAS
 - PRAÇAS E JARDINETES
 - PARQUES E BOSQUES
 - CALÇADÃO



FONTE: IPPUC (2019)

Os parâmetros de zoneamento definidos para os setores de pedestres são bastante tradicionais, na medida em que focam nos parâmetros construtivos e pouco na interface entre o público e privado. Ao contrário das definições da Zona Saldanha Marinho, descritas mais a frente, não há definições ou obrigações quanto à implantação de fachadas ativas, como modo de otimizar o uso da infraestrutura e manter ativo o uso das calçadas. Assim, apesar das leis municipais manterem a intenção de estimular e priorizar a circulação de pedestres, não se identifica qualquer avanço em relação às políticas públicas previamente existentes.

3.2.2 Galerias cobertas, fachadas ativas e fruição pública

Sobre as galerias cobertas conformadas nas vias estruturais da cidade, destaca-se o Plano Massa, aprovado em 1975 por meio do Decreto nº 855/75. Após algumas alterações, o decreto vigente que rege o Plano Massa é o nº 190/2000, nele se destacam as seguintes determinações:

Art. 4º Nos terrenos com frente para a via central dos Setores Especiais Estruturais deverá ser assegurada a continuidade da testada comercial das novas edificações, através de proposta específica de ocupação, denominada Plano-Massa, conforme estabelecido no § 2º do Art. 17 da Lei nº 9.800/00.

§ 1º - O Plano Massa compreende um embasamento comercial, constituído de 2(dois) pavimentos, térreo e sobreloja, edificados no alinhamento predial da via central e em torno das praças e terminais, devendo a vedação do térreo estar recuada no mínimo de 4m (quatro metros) desse alinhamento, para constituição de uma galeria comercial coberta, podendo a sobreloja ficar em balanço.

§ 2º - O embasamento deverá ser ocupado com usos comerciais e de prestação de serviços, podendo conter uma ou mais unidades comerciais autônomas, tolerando-se saguão de entrada, acesso de veículos e pedestres, estacionamento e galerias transversais ao alinhamento predial.

(...)

§ 4º - O embasamento, ocupado com áreas comerciais e com acesso, garagens e estacionamento, será considerado como prêmio e não será computado no cálculo do coeficiente de aproveitamento (CURITIBA, 2000).

Do texto citado, destacam-se dois pontos. O primeiro é o texto contido no parágrafo 1º. Ele descreve as características exigidas no embasamento de edifícios localizados nas vias centrais dos Setores Estruturais⁴¹: térreo recuado e o segundo pavimento construído no alinhamento. Tais características garantem a formação das galerias cobertas que contribuem para a qualidade espacial por meio de fornecimento de abrigo às pessoas, da extensão da área de calçada e estabelecimento de fachadas ativas nos comércios do pavimento térreo. O parágrafo 4º, por sua vez, destaca-se por especificar que o embasamento comercial é uma área não computável, concedida como “prêmio” para os empreendimentos que construirão nos lotes da via central. Esse benefício, o qual funciona como uma adição de potencial construtivo, foi determinado para estimular a aquisição de terrenos nos Setores Estruturais e construção conforme os padrões estabelecidos, visando garantir a continuidade das fachadas comerciais e da paisagem. Adicionalmente, a Lei de Zoneamento ainda estipula um alto coeficiente de aproveitamento (CA=4) para a região,

⁴¹ Os Setores Estruturais, ou Eixos Estruturais, são compostos por um sistema trinário de circulação viária, com uma via central que contém a circulação do transporte coletivo e mais duas pistas de tráfego lento, e com duas vias externas, destinadas ao tráfego intenso de veículos.

colaborando para que os Eixos Estruturais se consolidem como eixos de crescimento e atraiam investimentos imobiliários.

Outro ponto importante é o enfoque sobre fachadas ativas na Lei do Plano Diretor. O uso de fachadas ativas é abordado em três artigos, Art. 29, 30 e 31. O artigo 29 traz a definição sobre o termo: “Art. 29. A fachada ativa é o uso não-residencial com acesso direto e abertura independente para o logradouro, no nível da circulação de pedestres, de modo a estimular o uso misto nas edificações e reduzindo o deslocamento do uso de serviços” (CURITIBA, 2015). Um dos objetivos da fachada ativa, segundo o texto do Plano Diretor, é a qualificação do espaço público. Por isso, para estimular a implantação de fachadas ativas, concede-se benefícios em área construída, ou seja, um pavimento não computável, para os edifícios que destinarem parte do pavimento térreo para unidades comerciais com fachadas ativas.

§ 2º Caso o empreendimento apresente 50% (cinquenta por cento) da área no pavimento em nível do logradouro destinado ao uso não-residencial, será concedido benefício de acréscimo gratuito de 01 (um) pavimento que não será considerado como área computável, inclusive em relação ao cálculo de coeficiente de aproveitamento bem como no número de pavimentos máximo especificado no zoneamento local (CURITIBA, 2015, art. 29 § 2º).

A fachada ativa desempenham, de fato, importante papel na qualificação do espaço público, uma vez que, ao contrário de muros e fachadas cegas, ajudam potencialmente na atração de pessoas e garantem o uso do logradouro de forma a otimizar a estrutura já instalada em determinados locais da cidade. A observação dos benefícios concedidos em área construída é importante, pois, embora sejam destinados a entes privados, destacam a importância da interface entre o público e o privado para a qualidade do espaço de uso comum. Conforme Jane Jacobs, lojas são um dos elementos básicos que atraem vitalidade e vigilância natural para as ruas, ou seja, lojas, bares e restaurantes “dão às pessoas – residentes ou não residentes – razões concretas para o uso das calçadas” (JACOBS, 1992, p. 36).

Na cidade de Curitiba, a Rua Saldanha Marinho, em sua porção localizada no Centro Histórico da cidade, exemplifica a questão das fachadas ativas. A rua possui grande número de imóveis antigos e sem uso, apresentando pouco fluxo de pedestres em muitas de suas quadras. Na última lei de Zoneamento – Lei 15511/2019, foi criada uma zona especial, a “Zona Saldanha Marinho”, como tentativa de requalificação da região. Nessa zona, foi instituída a obrigatoriedade de uso comercial no pavimento térreo “com acesso direto e

abertura independente para via pública ocupando no mínimo 50% (cinquenta por cento) da testada” (CURITIBA, 2019, p. 77).

O artigo 73 do Plano Diretor, “O uso do espaço público”, trata diretamente da política urbana para esses espaços. Essa política é composta de três objetivos e vinte e duas diretrizes. Dos objetivos, destacam-se dois, por serem referentes ao acesso e diversidade no espaço público: I - fortalecer o conceito de espaço público como área de fruição coletiva de forma saudável e segura; e III - ampliar, preservar e diversificar os espaços públicos e seus usos.

Constante na seção sobre o uso do espaço público, está ainda a subseção que versa sobre a fruição pública de lotes privados.

Art. 75. Deverá ser estimulada a fruição pública de lotes privados, ao tornar áreas particulares em áreas de uso público, com o propósito de promover a qualificação urbana e ambiental por meio da criação de áreas de sociabilidade, redução de deslocamentos, diversificação de usos e formas de implantação de edificações.

Art. 76. A área destinada à fruição pública será convertida, até o seu dobro, como área não computável a ser utilizada no próprio lote, até o limite estabelecido na legislação de zoneamento, uso e ocupação do solo, desde que observados os seguintes critérios:

I - a área destinada à fruição pública deverá ter, no mínimo, 50 m² (cinquenta metros quadrados) e estar localizada junto ao alinhamento da via, ao nível do passeio público, sem qualquer obstrução de acesso e não ocupada por construções e/ou estacionamento de veículos;

(...)

III - a conservação e manutenção da parte cedida será de responsabilidade do proprietário (CURITIBA, 2015)

Por “fruição pública de lotes privados” o artigo 75 entende que sejam áreas livres de propriedade privada, porém com acesso para uso comum. E, segundo o inciso III, conservação e manutenção da área de fruição pública é de responsabilidade do proprietário do lote. A área deve estar junto ao alinhamento para ter conexão com a rua e boa visibilidade a partir do passeio. É importante observar que, como em muitas diretrizes da política urbana voltadas aos espaços públicos, oferece-se benefício em área construída – nesse caso, o dobro da área deixada para fruição pública – para os empreendedores que implantarem áreas de uso comum. A fruição pública de lotes privados é uma das adições feitas na revisão do Plano Diretor – ela não estava presente no texto da Lei 11266/2004, podendo, portanto, ser considerada uma novidade da política urbana da cidade. O estímulo à fruição pública em lotes privados sugere a adoção de tendências já implantadas em outros países, em que muitos espaços públicos são controlados por empresas privadas, as quais também são responsáveis pela manutenção de tais espaços.

Por isso, observam-se aqui as políticas públicas que, devido ao potencial de trazer qualidade ao espaço público, promovem incentivos em área construída e flexibilização de padrões construtivos, tais como o Plano Massa, as fachadas ativas e a fruição pública em lotes privados. O sucesso delas políticas, porém, depende de boa instrumentalização e da fiscalização do poder público. Caso contrário, após o recebimento de benefícios, as áreas ficam sujeitas às decisões da iniciativa privada de manter ou não os espaços públicos ativos e acessíveis. Isso pode ser percebido, por exemplo, em políticas de incentivos a praças com gestão privada na cidade de Nova Iorque, implantadas desde a década de 1970. Nesse caso, muitos empreendimentos, após receberem incentivos em troca da oferta de praças com livre acesso, decidiram por controlar o público que poderia acessá-las, além de instalarem arquiteturas hostis em seus mobiliários (WHYTE, 2001).

3.2.3. Espaço público e segurança pública

Como último item de análise está a segurança pública, ou conforme o texto do Plano Diretor, a “Segurança Cidadã”. Destaca-se aqui o texto que relaciona a ocupação do espaço público com a segurança pública, constante no artigo 74. Esse artigo propõe a articulação entre esfera pública e esfera privada para “o desenvolvimento de medidas e políticas que promovam a ocupação dos espaços públicos, como meio de redução da violência urbana” (CURITIBA, 2015, art. 74). Do capítulo específico sobre “Segurança cidadã”, destaca-se o inciso III do artigo 126 que propõe “utilizar o planejamento e o desenho urbano na criação de espaços facilitadores das ações de segurança e de prevenção à violência” (CURITIBA, 2015). Por último, das diretrizes contidas no artigo 127, salienta-se o inciso IV: “criar incentivos à gestão compartilhada da segurança da cidade, mediante mecanismos que facilitem e estimulem a utilização conjunta da estrutura de equipamentos e informações pelo Poder Público Municipal e pelo cidadão, como sistemas de monitoramento, alertas e alarmes, com fim de difundir práticas de prevenção à violência” (CURITIBA, 2015).

Para entender melhor como a legislação aborda as relações entre políticas de segurança e o espaço público, recorreu-se ao Plano Municipal de Segurança e Defesa Social, de 2008⁴². Nele é enfatizado o enfoque em segurança preventiva da gestão pública municipal, estreitando laços entre comunidade e a Guarda Municipal, para que assim sejam menos necessárias as políticas punitivas. O Plano de Segurança apresenta também alguns

⁴² Os planos setoriais devem ser atualizados conforme as revisões do Plano Diretor Municipal, porém o Plano Setorial de Segurança e Defesa Civil ainda não sofreu alterações, continuando em vigência o texto de 2008.

programas desenvolvidos para a segurança municipal. O “Programa Integrado Menos Violência” é destacado aqui por defender parâmetros legais para edificações e espaços urbanos que previnam delitos e coíbam a segregação socioespacial e cultural. O programa ainda pretende promover espaços públicos e privados que estimulem a convivência de grupos heterogêneos; combinação de iniciativas públicas e privadas no tecido urbano como forma de prevenir “guetos socioeconômicos e comportamentais na cidade”; estimular a apropriação pública do espaço urbano, “segundo uma lógica nova, que é de não mais se tirar o menino da rua, mas dar qualidade a essa rua, para desfrute de todos os meninos, e dos adultos e velhos também”; e estimular o povoamento de vias e logradouros, bem como incentivar “comércio e a serviços voltados para os passeios e bulevares, com estímulo e maior apoio aos ciclistas, pedestres e famílias, de modo a não esterilizar o espaço coletivo urbano com tráfego pesado, paredes e muros cegos” (CURITIBA, 2008, p. 100).

No texto do Plano de Segurança e Defesa Social, percebe-se por influência da obra de Roberson Bondaruk (2007) e de técnicas de desenho urbano na prevenção do crime. Assim, as intenções de policiamento comunitário preventivo e “segurança cidadã” fundem-se a necessidades de alterações espaciais, incluindo medidas de restrição de uso e acesso ao espaço, caso se interprete que elas possam ser eficientes no combate ao crime. Com isso, abrem-se exceções ao “desenvolvimento de medidas e políticas que promovam a ocupação dos espaços públicos”, mencionada no artigo 74, para colocar em prática o incentivo à vigilância compartilhada do espaço, onde poder público e entes privados, conjuntamente, utilizariam sistemas de monitoramentos e informação para “difundir práticas de prevenção à violência” (CURITIBA, 2015, art. 127). Dessa forma, parte da responsabilidade pela segurança pública passa para a esfera privada, estimulando a privatização do controle dos espaços e o enfraquecimento da esfera pública (FIRMINO, 2016).

3.2.4. A arquitetura hostil na legislação urbana

Na legislação urbana de Curitiba não há referências diretas ao uso de arquiteturas hostis ou outras formas de controle material no espaço público. Portanto, não se identificou proibições ou incentivos específicos a elas. Apesar disso, O Código de Obras Municipal, Lei 11.095/2004, menciona a proibição à instalação de qualquer mobiliário urbano⁴³ que cause

⁴³ Como mobiliário urbano o Código de Obras considera: “todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, de uso comercial ou de serviços, implantados

prejuízo à circulação de veículos ou de pedestres, e “interferência no aspecto visual e no acesso visual às construções de valor arquitetônico, artístico e cultural” (CURITIBA, 2004, art. 188). Na mesma lei, veda-se “depositar ou instalar nos logradouros e espaços públicos, objetos que impeçam ou dificultem a circulação e visibilidade, ou que possam vir a causar danos aos transeuntes (CURITIBA, 2004, art. 190)”. Considera-se esse aspecto da legislação tangencial ao problema das arquiteturas hostis, visto que não as menciona de modo direto. Entretanto, os impedimentos descritos em lei são os mesmos que ocasionados por muitas instalações hostis, as quais provocam bloqueios nos passeios, alterações na paisagem urbana, ou, em casos mais extremos, têm o potencial de causar danos físicos aos usuários do espaço público.

em espaços e logradouros públicos relacionados a: I - circulação e transporte; II - cultura e religião; III - esporte e lazer; IV - infra-estrutura do sistema de telecomunicação; V - infra-estrutura do sistema de energia; VI - infra-estrutura do sistema de energia elétrica; VII - infra-estrutura de sistema de limpeza pública; VIII - segurança pública; IX - comércio; X - informações e comunicação visual; XI - ornamentação da paisagem; XII - acessibilidade” (CURITIBA, 2004, art. 187).

4. A INVESTIGAÇÃO DA ARQUITETURA HOSTIL NO CENTRO DE CURITIBA

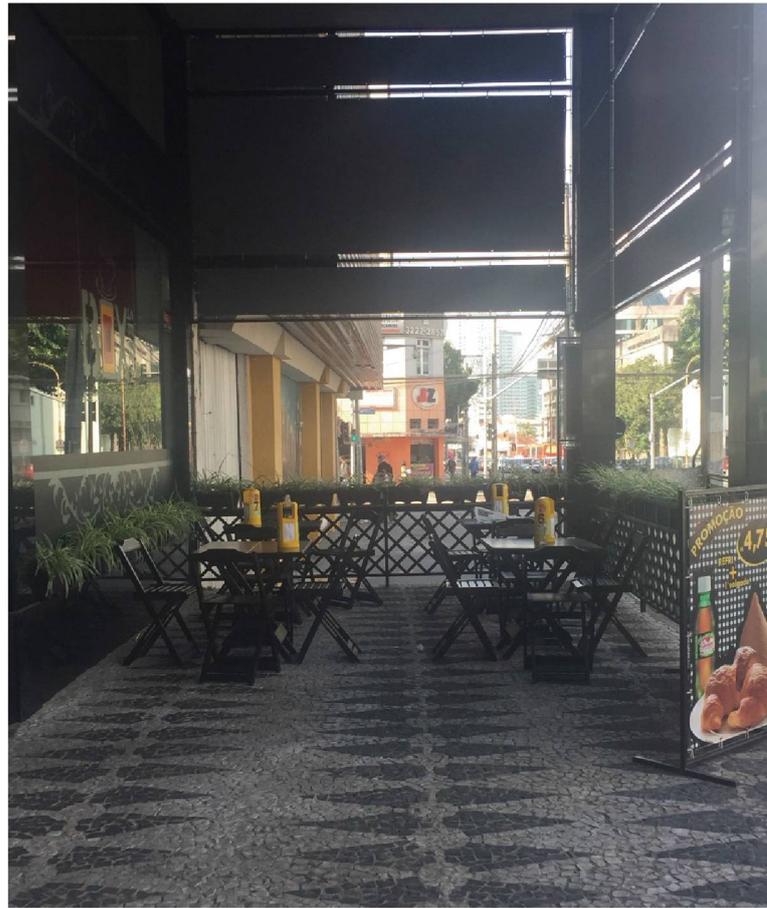
Este capítulo apresenta elementos importantes para a definição da área de estudo e para a realização do trabalho de campo. Assim, explicita-se brevemente os resultados de pré-campos realizados sobre arquitetura hostil, provenientes de pesquisas preliminares sobre a Avenida Sete de Setembro, em Curitiba, durante os anos de 2017 e 2018. Esses estudos foram importantes para determinar o recorte espacial da pesquisa e apurar o olhar sobre o espaço público. A seguir, define-se a delimitação espacial do trabalho de campo e a metodologia, feita através da observação direta do espaço. A observação da área de estudo considerou também a configuração espacial e os elementos construídos que proporcionam qualidade ao espaço público.

4.1 ESTUDOS PRELIMINARES NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO

Em 2017⁴⁴, foi realizada uma pesquisa de curta duração sobre a arquitetura hostil na Avenida Sete de Setembro, na região central de Curitiba. Em dez visitas de campo, o número de galerias, os usos abrigados nessas galerias, os vestígios e a presença de população em situação de rua e as arquiteturas hostis presentes na avenida foram observadas e fotografadas. O levantamento da quantidade de galerias e de vestígios de população em situação de rua foi compilado em um mapa que identifica a tendência dessa população a abrigar-se nas áreas de galeria. As arquiteturas hostis, por sua vez, foram mapeadas e classificadas conforme sua forma e sua função. Extraíu-se do levantamento três grupos de estratégias hostis: dispositivos hostis (FIGURA 14), bloqueios ou apropriações privadas (FIGURA 13) e gradeamentos (FIGURA 15). O trabalho atestou que as arquiteturas hostis eram elementos representativos da paisagem da Sete de Setembro e seu uso bastante disseminado entre lojistas e moradores da região. A ênfase no controle social e do espaço público também chamou a atenção, uma vez que muitas edificações possuíam amplo sistema de segurança (câmeras, alarme e vigilantes) instalado e, ainda assim, optavam pelo uso de arquiteturas hostis.

⁴⁴A pesquisa originou o trabalho “Da generosidade à hostilidade: arquitetura hostil nas galerias da Avenida Sete de Setembro em Curitiba” publicado em 2019. FARIA, D. R.. Da Generosidade à Hostilidade: Arquitetura Hostil Nas Galerias Da Avenida Sete De Setembro. In: Alessandro Filla Rosaneli. (Org.). OLHARES PELO ESPAÇO PÚBLICO. 1ed. Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 2019, v. 1, p. 230-252.

FIGURA 12 - BOQUEIO/APROPRIAÇÃO PRIVADA EM GALERIA COBERTA NA AV. SETE DE SETEMBRO



FONTE: Autora (2017)

FIGURA 13 - DISPOSITIVOS HOSTIS: VASOS E MOBILIÁRIOS NA AV. SETE DE SETEMBRO



FONTE: Autora (2017)

FIGURA 14 - GRADES SOB GALERIAS COBERTAS AV. SETE DE SETEMBRO



FONTE: Autora (2017)

No ano seguinte, 2018, com um ano de intervalo desde a primeira pesquisa, foi realizado um novo levantamento de campo, o qual teve como objetivo verificar mudanças na paisagem e a progressão da adoção de arquiteturas hostis na mesma área. Dessa forma, foram atualizados o número de edifícios construídos conforme a lei do Plano Massa, edifícios com galeria coberta, e a situação – aumento ou diminuição - dos elementos hostis. Nesse mesmo estudo, foram usadas ferramentas de geoprocessamento (QGIS) para a análise espacial e para o desenvolvimento do material gráfico, gerando um conjunto de mapas mais apurado que em 2017. Além de reafirmar as conclusões da primeira pesquisa, averiguou-se aumento do número de arquiteturas hostis na avenida, pois, às arquiteturas existentes, foram adicionados dois pontos de gradeamento, dois chuveiros antimendigos, e um mobiliário hostil composto por gradis, o qual foi utilizado conjuntamente a vasos já existente em 2017.

A síntese das arquiteturas hostis e das classificações de 2017 e 2018 estão no QUADRO 3, e na FIGURA 16.

TABELA 3 - TABELA SÍNTESE DAS PESQUISAS NA AV. SETE DE SETEMBRO 2017 E 2018

| TIPO (quant.) | SUBTIPO (quant.) | RESTRIÇÃO | A QUEM RESTRINGE? | GRAU DE RESTRIÇÃO. |
|---|--|--|---|-------------------------------|
| Apropriações público-privadas (05) | – | Circulação e uso em horário comercial. | Pessoas que não são clientes ou funcionários em horário comercial. | Médio |
| Equipamentos hostis (15) | Pinos e espetos (04) | Sentar e deitar | Qualquer usuário do espaço | Baixo |
| | Vasos de plantas e mobiliários (7) | Sentar, deitar, abrigar-se | | Médio |
| | Chuveiros antimendigos | | | Médio |

4.2. ÁREA DE ESTUDO

A delimitação espacial do estudo de campo foi baseada em dois critérios principais - maior concentração da população em situação de rua e maior quantidade de atividades comerciais, no Município de Curitiba – direcionando o estudo para o centro da cidade. A definição desses critérios ocorreu a partir de bibliografias que apontam que a população de rua costuma acomodar-se predominantemente em áreas centrais, mais próxima a comércios e pontos de grande fluxo de pessoas.

Sobre a população em situação de rua no Rio de Janeiro, Oliveira (2014) aponta que a procura da região central acontece por fatores relacionados à segurança dos moradores, à presença de ONGs, de casas de acolhimento e de pontos de distribuição de alimentos, à proximidade de pontos comerciais e à facilidade de locomoção para conseguir alimentos e trabalho.

Num estudo sobre a distribuição da população de rua em São Paulo, Albuquerque (2017) enfatiza a atratividade das centralidades para a população em situação de rua, por concentrarem atividades comerciais e grande fluxo de pessoas durante o dia, garantindo acesso a maiores possibilidades de subsistência, e baixo fluxo de pessoas durante a noite, garantindo segurança para pernoitar. Assim, apesar da população em situação de rua ser flexível em relação às áreas que ocupa, ou seja, não habitam em território fixo e permanente, as centralidades sempre figuram como lugares de maior concentração dessa população.

Na realidade europeia, Bergamaschi, Castrignanò e Rubertis (2014) indicam que as áreas centrais são bastante significativas para a vida diária da população em situação de rua. Os motivos para isso são principalmente o grande fluxo de pessoas na área central que assegura recursos para sobrevivência, como comida e dinheiro, as alternativas de encontrar abrigo, e o baixo controle social.

O caso de Curitiba, segue a lógica apresentada anteriormente. Segundo dados da FAS – Fundação de Ação Social de 2019 (ANEXO I), 42,8 % da população de rua da cidade encontra-se no bairro Centro, sendo o restante disperso por outros bairros – o segundo bairro com maior porcentagem é o Boqueirão com apenas 8,7% do total. Além disso, o Centro é o bairro com maior densidade comercial.

Assim, como ponto de partida, considerou-se o Centro como área de estudo. À área do bairro foram feitas duas adições. A primeira se refere a uma área contida na UDH Centro-Rebouças, a qual avança algumas quadras a sudoeste sobre o bairro do Rebouças. Essa área foi respeitada com o intuito de manter a integridade territorial da UDH, uma vez que para

fins estatísticos – renda e população – essa é porção do território é considerada. Como segunda adição à área do Bairro Centro, considerou-se a Avenida Sete de Setembro, entre a Avenida Marechal Floriano Peixoto e a Praça do Japão (FIGURA 16), região onde foram executados os estudos preliminares de 2017 e 2018. Essa área inicia-se no Centro e avança sobre a área do Batel. Como consequência dessa continuidade espacial, a região guarda semelhanças com o bairro Centro, sendo as principais a alta densidade populacional e comercial. Além disso, os estudos realizados anteriormente observaram que a configuração física, conformada pelos padrões do Plano Massa, tornava o local atrativo para abrigo de população em situação de rua e para a permanência de usuários e trabalhadores do comércio local.

A área de estudo é então conformada pelo perímetro apresentado abaixo (FIGURA 17), resultante da área composta pelas duas UDHs centrais mais a área dos estudos preliminares na Avenida Sete de Setembro.

FIGURA 16 - DELIMITAÇÃO ESPACIAL DA ÁREA DE ESTUDO



FONTE: IPPUC (2018), adaptado pela autora.

4.3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada por meio de uma abordagem metodológica qualitativa, interpretando como o objeto de estudo interfere no ambiente e qual o seu efeito quando considerada a sua situação levantada *in situ* (ALAMI *et al.*, 2010). Assim, como abordagem qualitativa, a pesquisa observa as situações e condições contextuais do habitat humano, considerando que essa observação pode “contribuir com revelações sobre conceitos existentes” (YIN, 2016, p. 29). Para isso, o trabalho de campo constitui um estudo de caso, e os dados originados desse estudo são analisados concomitantemente com a teoria.

Ao contrário de pesquisas em outras escalas, como em estudos regionais ou de infraestrutura, a observação de espaços públicos específicos e de menor escala beneficia-se do trabalho de observação, uma vez que levanta dados primários que não seriam percebidos apenas através de estatísticas. O principal instrumento de pesquisa é a observação direta de elementos do ambiente físico, com objetivo de colher dados sobre sua organização espacial. A observação, segundo Gil (2008), apresenta a vantagem de proporcionar a percepção dos fatos diretamente, sem intermediações, por meio da utilização dos sentidos para a captação de elementos do cotidiano. A técnica de observação direta “não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 190).

Para a definição de quais características seriam observadas, utilizaram-se estratégias baseadas principalmente em aspectos físicos e funcionais do ambiente. Para verificar a existência de dispositivos hostis e traços de uso, foi utilizado o método de “observação de vestígios físicos” de Zeisel (2006). Com ele, atenta-se para adaptações feitas por usuários dos ambientes “para que ele se encaixe melhor a alguma atividade que eles desejam: construir uma cerca, quebrar uma parede, transformar o gramado em um pátio” (ZEISEL, 2006, p. 170), e para vestígios que atestem atividades realizadas em determinado local, tais como restos de comida, marcas de desgaste em gramados e calçadas, pontas de cigarro e objetos pessoais. Através desses traços, é possível deduzir sobre o uso dos espaços, sem que o pesquisador precise necessariamente presenciá-los. A observação de vestígios permite verificar usos e adaptações feitas no espaço, bem como analisar o quanto o espaço atende às necessidades dos usuários (ZEISEL, 2006).

A pesquisa também se beneficia da observação de pistas proposta por Allan Jacobs (1985). Nela, o autor defende que ao caminhar para coletar dados primários, o pesquisador é capaz de identificar sinais de mudanças na paisagem, tais como “quando e para quem elas

foram construídas; quais mudanças físicas, sociais e econômicas aconteceram; quem vive na região atualmente; quais os principais problemas e questões existentes; se a área é vulnerável a mudanças rápidas, se sim, quais” (JACOBS, 1985, p. 60). O autor ainda ressalta que a observação *in loco* é importante para criar uma relação entre o planejador, o espaço e as pessoas reais que o ocupam, conduzindo a decisões mais cuidadosas.

Durante a pesquisa de campo, buscou-se ainda observar elementos específicos que, conforme apontado no capítulo 2, trazem ou retiram qualidade espacial. Assim, as visitas de campo focaram nos elementos descritos por Gehl (2011), Whyte (2001) e Duneier(1999): nichos, reentrâncias, muretas, bordas, elementos que margeiam jardins e praças, escadas, degraus, detalhes em fachadas, marquises, espaços cobertos, e qualquer outro ambiente abrigado, superfície sentável ou deitável. Examinou-se então a incidência de arquiteturas hostis nesses espaços. O olhar também se voltou para locais considerados perigosos, segundo estratégias de desenho urbano contra o crime, como jardins que oferecessem esconderijos a criminosos (BONDARUK, 2007), e para alguns dos componentes usados para a prevenção do crime, como o envolvimento de espaços com grades ou o plantio de plantas espinhosas nos limites dos muros e grades das edificações.

Para cumprir os objetivos da pesquisa, foi feito um levantamento abrangente em toda área de estudo. Assim, todas as ruas dentro do perímetro delimitado foram percorridas (FIGURA 18), totalizando mais de 79 quilômetros de ruas percorridos a pé. Observou-se ainda o interior das praças centrais. As visitas de campo foram realizadas, em sua maioria, entre o final de outubro até meados de dezembro de 2019⁴⁵. Após esse período, foram realizadas quatro visitas adicionais, em janeiro de 2020, com o intuito de refazer fotografias⁴⁶ e verificar se, em horários não comerciais, eram utilizadas arquiteturas hostis específicas após o fechamento das lojas⁴⁷.

⁴⁵ Foram realizadas visitas nas seguintes datas: 22 de outubro, 1 de novembro, 12 de novembro, 13 de novembro, 29 de novembro, 4 de dezembro, 6 de dezembro, 7 de dezembro, 9 de dezembro, 10 de dezembro, 11 de dezembro, 12 de dezembro, todas no ano de 2019.

⁴⁶ As visitas para refazer fotos foram realizadas nos dias 18 de janeiro e 24 de janeiro de 2020.

⁴⁷ Essas visitas foram realizadas no dia 26 de janeiro, domingo, no período da tarde e da noite.

FIGURA 17 - MAPA DA ÁREA DE ESTUDO COM TRAJETOS REALIZADOS EM CADA VISITA DE CAMPO



FONTE: IPPUC (2018); e a autora (2019)

O registro dos dados apreendidos durante o trabalho de campo foi realizado por meio de fotografias e notas. A partir delas eram criados outros elementos como mapas de percurso e diários de campo. Nos mapas, produzidos a partir do software de georreferenciamento QGIS, registravam-se as rotas realizadas a cada visita, os pontos de interesse – a princípio, todo e qualquer ponto suspeito de desempenhar funções hostis – e as informações sobre cada ponto, tal como endereço, descrição do elemento, restrição imposta por ele e observações. Era ainda feito um registro escrito, um diário de campo em que se registravam as principais impressões sobre a rota realizada, a paisagem e as arquiteturas hostis encontradas, além do número de elementos, e suas características. A conversão dos registros e notas em um texto mais elaborado, a exemplo do que sugere Yin (2016), foi primordial para aprimorar o planejamento das visitas subsequentes, expandir as ideias sobre o problema de pesquisa e verificar inconsistências nas informações coletadas. As fotografias foram elementos importantes, por disponibilizarem um registro que auxiliava na apreensão de detalhes que por algum motivo teriam escapado *in loco*.

Na fase de tratamento e de sistematização de dados, foram compilados os registros fotográficos coletados. Esse trabalho consistiu em selecionar os registros mais interessantes

e pertinentes além de rotular e organizar arquivos, para facilitar as consultas aos dados. Após o tratamento dos dados, efetuou-se um trabalho de categorização, agrupando-se elementos similares em dois níveis principais em relação a forma das arquiteturas hostis e em relação a sua função restritiva. As formas geraram onze tipos de classificação e as funções quatro, todas elas explicadas no próximo capítulo, “Formas e funções da arquitetura hostil”.

A última etapa metodológica foi a de interpretação dos dados. Nessa fase, os resultados compilados passaram por uma análise crítica, relacionando assim dados e teoria. O capítulo a seguir apresenta os resultados da pesquisa acompanhados das interpretações deles extraída.

5. FORMAS E FUNÇÕES DA ARQUITETURA HOSTIL

Na área de estudo, foram encontrados 448 espaços com instalações consideradas arquiteturas hostis. Área total do perímetro estudado é de 3,58 km². Isso significa que há, na área de estudo, 125 arquiteturas hostis por km². Neste capítulo, essas arquiteturas são analisadas e classificadas conforme sua forma, função e localização na área de estudo. A princípio, apresentam-se os tipos de arquitetura hostil, acompanhados de suas respectivas descrições e quantidades. Em um segundo momento, discutem-se as principais restrições acarretadas pelas arquiteturas – sentar, dormir, abrigar-se, ou acessar ao espaço. Essas restrições são apresentadas através de mapas, fotografias e diagramas, analisando principalmente como as arquiteturas hostis variam não apenas em forma, mas também em função. A seção seguinte expõe um panorama geral da arquitetura hostil na área de estudo, focando em áreas com maiores e menores concentrações de instalações. Por fim, propõe uma reflexão sobre como os usuários do espaço público adapta-se aos ambientes hostis.

5.1 FORMAS

Esta seção tem como objetivo apresentar os tipos de arquitetura hostil identificados durante o trabalho de campo, bem como exibir parte do trabalho fotográfico que ilustra as formas e as disposições dos elementos hostis na área de estudo. Assim, as arquiteturas hostis foram classificadas em onze tipos, conforme suas feições: pinos, espetos, gradis, arcos de ferro, arranjos vegetais, planos inclinados, grades, muros de vidro, mobiliários, arquiteturas hostis híbridas e tipos particulares. As especificidades de cada uma dessas classificações são explicadas a seguir.

5.1.1 Pinos

Os pinos são o tipo mais numeroso de arquitetura hostil. Representam 28% do total, com 123 ocorrências. Variam significativamente tanto em relação à sua forma quanto em relação aos espaços onde são instalados. Em sua disposição mais simples, apresentam uma série de barras de alturas idênticas e dispostas de maneira linear. Também não possuem barras horizontais em sua estrutura, com a exceção da estrutura fixada na superfície. A partir dessa organização básica, a instalação desse dispositivo pode variar quanto à quantidade (menor ou maior número de fileiras de pinos), à altura, e à inclinação dos pinos.

FIGURA 18 - DISPOSIÇÃO BÁSICA DE PINOS, DISPOSIÇÃO LINEAR RUA ÉBANO PEREIRA (A), E VARIAÇÕES DA VERSÃO SIMPLES DOS PINOS NA PRAÇA TIRADENTES, (B) E NA RUA SENADOR ALENCAR GUIMARÃES (C).



FONTE: A autora (2019)

Os pinos são de fácil instalação, pois requer apenas a fixação das estruturas metálicas sobre a superfície que se pretende restringir. São comumente instalados em vitrines, muretas, soleiras, nichos, bordas de jardim, ou seja, locais propícios para descanso e permanência. Assim, via de regra, encontram-se em superfícies horizontais. Apesar de serem fixados, mais comumente, de forma horizontal, verificou-se uma ocasião isolada, em que a instalação ocorreu em uma parede, uma vez que o local não possuía elemento construído (soleiras, muretas, peitoris) que permitisse a fixação tradicional do equipamento (FIGURA 21). Em outra caso, ao contrário da disposição com uma estrutura única que comporta todos os pinos, esses foram abrigados diversas partes menores dispostas linearmente, formando assim a estratégia de restrição espacial (FIGURA 21).

FIGURA 19 - PINOS COM DISPOSIÇÃO LINEAR (A) INCLINADOS NA RUA FRANCISCO TORRES, E COM FORMATO TRIANGULAR NA RUA VICENTE MACHADO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 20 - PINOS FIXADOS NA PAREDE NA RUA PEDRO IVO, AO LADO DO TERMINAL DO GUADALUPE (A); E DISPOSTOS EM DIVERSAS PARTES NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO



FONTE: A autora (2019)

5.1.2 Espetos

Os espetos distinguem-se dos pinos apenas em relação a sua extremidade superior, pontiaguda e perfurante. Porém, possuem a mesma função e são dispostos sobre superfícies similares (FIGURA 22). Os espetos são semelhantes aos aparatos de segurança colocados sobre muros ou portões com o objetivo de dificultar o acesso a propriedades. Foram identificados 16 locais com esse tipo de arquitetura hostil.

FIGURA 21 - ESPETOS NA (A) AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA, E (B) NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA



FONTE: A autora (2019)

5.1.3 Arcos de Ferro

Encontrado em 10 locais, esse tipo de elemento restritivo é formado por barras de ferro envergadas em forma de arcos (FIGURA 23). Os arcos são dispostos em série sobre qualquer superfície propícia ao descanso, apresentando algumas variações quanto a sua disposição nos espaços.

FIGURA 22 - ARCOS DE FERRO (A) EM SOLEIRAS NA AV. PRES. AFFONSO CAMARGO E NA (B) RUA MARECHAL DEODORO; E EM PLATAFORMA ELEVADA NA (C) RUA PEDRO IVO

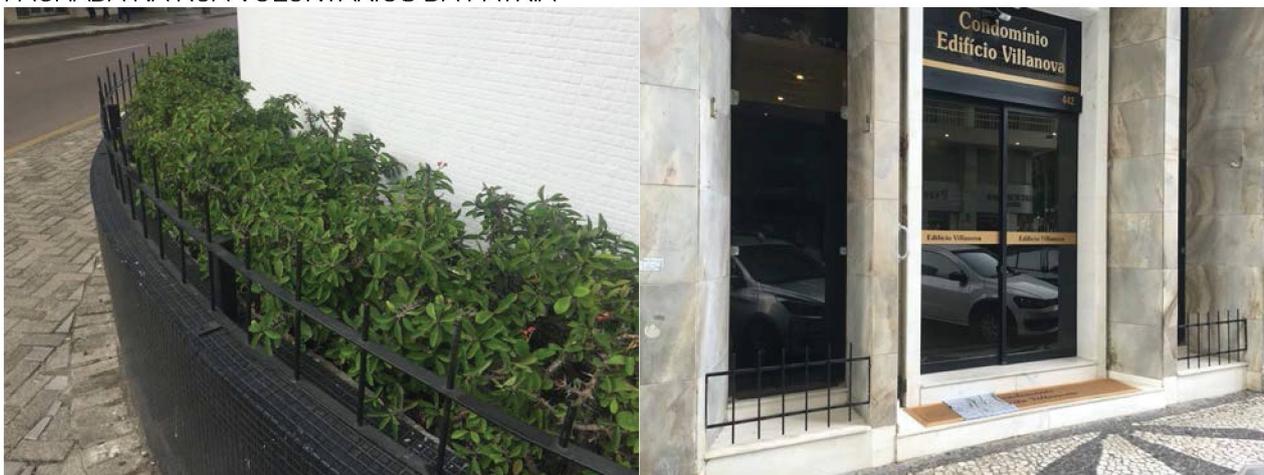


FONTE: A autora (2019)

5.1.4 Gradis

Os gradis funcionam de maneira análoga aos pinos, espetos e arcos – restringindo atividades de descanso como sentar e deitar – além de compartilharem semelhanças em sua forma, uma vez que são constituídos por barras, na maior parte dos casos, verticais dispostas em sequência. A principal diferença entre os gradis e os pinos é a altura das barras de metal. Enquanto os pinos têm pequeno porte, os gradis são mais altos. Por isso, além de obstruir superfícies sentáveis, algumas vezes dificultam ou impedem o acesso a alguns espaços, cercando canteiros, jardins, e reentrâncias em fachadas de edificações. No total, são 37 gradis na área de estudo.

FIGURA 23 - GRADIS SOBRE MURETAS DE FLOREIRAS (A) NA RUA TREZE DE MAIO, E (B) EM NICHO DE FACHADA NA RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA



FONTE: A autora (2019)

Os gradis apresentam ainda maior elaboração, ou maior ornamentação (FIGURA 25), em sua forma. Nestes casos, são elementos mais sutis visualmente, embora funcionem como qualquer outra arquitetura hostil.

FIGURA 24 - GRADIS TRABALHADOS (ORNAMENTADOS) (A) NA RUA MONSENHOR CELSO E (B) NA RUA SENADOR ALENCAR GUIMARÃES



FONTE: A autora (2019)

Na forma de instalação, os gradis apresentam a especificidade de serem muitas vezes inclinados. Esse tipo de gradil é instalado diagonalmente ao plano horizontal, por isso acaba ocupando uma área maior que os gradis verticais. Sua eficácia é garantida pela inclinação que não permite que pessoas sentem confortavelmente ou deem sem escorregar. De modo geral são instalados apenas como arquitetura hostil, com função de restrição espacial. Nesses casos são posicionados em cima de muretas e em frente a vitrines de loja (FIGURA 26). Porém, em algumas situações, os gradis inclinados exercem dupla função: controlar o espaço e reforçar a segurança de estabelecimentos. Como forma de segurança (FIGURA 26), é colocado em frente a portas de aço para dificultar o acesso ao cadeado, e por consequência o arrombamento.

FIGURA 25 - GRADIL INCLINADO (A) NA RUA PEDRO IVO, E (B) COM FUNÇÃO ADICIONAL DE SEGURANÇA NA RUA DOUTOR MURICY



FONTE: A autora (2019)

Existem também gradis altos, os quais possibilitam o fechamento total de espaços, impedindo ou não sua transposição (FIGURA 27). Exigem formas de fixação lateral nas estruturas, pois estendem-se de um lado a outros dos nichos e jardins onde estão. Em uma ocorrência, ao contrário da maior parte dos gradis, implantados sobre superfícies privadas, a estrutura cerca degraus em frente a um bar, avançando sobre o passeio (FIGURA 28).

FIGURA 26 - GRADIS ALTOS EM SOLEIRAS DE LOJAS (A) RUA ANDRÉ DE BARROS, (B) E CERCANDO CANTEIRO RUA PEDRO IVO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 27 - GRADIL ALTO (A) NA RUA COMENDADOR ARAÚJO, (B) NA RUA AMINTAS DE BARROS



FONTE: A autora (2019)

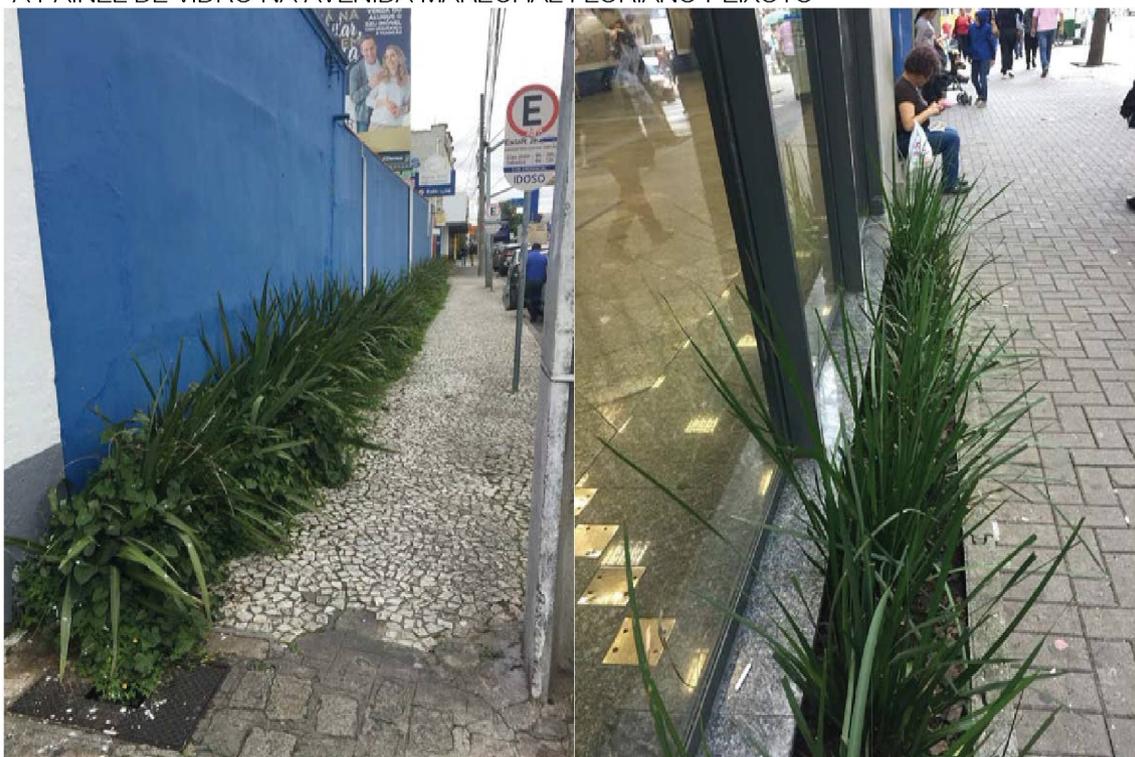
5.3.5 Arranjos vegetais

O grupo denominado "arranjos vegetais" engloba plantas, vasos, canteiros, floreiras e outras composições envolvendo vegetações e seus recipientes. São o segundo tipo de arquitetura hostil mais numeroso, visto em 103 situações. Embora tenham como finalidade restringir espaços de descanso (deitar ou sentar) e dificultar o acesso a espaços, os arranjos apresentam grande similaridade com elementos ornamentais. É ainda o tipo de arquitetura hostil que apresenta maior variedade de formatos, materiais e espécies de plantas. Isso porque, as combinações entre vasos, floreiras, canteiros, jardins e plantas possibilitam grande número de configurações. Além disso, apresentam ampla variedade de tamanhos e podem dispostos em superfícies diversas. Assim, sua utilização pode ocorrer em vasos, geralmente utilizados em grupo, floreiras embutidas em nichos de prédios, floreiras de ferro ou plantadas diretamente no chão. Foram encontrados em locais diversos, especificamente, em qualquer espaço "sentável" ou "deitável". Janelas, muretas, nichos, porções de escadas, alinhamento de prédios, bordas de jardim, soleiras e peitoris são lugares comuns de implantação de plantas e floreiras.

É comum encontrar vegetação no alinhamento predial junto ao muro ou grades das edificações e diretamente no chão (solo). Embora possam algumas vezes ser confundidas com elementos puramente ornamentais, sua presença em paredes cegas, sem acabamento ou edificações sem uso atesta sua utilização para controle espacial (FIGURA 29). Em outros casos, a escolha das plantas, geralmente quando espinhosas e pontiagudas, também inibe que pessoas se aproximem ou utilizem os espaços, ou ainda, conforme Bondaruk (2007, p. 134) constituem "uma dolorosa barreira contra intrusos". Assim, são bastante presentes no Centro espécies como agave, coroa-de-cristo e berberis.

A coroa-de-cristo é a planta hostil mais utilizada no meio urbano. Por ser um arbusto que possui espinhos e é tóxico, sua utilização sempre está ligada ao isolamento e proteção de determinada área. Além disso, possui boa resistência, dispensando cuidados excessivos. Como elemento hostil, cerca muros, limita jardins e floreiras, e isola estruturas elevadas, sendo bastante eficaz para manter usuários indesejados distantes.

FIGURA 28 - PLANTAS NO ALINHAMENTO (A) JUNTO A MURO NA RUA TIBAGI, E (B) EM FRENTE A PAINEL DE VIDRO NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 29 - COROAS-DE-CRISTO PRÓXIMAS A MUROS (A) NA RUA PROFESSOR FERNANDO MOREIRA E (B) NA RUA NESTOR DE CASTRO



FONTE: A autora (2019)

Os vasos são os arranjos mais recorrentes na área de estudo. Tal como outros elementos desse tipo, pode ter valor ornamental e/ou restritivo. A diferenciação entre essas duas funções é feita por meio de análise espacial, ou seja, observação do ambiente onde são dispostos; da observação da quantidade de vasos – quando têm objetivo restritivo são usados em grupos; e da disposição deles, se estão próximos uns aos outros.

Os ambientes com presença de vasos oferecem alguma forma de abrigo ou refúgio. São cobertos possibilitando a proteção contra intempéries ou a possibilidade de sentar,

como no caso de lugares elevados, como muretas (FIGURA 32), plataformas elevadas ou janelas (FIGURA 33). No caso dos locais abrigados, destacam-se as galerias cobertas (FIGURA 31), nichos cobertos e marquises (FIGURA 32). Estão sempre agrupados e em quantidade suficiente para ocupar a área que se pretende restringir.

FIGURA 30 - GRUPO DE VASOS EM GALERIAS (A) NA RUA LOURENÇO PINTO, (B) EM NICHOS NA RUA ANDRÉ DE BARROS



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 31 - GRUPO DE VASOS SOB MARQUISE (A) NA RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, E (B) SOBRE MURETAS NA RUA BENJAMIN CONSTANT



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 32 - GRUPO DE VASOS SOBRE PLATAFORMA ELEVADA NA (A) NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO; E (B) SOBRE ESCADARIA NA RUA TREZE DE MAIO



FONTE: A autora (2019)

Outro padrão de arranjo mapeado foram as floreiras, encontradas basicamente em duas formas: floreiras altas e posicionadas em janelas. No primeiro caso, são feitas com estruturas metálicas que suportam os vasos de plantas, suspendendo-os do chão (FIGURA 34). São instaladas em portas e nichos de lojas e restaurantes. Têm estrutura e funcionamento idêntico a de alguns gradis altos, tendo como única diferença a presença de vasos e plantas. Assim, impedem que algumas áreas sejam utilizadas, mesmo fora de horário comercial, uma vez que são posicionadas exclusivamente por estabelecimentos comerciais. Esse padrão de floreira se confunde também com o padrão de protetores de passeio autorizados pela prefeitura para bares e restaurantes⁴⁸. No caso das floreiras regulamentadas pela prefeitura, elas delimitam parte do passeio que poderá ser utilizada por bares e restaurantes para a colocação de mesas e cadeiras. Esse é o único uso dessas estruturas autorizado pelo município. As implantações das floreiras de ferro em nichos e fachadas são de iniciativa privada. Nesses casos, elas apenas imitam o padrão regulamentado pela prefeitura, mas não são passadas por qualquer regulamentação por parte da administração municipal.

Por outro lado, as floreiras em janelas impedem que pessoas sentem e obstruam a vitrine ou a vista de clientes - no caso de cafés, bares e restaurantes (FIGURA 34C).

⁴⁸ A regulamentação do uso de protetores de passeio é feita pelo Decreto Municipal 1737/2005.

FIGURA 33 - FLOREIRAS ALTAS (A) NA PRAÇA GEN. OSÓRIO, (B) NA RUA AMINTAS DE BARROS, (C) RUA SÃO FRANCISCO



FONTE: A autora (2019)

5.1.6 Grades

Bastante presentes na área de estudo, 91 ocorrências, as grades são os elementos mais restritivos dentre as arquiteturas hostis. São dispostas em locais onde outras estratégias anteriores falharam em inibir determinados usos do espaço, uma vez que, em alguns casos, observaram-se vestígios da utilização anterior de outras formas de arquitetura hostis mais brandas. Assim, embora em sua maioria tenham como objetivo primeiro restringir o acesso ao espaço, as grades também são bem-sucedidas em restringir outras atividades consideradas incomodas como sentar, dormir e abrigar-se. Muitas grades são instaladas devido ao fracasso em resolver conflitos com a população em situação de rua, ou ainda, devido à preocupação com a segurança patrimonial ou como forma de atualizar as estratégias de segurança conforme as tendências do mercado.

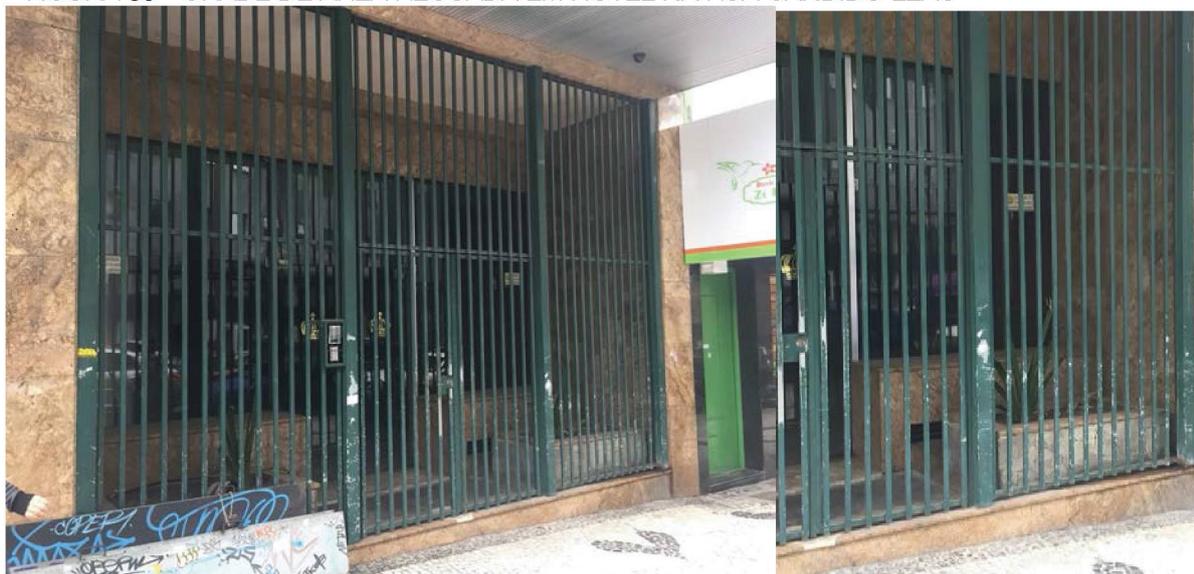
FIGURA 34 - GRADEAMENTO DE NICHOS (A) NA RUA CRUZ MACHADO, E (B) NA RUA AMINTAS DE BARROS



FONTE: A autora (2019)

Em relação a forma, as grades variam pouco. Sendo constituídas por séries de barras verticais em ferro, aço ou alumínio, entrecruzadas ou não por barras verticais. São altas, maiores que dois metros de altura, e encerram variados tipos de espaço: galerias, marquises, jardins e canteiros, nichos, escadas, e outras superfícies “sentáveis”.

FIGURA 35 - GRADE DE ÁREA RECUADA EM HOTEL NA RUA CÂNDIDO LEÃO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 36 - GRADEAMENTO DE JARDIM NO RECUO PREDIAL E MARQUISE NA RUA AUGUSTO STELLFELD

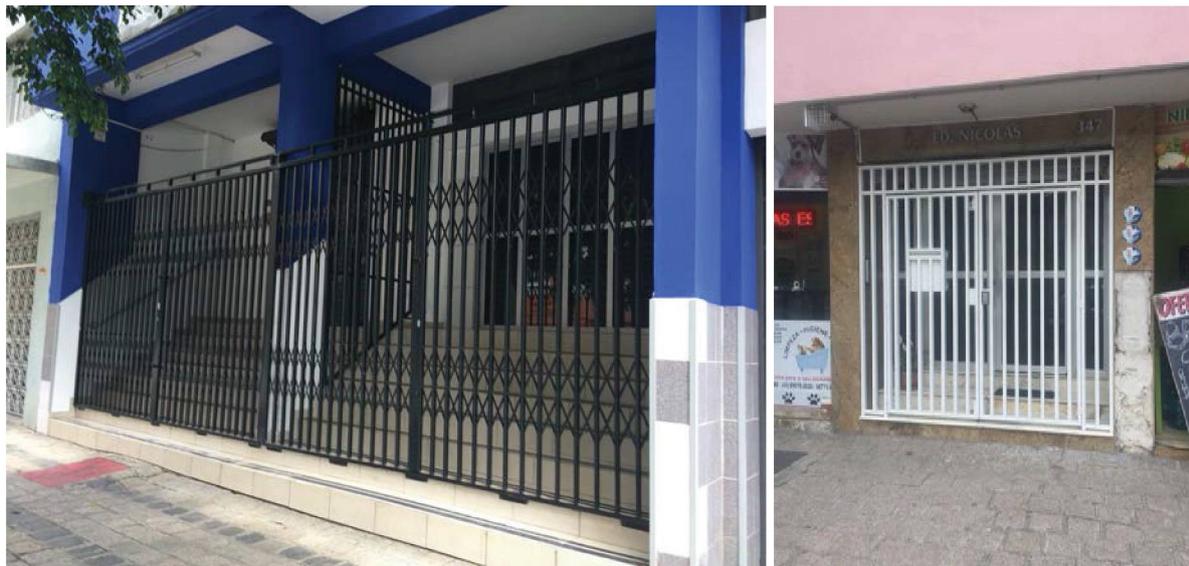


FONTE: A autora (2019)

Quando instaladas em escadas, as grades pretendem impedir a utilização delas como banco e área de convivência. Muitos imóveis com essa característica estão ociosos ou disponíveis para aluguel (FIGURA 37), em outras situações estão em imóveis institucionais nos quais a ampla utilização das escadas aumenta a quantidade de sujeira e lixo, estimulando a decisão de impedir o uso do espaço.

Verificou-se também o gradeamento recente de muitas entradas de edifícios comerciais, as com degraus na porta principalmente. Esses casos, como os da FIGURA 38, podem também ser considerados medidas de segurança.

FIGURA 37 - GRADEAMENTO DE ESCADAS (A) NA RUA BENJAMIN CONSTANT, E (B) NA RUA ANDRÉ DE BARROS



FONTE: A autora (2019)

Em espaços conformados por galerias cobertas, também foi possível identificar algumas ocorrências de gradeamento. A maior parte dos casos mapeados encontram-se nas vias estruturais – Avenida Sete de Setembro (FIGURA 39) e Avenida Presidente Affonso Camargo. O gradeamento das galerias é bastante específico, pois, em Curitiba, consiste em fechar áreas construídas para ser públicas. O uso de grades nas galerias é bastante restritivo devido ao tamanho da área que inutilizam. O passeio coberto por galerias nas estruturais tem 4 metros de largura e as grades tendem a fechar toda essa extensão. Na maior parte dos casos, as grades estão em frente a comércios, porém é possível encontrar alguns gradeamentos em frente a edifícios residenciais.

FIGURA 38 - GRADES EM GALERIAS EM FRENTE A CONJUNTO COMERCIAL NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO



FONTE: A autora (2019)

Ainda nas vias estruturais, é possível verificar vestígios de estratégias anteriores de controle espacial, isto é, antes da colocação de grades, como no caso da esquina da Av. Sete de Setembro com a Av. Mal. Floriano Peixoto (FIGURA 40), onde há um vasto conjunto de vasos enclausurado.

FIGURA 39 - GRADEAMENTO DE GALERIA NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

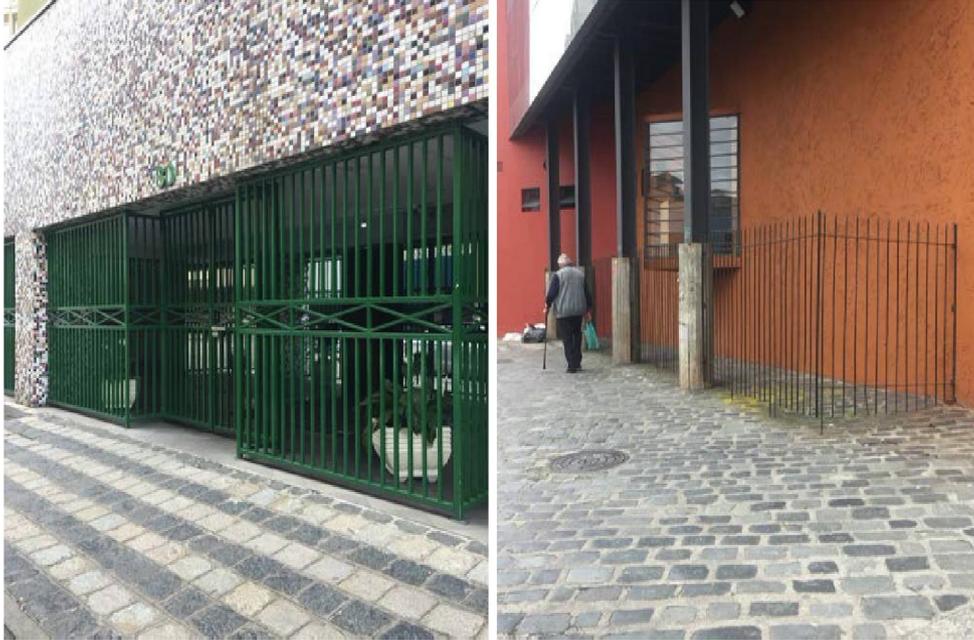


FONTE: A autora (2019)

Outras áreas cobertas gradeadas são marquises e outras coberturas formadas por varandas e outros volumes (FIGURA 41). Assim, a área coberta da edificação ou parte dela

é enclausurada, diminuindo ou abolindo a área de abrigo da chuva e tornando o espaço menos atrativo para dormir.

FIGURA 40 - GRADEAMENTO DE MARQUISE EM (A) DE EDIFÍCIO RESIDENCIAL NA RUA CONSELHEIRO LAURINDO, E (B) EDIFÍCIO INSTITUCIONAL NA RUA NESTOR DE CASTRO



FONTE: A autora (2019)

Muitos jardins e canteiros também são fechados por grades (FIGURA 42), mesmo quando não possuem aberturas de acesso à edificação (portas ou janelas). Dessa forma, têm como objetivo coibir que as pessoas durmam ou se escondam entre as plantas.

FIGURA 41 - GRADES EM JARDINS EM EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS NA RUA PROF. FERNANDO MOREIRA



FONTE: A autora (2019)

5.1.7 Muros de vidro

Os muros de vidro são fechamentos transparentes, comumente colocados em frente a recuos obrigatórios, onde antes era permitido o estacionamento. Com a proibição de usar o recuo obrigatório para tal finalidade, muitos proprietários optaram pelo isolamento do espaço. Embora seja usado em grande parte para cercar e inibir o acesso a determinadas áreas, os muros de vidros também são instalados sobre superfícies sentáveis e ao redor de jardins. Os muros de vidro foram considerados nesta pesquisa pois, nos últimos anos, têm sido usados como nova forma estética de proteção de residências e condomínios verticais, substituindo as grades e consistindo assim em um elemento que ilustra a modernização do mercado de segurança. Foram encontrados onze painéis de vidro considerados como arquitetura hostil.

FIGURA 42 - FECHAMENTO DO RECUIO COM MURO DE VIDRO (A) NA RUA LAMENHA LINS E (B) NA RUA AMINTAS DE BARROS



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 43 - MURO DE VIDRO EM VOLTA DE JARDIM NA PRAÇA TIRADENTES



FONTE: A autora (2019)

5.1.8 Mobiliários

Apesar da pouca quantidade, seis no total, os mobiliários urbanos também podem ser usados ou ser modificados com propósito hostil. Assim, lixeiras e paraciclos passam a ocupar nichos e cantos antes utilizados para sentar ou pela população em situação de rua para dormir. Bancos tendem a ser objeto de adaptações como a aplicação de divisórias que tornam desconfortável deitar (FIGURA 45).

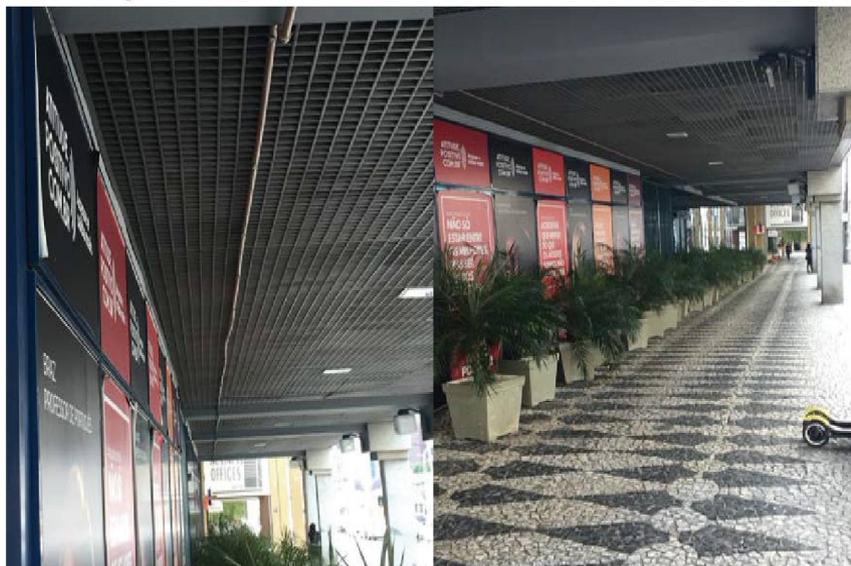
FIGURA 44 - (A) PARACICLO NA RUA SENADOR ALENCAR GUIMARÃES, E (B) BANCO COM DIVISÕES NA RUA NESTOR DE CASTRO



FONTE: A autora (2019)

Outro mobiliário identificado são os chuveiros antimendigos (FIGURA 46), canos de PVC conectados ao fornecimento de água das edificações. São instalados nos tetos de galerias ou marquises e utilizados em conjunto com vasos de plantas, simulando sua irrigação, que camuflam a função dos equipamentos de impedir a permanência da população em situação de rua no período noturno.

FIGURA 45 - CHUVEIRO ANTIMENDIGO NA AVENIDA SETE DE SETEMBRO



FONTE: A autora (2019)

5.1. 9 Planos inclinados

Os planos inclinados são soleiras, peitoris e outros elementos construídos diagonalmente ao plano horizontal para impedir sentar ou deitar confortavelmente (FIGURA 47). São sutis, por vezes, quase imperceptíveis, por serem construídos com o mesmo revestimento das edificações onde são colocados. Na área de estudo, podem ser vistos em 15 locais.

FIGURA 46 - PLANOS INCLINADOS (A) NA ALAMEDA DOUTOR MURICY E (B) NA RUA SALDANHA MARINHO



FONTE: A autora (2019)

Há ainda as chapas de ferro inclinadas (FIGURA 48). Elas fundem em um só objeto as chapas de proteção para as portas de aço de lojas – aparatos para dificultar a abertura das portas e o conseqüente furto – e os planos inclinados. Assim, ao mesmo tempo que colaboram com a segurança evitam que pessoas durmam em frente a porta das lojas enquanto elas estão fechadas. Na maior parte dos casos, são removíveis, sendo posicionadas apenas depois do horário comercial e retiradas durante o funcionamento. Em poucas ocasiões, como na FIGURA 48– elas são fixas às portas de entrada.

FIGURA 47 - CHAPA DE FERRO INCLINADA NA (A) RUA DOUTOR FAIVRE, E (B) NA RUA ANDRÉ DE BARROS



FONTE: A autora (2019)

5.1.10 Híbridas

As arquiteturas hostis híbridas combinam duas categorias de arquitetura hostil em uma única instalação, por exemplo, vasos com pinos (FIGURA 49), coroas-de-cristo cercadas por gradis, etc. Em sua maioria, consistem em algum tipo de planta combinada com grades, pinos ou gradis. As exceções a essas combinações são pedras e correntes sobre muros (FIGURA 50) - desempenhando a mesma função de pinos e plantas - e chapas metálicas com espetos. Por combinarem mais elementos, conseguem ser mais restritivas em alguns casos, dificultando ou eliminando o acesso ao espaço.

FIGURA 48 - VASOS, PINOS NO CHÃO E PINOS SOBRE OS VASOS NA AVENIDA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM 2019



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 49 - MURETA COM PEDRAS E CORRENTES NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA



FONTE: A autora (2019)

O caso da chapa de ferro com espetos (FIGURA 51), já antes mencionado, é peculiar. A arquitetura localizada em uma unidade comercial na Rua Riachuelo, é posicionada apenas fora de horário comercial e representa uma das estratégias mais violentas encontradas. Não foram encontradas outras arquiteturas hostis similares a essa.

FIGURA 50 - CHAPA DE FERRO COM ESPETOS NA RUA RIACHUELO



FONTE: A autora (2019)

5.1.11 Tipos particulares

Nessa classificação estão as arquiteturas hostis pouco recorrentes, encontradas em uma ou duas ocasiões. São chapas de ferro, barras com espetos, blocos de cimento (*pavers*), portas de aço inclinadas, pedras e pregos. Com exceção de uma barra de ferro com espetos (FIGURA 52) com objetivo de impedir que pessoas se pendurem e de pregos colocados em um parapeito para impedir que pessoas subam ou se apoiem, todas as arquiteturas dessa categoria têm como objetivo evitar que as pessoas sentem ou deitem nos espaços.

FIGURA 51 - BARRA DE SUPORTE DE PLACA COM ESPETOS USADOS PARA IMPEDIR QUE PESSOAS SE PENDUREM OU SUBAM, NA RUA PEDRO IVO



FONTE: A autora (2019)

No caso dos pregos, esses são encontrados em outras ocorrências de arquitetura hostil. Porém, em outras situações sempre são estruturas auxiliares em floreiras ou canteiros. No caso a seguir (FIGURA 53), os pregos são posicionados sobre uma superfície inclinada, impedindo que pessoas sentem, subam, deitem ou se apoiem nela.

FIGURA 52 - PREGOS SOBRE NICHOS DE JANELA NA RUA SALDANHA MARINHO



FONTE: A autora (2019)

Outra iniciativa hostil encontrada foi o uso de chapas de proteção como elemento de controle espacial. Tais chapas, feitas em aço ou ferro, são posicionadas em frente às lojas e dificultam o arrombamento, escondendo os cadeados laterais da porta de enrolar. Via de regra é usado apenas para segurança. Apesar disso, em uma loja na Rua Cândido Leão, na qual há dois degraus em frente à vitrine, a chapa de proteção foi usada para impedir o uso dos degraus em frente à vitrine (FIGURA 54). Assim, a chapa, usualmente empregada só após o fechamento das lojas, é mantida também durante o dia.

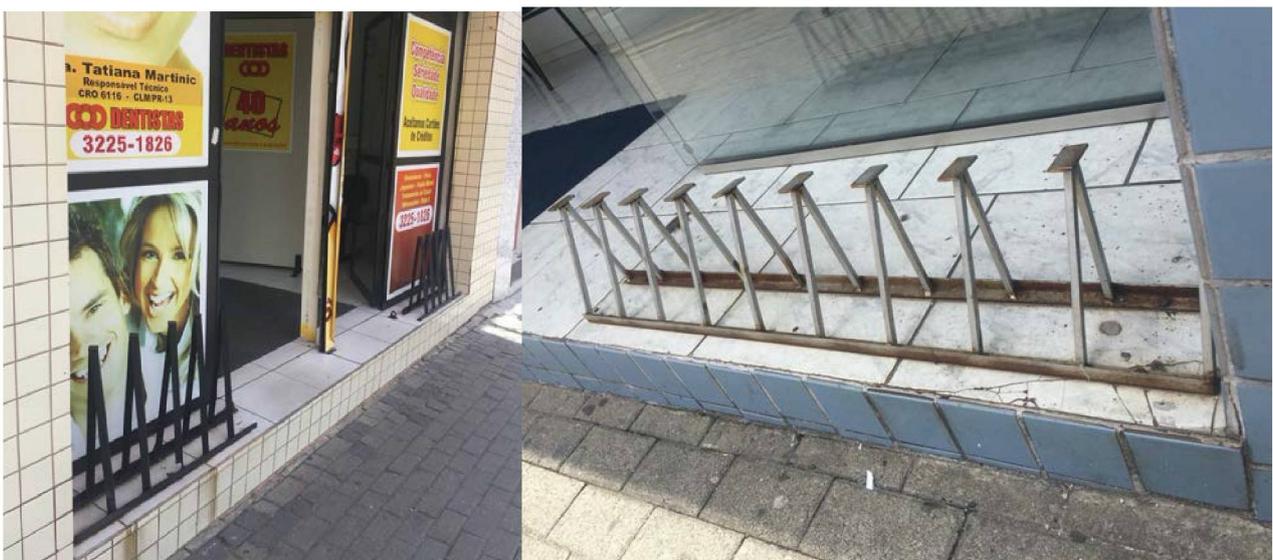
FIGURA 53 - CHAPA DE PROTEÇÃO DE LOJA USADA COMO ARQUITETURA HOSTIL NA RUA CÂNDIDO LEÃO



FONTE: A autora (2019)

Os outros casos particulares funcionam tal como pinos, espetos ou gradis, visto que inutilizam o uso de superfícies para descanso. O que diferencia tais elementos é sua forma peculiar pouco discreta, tornando-os visualmente evidentes e esteticamente mais hostis. A FIGURA 55A mostra casos de estruturas metálicas semelhantes a pinos, porém de maior porte, atingindo a altura de um gradil. A arquitetura da FIGURA 55B ainda apresenta pequenas placas de ferro planas na extremidade superior. Deduz-se que essas estruturas são ali dispostas para apoiar objetos, tais como tábuas de madeira, transformando a função do equipamento.

FIGURA 54 - PINOS QUE SE DIFERENCIAM EM SUA FORMA NA RUA ANDRÉ DE BARROS: (A) PINOS ALTOS, (B) PINOS ALTOS E COM SUPERFÍCIES PLANAS EM SUA EXTREMIDADE SUPERIOR



FONTE: A autora (2019)

Por último, destacam-se dois casos onde a função hostil dos objetos é bastante evidente. Ambas utilizaram materiais de pavimentação e calçamento para dificultar a utilização de espaços. No primeiro caso, pedras portuguesas foram fixadas verticalmente ao piso, impedindo que pessoas durmam embaixo da cobertura de uma edificação comercial (FIGURA 56A). Em outra ocasião, pavers de cimento foram empilhados e assentados nos degraus de uma loja (FIGURA 56B).

FIGURA 55 - (A) PEDRAS DE PAVIMENTAÇÃO NA RUA GENERAL CARNEIRO; (B) PAVERS NA AVENIDA VISCONDE DE GUARAPUAVA



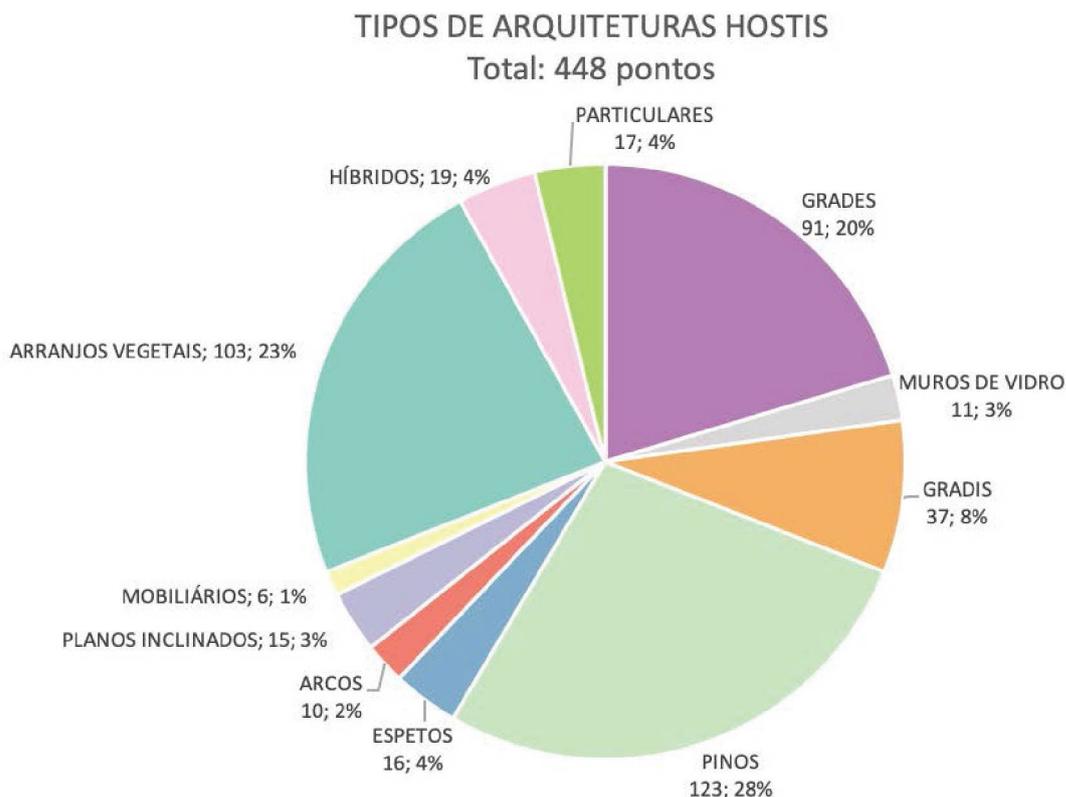
Fonte: A autora (2019)

5.3.12 Síntese dos tipos, quantidades e porcentagens de arquiteturas hostis

Da classificação das arquiteturas hostis, extrai-se que elas não são compostas por elementos novos ou inovadores. Apesar da criatividade de alguns, o que se observa são adições ao espaço aplicadas em diversas cidades há décadas. A lógica de inutilizar bordas, inclinar superfícies, gradear e cercar os espaços já era prática recorrente nos Estados Unidos desde a década de 1980, conforme relatado por Whyte (2001) e Duneier (1999). A predominância do uso de pinos, e outros elementos que tornam superfícies “insentáveis”, também aponta para a restrição de atividades comuns e pouco específicas, visto que não foram encontradas iniciativas de tornar o ambiente desagradável por meio da aplicação de sons e luzes, como ocorre em muitas cidades europeias para a inibição do uso de drogas em locais públicos ou para espantar grupos de jovens. Essas atividades, em Curitiba, são controladas com as mesmas arquiteturas hostis que coíbem o uso do espaço, para descanso ou para abrigo. Em dois locais, verificou-se a colocação de holofotes, os quais parecer ser direcionados ao passeio – na Rua Marechal Deodoro e na Avenida Sete de Setembro. Porém não foi possível observá-los em funcionamento para confirmar seu propósito. Ao mesmo tempo, não é possível dizer, apenas pela observação direta do espaço, se esses casos são relacionados a uma restrição específica, como inibir o uso de drogas. Dessa forma, a pesquisa indica que, no Centro de Curitiba, as arquiteturas hostis impedem os usos mais básicos do espaço, como sentar, abrigar ou apenas permanecer nele por algum tempo.

A única forma de arquitetura hostil que pode ser considerada como novidade na paisagem são os muros de vidro, devido mais a sua forma do que a sua função. Antes pouco visto na paisagem urbana, os muros de vidro são cada vez mais comuns, por oferecerem contato visual entre o interior e exterior dos lotes, ao mesmo tempo que diminuem o contato físico. Assim, verifica-se uma tendência de substituir as grades por muros de vidro, como elemento de segurança na parte frontal de edifícios e também como arquitetura hostil. Nesse último caso, os muros constituem elementos mais sutis que as grades, deixando menos óbvia a intenção de restrição do espaço.

FIGURA 56 - GRÁFICO COM QUANTIDADES E PORCENTAGENS DE ARQUITETURAS HOSTIS CONFORME CLASSIFICAÇÃO POR TIPO



FONTE: A autora (2020)

TABELA 4 - TABELA SÍNTESE COM QUANTIDADES, TIPOS E RESTRIÇÕES DAS ARQUITETURAS HOSTIS

| TOTAL | SUBTIPOS | RESTRIÇÕES | USO DAS EDIFICAÇÕES |
|-------------------------|------------------------|-----------------------------------|--|
| 448 arquiteturas hostis | Pinos (123) | Deitar e sentar | Comercial (101), residencial (6), religioso (1), institucional (4) e sem uso (11). |
| | Espetos (16) | | Comercial (10), residencial (3), institucional (1) e sem uso (2) |
| | Arcos de ferro (10) | | Comercial (7), institucional (1), público (1) e religioso (1). |
| | Mobiliários (6) | | Comercial (5) e público (1) |
| | Planos inclinados (15) | | Comercial (10), residencial (1), institucional (1), sem uso (2) e lote vazio (1). |
| | Gradis (37) | Sentar, deitar, dificultar acesso | Comercial (27), residencial (4), |

| | | | |
|--|-------------------------|---|--|
| | | | institucional (1), misto (2) e sem uso (3). |
| | Arranjos vegetais (103) | Sentar, deitar, subir, dificultar o acesso | Comercial (66), residencial (27), misto (1), institucional (6), público (1), sem uso (1) e lote vazio (1). |
| | Grades (91) | Acesso, abrigo, sentar, deitar | Comercial (43), residencial (25), institucional (8), misto (2), religioso (2), sem uso (10) e público (1). |
| | Muros de vidro (11) | | Comercial (10) e residencial (1) |
| | Híbridas (19) | Sentar, deitar, acesso | Comercial (13), institucional (1), residencial (5) |
| | Tipos particulares (17) | Acesso, deitar, sentar, subir, pendurar-se, apoiar-se | Comercial (15), sem uso (1), residencial (1) |

FONTE: A autora (2020)

5.2 FUNÇÕES

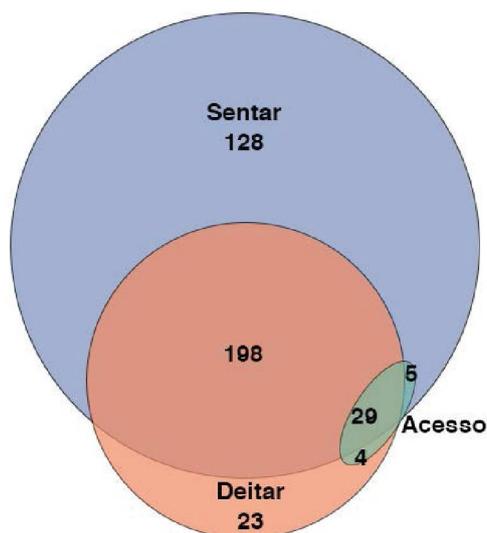
No centro de Curitiba, a arquitetura hostil impõe quatro restrições básicas – sentar, deitar, abrigar-se e acessar determinado espaço. Além dessas restrições, foram encontradas apenas outras duas – subir e pendurar-se – em apenas dois pontos. Nos outros 446 pontos, as restrições pertencem a uma ou mais dessas quatro categorias principais. Isso porque é possível que um mesmo equipamento hostil estabeleça mais de uma restrição ao mesmo tempo. As seções seguintes discutem como tais restrições acontecem na área de estudo. Discute-se ainda como arquiteturas hostis podem ser facilmente confundidas com elementos ornamentais ou estratégias de segurança patrimonial.

5.2.1. Sem descanso

A maioria das arquiteturas hostis no centro da cidade tem como objetivo impedir o uso de espaços para o descanso, ou seja, sentar ou deitar. Das 448 arquiteturas hostis mapeadas 387 têm a função de inibir atividades de repouso. Por isso, esta seção foca em apresentar os dados referentes a esse tipo restrição bem como e os efeitos dele decorrentes.

Como a maior parte das arquiteturas hostis, as que coíbem o uso para sentar ou deitar dificilmente impõe apenas uma restrição isolada. Em grande parte dos casos, inibem as duas atividades ao mesmo tempo – 198 ocorrências. Algumas vezes, mas em menor número (38 vezes), o impedimento de atividades de repouso são uma consequência do fechamento total de alguns espaços, pois uma vez que o acesso é impedido, o uso para qualquer fim também é impossibilitado. O diagrama (FIGURA 58) abaixo ilustra a relação e as sobreposições entre as restrições de atividades de repouso e permanência.

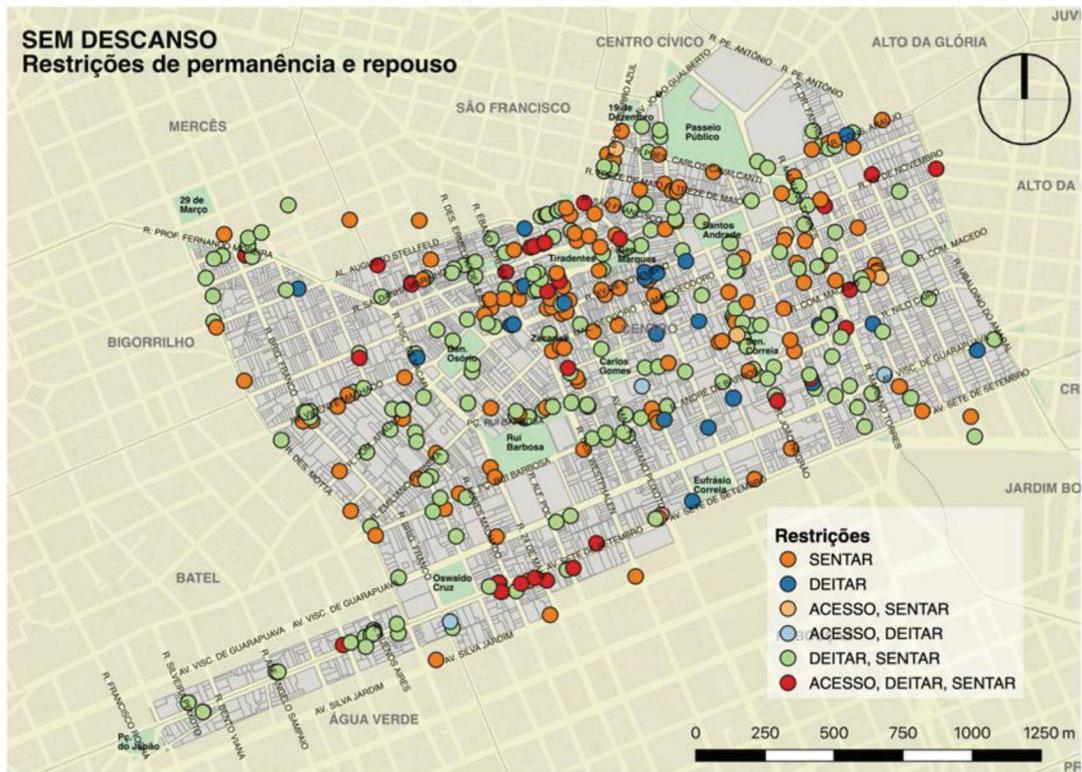
FIGURA 57 - DIAGRAMA COM RELAÇÕES E SOBREPOSIÇÕES ENTRE RESTRIÇÕES DE REPOUSO E PERMANÊNCIA



FONTE: A autora (2020)

O grande número de arquiteturas hostis instaladas sobre superfícies sentáveis e deitáveis estabelece sua presença em todas as regiões da área de estudo (FIGURA 59). Onde há arquitetura hostil, há restrições de atividades de descanso. Ao mesmo tempo, as restrições a suportes de descanso raramente se relacionam com elementos que restrinjam o acesso, como no caso das grades e de alguns tipos de gradis, os quais podem ser confundidos com elementos de segurança patrimonial.

FIGURA 58 - MAPA COM LOCALIZAÇÃO DE ARQUITETURAS HOSTIS QUE RESTRINGEM PERMANÊNCIA E DESCANSO



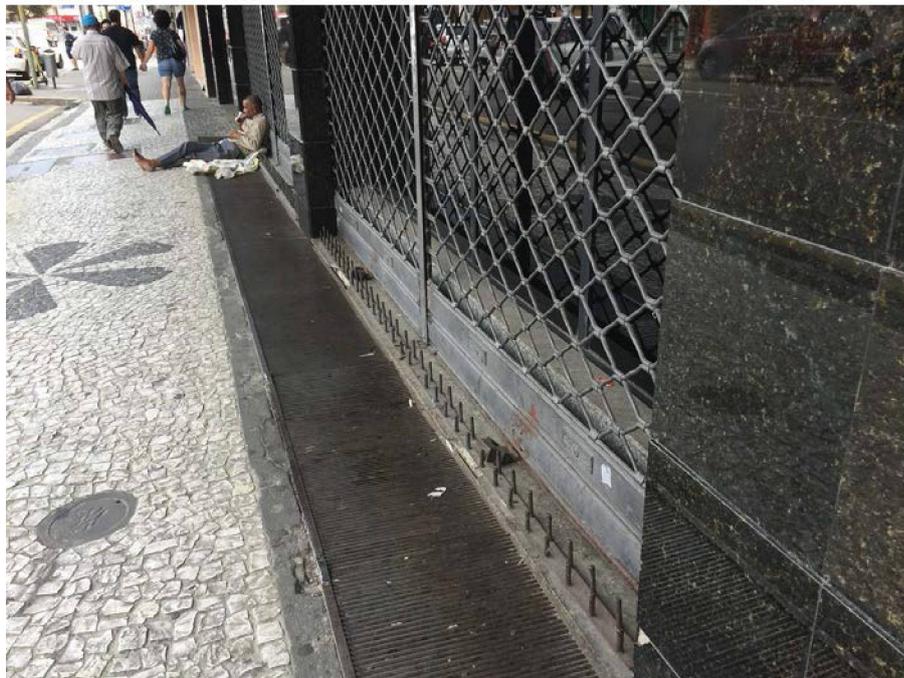
FONTE: IPPUC (2018), a autora (2020)

Extrai-se disso então que esse tipo de controle espacial em poucos casos tem a ver com tentativas de proteção contra a violência, envolvendo apenas um exercício de autoridade sobre o espaço. A motivação para isso parece estar nas múltiplas apreensões em relação a estranhos, uma vez que, sem elementos de controle, o detentor do espaço não terá controle sobre quem o utilizará. Ao mesmo tempo, se o espaço é disponibilizado para o uso de qualquer indivíduo, significa que ele também estará disponível para pessoas “indesejadas”, tal como mencionado por Whyte (2001). Outra questão seria, “porque disponibilizar meu espaço, cuja limpeza e conservação é também de minha responsabilidade, para que desconhecidos possam dele usufruir”? A resposta para essa questão está na falta de tradição dos proprietários privados em contribuir para os espaços públicos na cidade. Dessa maneira, há pouca disposição em compartilhar elementos privados com o uso público, procedendo a supressão de uma parte da cidade que, mesmo sendo de propriedade privada, poderia ser de uso comum, devido a sua relação direta com a rua. Além disso, os imóveis localizados no Centro absorvem muitas vantagens do espaço público, qualidades espaciais e, principalmente, comerciais. Comercialmente é interessante ter um estabelecimento no centro da cidade, onde há circulação intensa de pessoas e uma

variedade de potenciais consumidores. Assim, espera-se colher apenas os benefícios da localidade, mas se abster ter do ônus de estar numa região central. Ou seja, as pessoas são bem-vindas, desde que sejam clientes ou potenciais consumidores.

Durante o levantamento de campo, foram encontradas algumas arquiteturas hostis com função principal de restringir que as pessoas se deitem. Apesar de não serem muito numerosas (23), essas arquiteturas reforçam que o principal público alvo dos elementos restritivos é a população em situação de rua, ou outras pessoas que dependem da rua para garantir subsistência. Isso foi verificado a partir da configuração física e da disposição de tais elementos. Nesses casos, pinos e plantas não são instalados em superfícies elevadas, mas no nível do chão, onde não há conforto para a permanência (FIGURA 60). Como no caso dos pinos instalados em uma parede (FIGURA 21), esses espaços não apresentam nenhuma atratividade para assento. Assim, esses espaços serão utilizados apenas por pessoas que tenham a necessidade de um local para repousar, mas que ao mesmo tempo não tenha qualquer outra opção além de fazê-lo no espaço público.

FIGURA 59 - PINOS INSTALADOS EM SOLEIRA A NÍVEL DO CHÃO



FONTE: A autora (2020)

Impedir os usos mais básicos do espaço significa impedir também o desenvolvimento de interações sociais (GEHL, 2011). O espaço cerceado oferece cada vez menos oportunidades de uso e de contato interpessoais, para dar lugar a uma paisagem com elementos hostis, os quais são lidos como sinais de perigo iminente. Assim, alimenta-se o

medo urbano ao mesmo tempo que se exclui do espaço público qualquer outra atividade senão a circulação.

Mesmo com grande número de pinos, espetos, tipos vegetais, gradis e outros elementos obstrutivos, a região central ainda oferece alguns locais receptivos às pessoas (FIGURA 61). Nesses locais é possível verificar que os peitoris, acabamentos de vitrines e bordas proveem assentos em locais onde os mobiliários instalados em praças e nos passeios não suprem toda a demanda por eles.

FIGURA 60 - LOCAIS COM DISPONIBILIDADE PARA ASSENTO: (A) RUA BARÃO DO RIO BRANCO, (B) RUA DESEMBARGADOR MOTTA, E (C) RUA CONSELHEIRO ARAÚJO

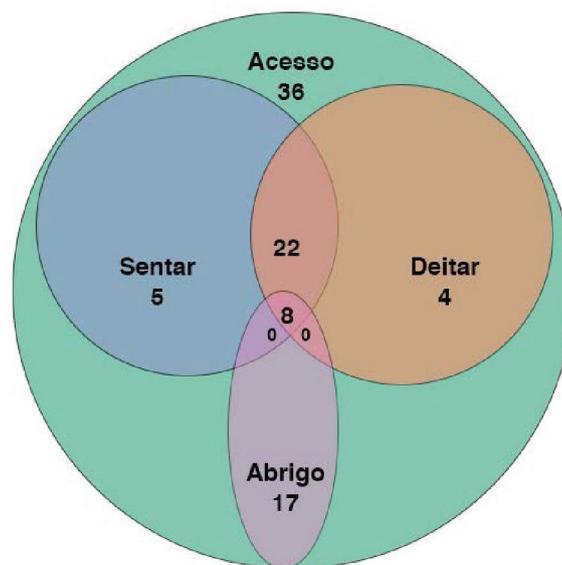


FONTE: A autora (2020)

5.3.2. Acesso negado

As restrições de acesso são aquelas que não impedem apenas um tipo de comportamento, mas barram o ingresso ao espaço, impossibilitando que qualquer atividade ocorra. Assim, os usos do espaço para descanso e como abrigo são também bloqueados. As grades são as arquiteturas hostis que mais bloqueiam o acesso, mas gradis e muros de vidro podem também exercer tal função. No total, 97 arquiteturas hostis na área de estudo barram o acesso a espaços, das quais 36 têm esse como propósito único. As outras arquiteturas combinam-se a outras coibições, como sentar, deitar e abrigar-se.

FIGURA 61 - DIAGRAMA COM RELAÇÕES ENTRE AS RESTRIÇÕES DE ACESSO



FONTE: A autora (2020)

As restrições de acesso atestam para o enrijecimento das estratégias hostis. Isso porque, em alguns casos, desenvolvem-se a partir de outras tentativas de controle espacial, as quais, sem obter êxito em afastar pessoas indesejadas, são substituídas pelo bloqueio total dos espaços. Em muitos casos, observa-se a presença de arquiteturas hostis do lado interno de grades e muros de vidro. Em outros casos, a evolução de arquiteturas hostis mais discretas – vasos de plantas e pinos – para instalações mais restritivas pode ser verificada através de imagens do Google Streetview. As FIGURA 63, 64 e 65 ilustram esse tipo de situação. A FIGURA 63 é uma imagem atual de um gradeamento, novembro de 2019, na Avenida Marechal Floriano Peixoto. Dentro das grades, estão dezenas de vasos de concreto.

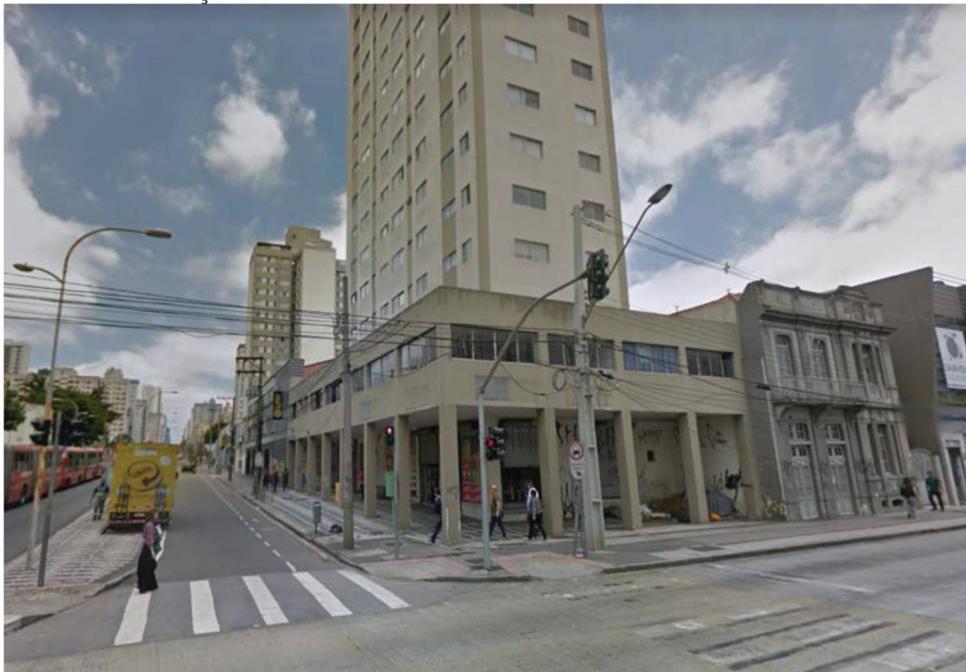
FIGURA 62 - GRADES COM VASOS DE PLANTA EM SEU INTERIOR NA AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO



FONTE: A autora (2019)

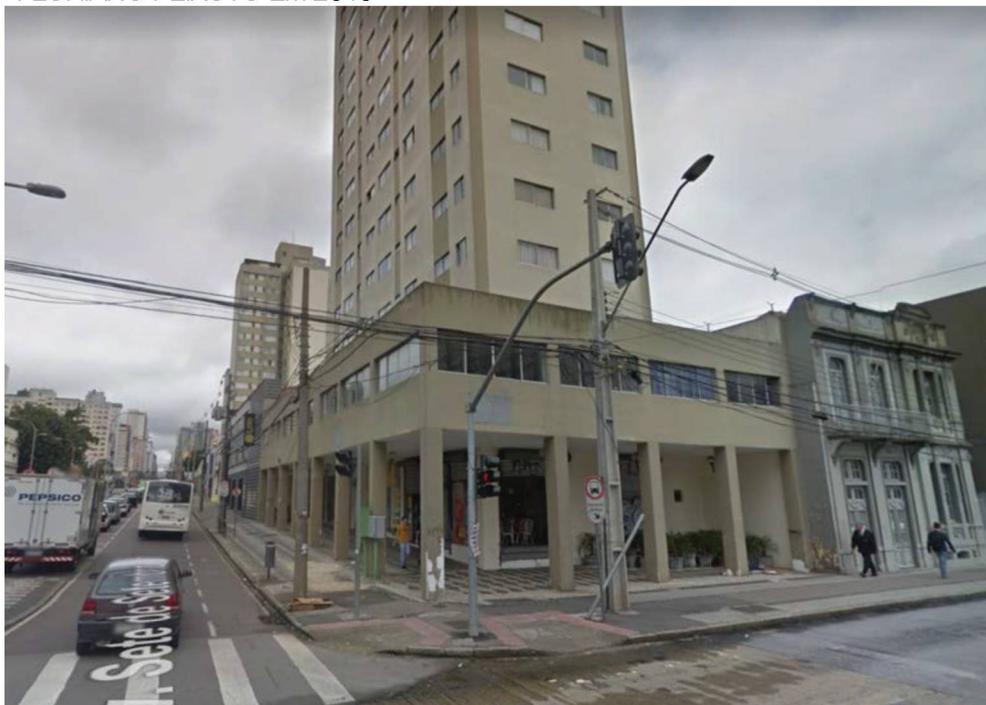
Nas configurações anteriores, o espaço se apresenta em duas situações. Em novembro de 2014, (FIGURA 64), a galeria mantinha as características originais, conforme o Plano Massa e sem arquiteturas hostis. Verifica-se ainda a presença de pessoas em situação de rua. Em outubro de 2015 (FIGURA 65), um grupo de vasos foi posicionado no local. Os vasos de concreto, quando usados em grande quantidade, já constituem uma instalação hostil, e ocupam grande porção do piso. Mesmo assim, em 2016, os proprietários dos estabelecimentos optam por medidas mais duras de controle, com a colocação de grades que vão do piso ao teto das galerias, barrando o acesso e qualquer outra atividade no espaço, incluindo o abrigo e a circulação.

FIGURA 63 - GALERIA NA AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM 2014, ANTES DA IMPLANTAÇÃO DE ARQUITETURAS HOSTIS



FONTE: Google Streetview (2014)

FIGURA 64 - GALERIA COM UM CONJUNTO DE VASOS NA AV. MARECHAL FLORIANO PEIXOTO EM 2015



FONTE: Google Streetview (2015)

Nesse exemplo ainda, as grades alteram a configuração prevista em lei, pois a edificação encontra-se na Zona Estrutural, onde exige-se, em troca de benefícios em área edificada, o recuo das lojas no pavimento térreo para a conformação da área coberta de uso público. Por isso, as grades alteram a paisagem planejada e aprovada por lei, além de inibir a circulação pelas áreas de galeria.

Se comparados às restrições ao descanso, as arquiteturas que bloqueiam acessos são pouco numerosas. Por isso, geram uma distribuição mais desigual e menos concentrada pela área de estudo (FIGURA 66). A região leste da área de estudo possui pontos bem distribuídos e presentes por quase todo espaço. Além dessa área, chamam atenção as regiões da Praça Tiradentes e, ao sul, na Avenida Sete de Setembro, as quais possuem uma sequência linear de pontos, indicando restrições ao acesso.

FIGURA 65- MAPA COM LOCALIZAÇÃO DAS ARQUITETURAS HOSTIS QUE RESTRINGEM ACESSO



FONTE: IPPUC (2018), a autora (2020)

Nem sempre é fácil identificar as grades como arquiteturas hostis, pois sua aplicação mais frequente é como elemento de segurança patrimonial. Outras vezes as grades exercem ambas funções, controle espacial e proteção patrimonial. Assim, para distingui-las, observaram-se dois pontos: o local onde são instaladas e se há acessos diretos à edificação (portas e janelas).

Os espaços que costumam ter acessos restritos com arquiteturas hostis oferecem elementos atrativos para a circulação ou para o descanso, ou ainda espaços onde a população em situação de rua possa dormir sem ser incomodada ou guardar seus pertences. Assim, costuma-se bloquear com grades, escadas, espaços cobertos, como reentrâncias em prédio e pequenos jardins. Assim, a maior parte das arquiteturas hostis estão

em jardins (FIGURA 67), junto a fachadas de edificações, em áreas sem aberturas, e espaços abrigados (FIGURA 68), como marquises e galerias cobertas.

FIGURA 66 – IMPEDIMENTO DE ACESSO A JARDINS



FONTE: a autora (2019)

FIGURA 67 - IMPEDIMENTO DE ACESSO A ÁREAS COBERTAS



FONTE: A autora (2020)

As arquiteturas hostis que produzem espaços sem acesso são outro reflexo espacial do medo do outro e da dificuldade de lidar com conflitos entre os ocupantes do espaço público. Isso porque impedir o acesso a um espaço externo onde não há contato possível com o interior das edificações, não consiste em medida de segurança, e funciona apenas para anular a atratividade desse espaço. Assim, negar o acesso funciona para afastar as

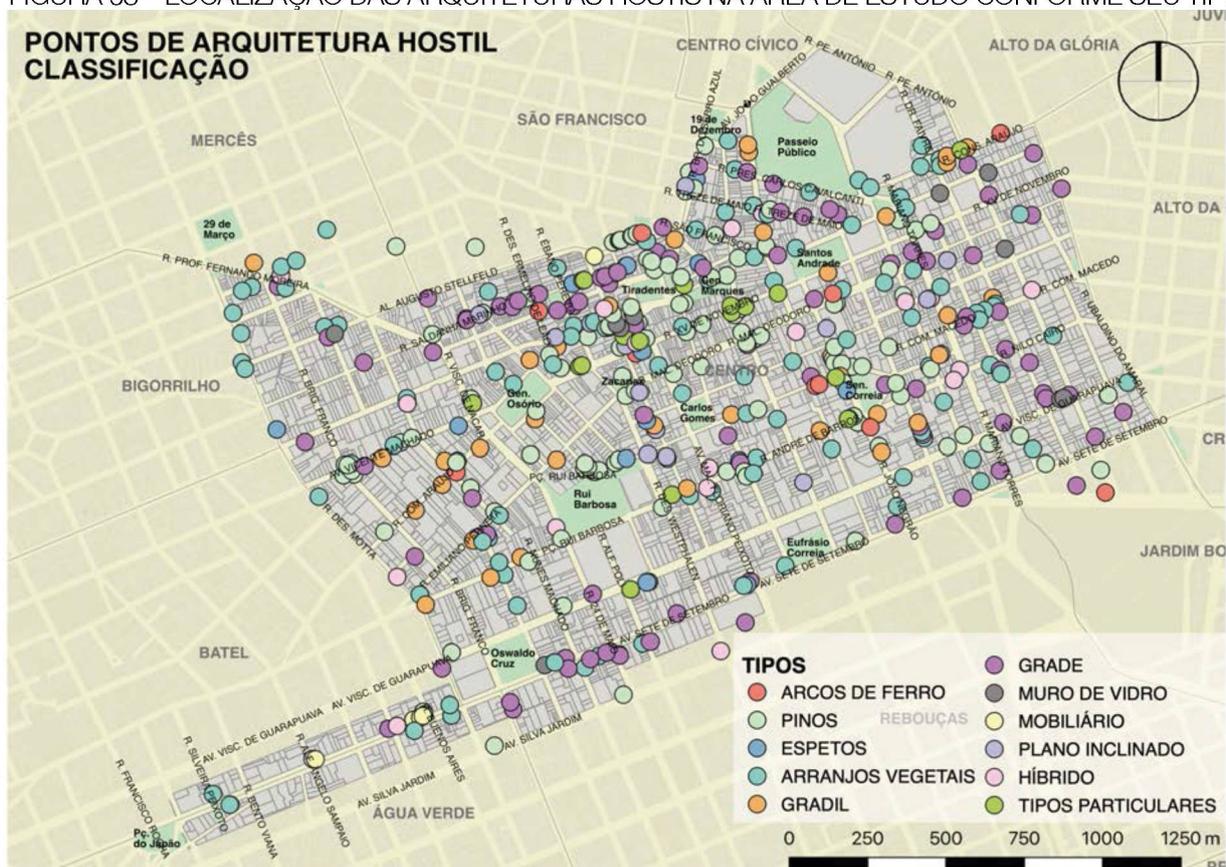
peças dos espaços, mas não soluciona o problema da ocupação do espaço público como moradia. Nesse sentido foca-se no sintoma e não na causa dos conflitos com a população em situação de rua. Ao mesmo tempo, a atratividade subtraída do espaço dá então lugar a uma paisagem explicitamente hostil. Por isso, ruas com muitas grades instaladas são percebidas como perigosas e tendem a ser evitadas, retirando do espaço público a oportunidade de convivência entre qualquer pessoa. Já para as classes indesejadas, o impedimento de acesso significa também ser impedido de buscar recursos básicos para a própria subsistência, constituindo um entrave para o desenvolvimento da condição de cidadania.

5.3. PANORAMA GERAL, DISTRIBUIÇÃO E CARÁTER DAS ARQUITETURAS HOSTIS NO CENTRO DA CIDADE

Sabendo das informações referentes aos tipos de arquitetura hostil e das restrições provocadas por eles, propõe-se aqui uma análise mais ampla, considerando como as arquiteturas hostis se distribuem na área de estudo. Analisa-se a localização das arquiteturas a partir de seus tipos – conforme descrito na seção 5.1 - da tipologia das edificações onde os elas se posicionam, e da concentração ou ausência delas em pontos específicos. Nesse último tópico, analisa-se também duas áreas com as duas menores e duas com maiores concentrações de arquiteturas hostis, atentando para os pontos comuns e divergentes entre cada uma das áreas.

A FIGURA 69 apresenta a posição de todos os pontos de arquitetura hostil, classificados segundo sua tipologia – já descritos na seção 5.1. No mapa é possível visualizar a predominância de elementos como pinos, arranjos vegetais e grades.

FIGURA 68 – LOCALIZAÇÃO DAS ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA DE ESTUDO CONFORME SEU TIPO



FONTE: IPPUC (2018), a autora (2020)

O FIGURA 70 por sua vez, mostra os elementos restritivos conforme o tipo de edificação onde estão instalados. Os tipos de uso das edificações foram divididos em sete:

comercial (lojas, prestadores de serviço e escritórios), residenciais (qualquer forma de habitação), institucionais (escolas, universidades, órgãos públicos), religiosos (templos e igrejas), públicos (os localizados em espaços de propriedade pública), sem uso ou vazios (lotes não edificadas, edificações abandonadas ou sem uso), e mistos (edificações com dois ou mais tipos de uso).

No MAPA 70 e na FIGURA 71 observa-se a predominância de arquiteturas hostis em edificações comerciais. Isso se deve ao caráter predominantemente comercial da região central, com grande número de lojas no nível térreo. Por isso, nota-se que há mais concentração de instalações hostis em comércios no interior e ao norte do bairro. Os números de instalações em imóveis comerciais e residenciais são mais semelhantes nas áreas próximas aos bairros do Alto da XV e Bigorriho. Apesar da paridade de incidências, as áreas com caráter mais residencial concentram menor número de arquiteturas hostis no geral. Isso demonstra que unidades comerciais costumam instalar mais elementos hostis. Observa-se também a tendência desse tipo de estabelecimento de controlar o espaço de maneira mais rígida. Tal constatação relaciona-se ainda com a quantidade de população em situação de rua em áreas de caráter comercial. Assim, as áreas com muitos comércios e grande número de pessoas em situação de rua apresentam também grande número de estratégias de controle social e espacial.

FIGURA 69 – ÁREA DE ESTUDO COM TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES



FONTE: IPPUC (2018); a autora (2020)

FIGURA 70 - GRÁFICO DE QUANTIDADE DE ARQUITETURAS HOSTIS INSTALADAS, CONFORME O TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES

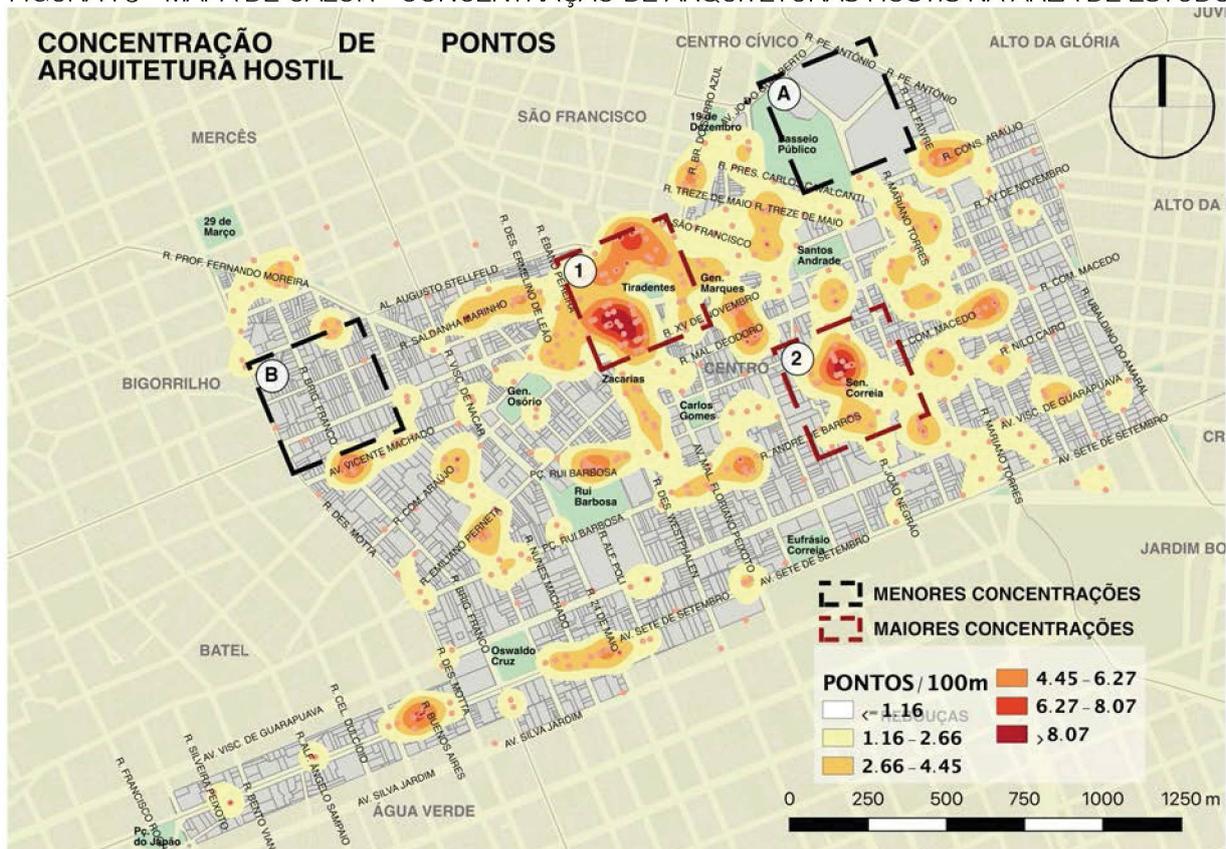


FONTE: A autora (2020)

Ainda sobre a tipologia das edificações, chama atenção a pouca ocorrência de arquiteturas hostis em espaços públicos de propriedade pública. Há apenas quatro delas, todas próximas a Praça Tiradentes (FIGURA 72). Dentre elas estão um banco na Rua Nestor de Castro, o qual é de uso público mas de manutenção é privada, executada pelo condomínio localizado logo a sua frente; coroas de cristo e uma série de arcos de ferro, posicionados na travessia subterrânea da Nestor de Castro e um fechamento de rua com

O mapa de calor (FIGURA 74) ilustra a concentração de arquiteturas hostis na área de estudo. Por ele, percebe-se duas áreas de maior agrupamento de pontos, indicadas como 1 e 2, localizadas nas intermediações da Praça Tiradentes e do Terminal Guadalupe (Praça Senador Correia) respectivamente. Por sua vez, as áreas assinaladas com as letras A e B são as com menor incidência de arquiteturas hostis. Além das áreas assinaladas, verificam-se ruas em que as arquiteturas hostis são escassas, como: a Av. Visconde de Guarapuava e a Rua Ubaldino do Amaral, ambas ruas com grande fluxo de veículos. A seguir, observam-se algumas especificidades de cada uma das áreas.

FIGURA 73 - MAPA DE CALOR - CONCENTRAÇÃO DE ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA DE ESTUDO.



FONTE: IPPUC (2018); a autora (2020)

5.3.1 Maiores concentrações

Área 1 – Praça Tiradentes

A Área 1, que envolve a Praça Tiradentes e suas intermediações, é onde registra-se a maior concentração de arquiteturas hostis. Além disso, no mapa de calor, FIGURA 74, visualiza-se que a mancha de calor iniciada nessa área, estende-se pela porção Centro-Norte e, com menor intensidade, para porção central. Assim, conclui-se que as arquiteturas hostis tendem a se concentrar nessa região e, a partir dela, propagam-se em todas as direções,

FIGURA 75 – TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES COM ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA 1 – PRAÇA TIRADENTES.



FONTE: Google Earth (2019), IPPUC (2018), a autora (2020)

A Praça Tiradentes, considerada marco zero da cidade, é localizada na região centro-norte da área de estudo, nos limites com o bairro São Francisco, setor histórico de Curitiba. Por isso, no seu entorno localizam-se edificações de diversas idades e portes, incluindo prédios históricos e edificações sem uso e degradadas. O fluxo de pedestres na região é intenso, influenciado pelo grande número de comércios e pelas proximidades de terminais de ônibus. Há três áreas de pontos finais de ônibus nas intermediações. O maior deles é localizado na própria praça. Contribuem ainda para intensificar a movimentação de pessoas as ruas exclusivas para pedestres. A principal delas é a Rua XV de Novembro, localizada a uma quadra da praça. Outras ruas com trecho pedestrializados são a Rua Saldanha Marinho e a Rua Monsenhor Celso. Na região, existe também movimentação intensa de automóveis e ônibus.

Apresenta-se ainda diversidade de comércios e de serviços, cujos portes e ramos de atuação também são variados. Esse comércio atende a população de todas as regiões da cidade por estar em uma localização de fácil acesso, principalmente para os usuários do transporte coletivo. Há muitos pontos de comércio popular e ainda comércio informal e

ambulante, como barracas, carrinhos de comida e camelôs que usam o entorno e o interior da Praça para vender seus produtos. Na Rua Nestor de Castro, por sua vez, encontram-se bares que funcionam durante o dia todo, inclusive durante a noite, e atendem primordialmente a um público de baixa renda e a frequentadores do Centro Histórico.

FIGURA 76 – MAPA DE SITUAÇÃO DA ÁREA 1 – PRAÇA TIRADENTES



FONTE: Google streetview (2019), IPPUC (2018), a autora (2020)

Durante as visitas ao entorno da Praça Tiradentes⁴⁹, ficou evidente a presença da população em situação de rua, a qual tende a ocupar o interior da praça e locais da Rua Saldanha Marinho. Realizou-se também uma visita à praça em horário não comercial. Essa visita evidenciou que, sem a movimentação transitória de trabalhadores, a praça torna-se o local mais movimentado da área, concentrando a maior parte da população em situação de rua e comerciantes informais. Na FIGURA 78C, nota-se alguns grupos de pessoas espalhados pela praça durante um fim de semana.

⁴⁹ Durante o trabalho de campo, percorreu-se as intermediações da Praça Tiradentes em seis oportunidades, nos dias: 22 de outubro, 01 de novembro, 12 de novembro, 03 de dezembro, 10 de dezembro, 12 de dezembro de 2019, todas essas em horários comerciais. Foi efetuada uma visita dia 04 de abril de 2020, sábado, que teve objetivo único a observação da área com os comércios fechados.

FIGURA 77 - PRAÇA TIRADENTES. (A) PARTE DOS TERMINAIS DE ÔNIBUS COM EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS; (B) VISTA DA PARTE INTERNA DA PRAÇA; (C) VISTA PANORÂMICA COM PARTE DO ENTORNO



FONTE: A autora (2020)

A baixa quantidade de arquiteturas hostis em espaços públicos e a grande quantidade de arquiteturas hostis em estabelecimentos privados evidenciam a abordagem diferenciada das propriedades públicas e privadas em relação à participação desses locais na construção da esfera pública. No Centro, o acesso desimpedido às praças é importante⁵⁰, pois lhes conferem caráter de espaço de potencial acolhimento à diversidade, ao menos em relação à sua configuração física. Essa observação não envolve, e nem seria possível, através do viés dessa pesquisa, outros controles e coerções sujeitos a ocorrerem no espaço público, como a vigilância remota e repressão por agentes de controle ativos – policiais e vigilantes, por exemplo.

Considera-se que, na Área 1, quatro locais contribuem particularmente para a concentração de arquiteturas hostis: a Biblioteca Pública do Paraná (FIGURA 79), o edifício do Banco do Brasil (FIGURA 79), a Travessa Nestor de Castro (FIGURA 80) e a Rua Saldanha Marinho (FIGURA 81). O edifício do Banco do Brasil fica logo em frente à Praça Tiradentes e

⁵⁰ As praças do Centro, em regra, permitem livre acesso em qualquer horário, com exceção da Praça Oswaldo Cruz, que possui grades em seu perímetro e funciona das 7:00 às 22 horas. O Passeio Público também possui grades e horário restrito de acesso, porém é considerado pela PMC como parque.

ocupa uma pequena quadra entre as ruas Cândido Lopes, Cândido Leão e Doutor Muricy. A Biblioteca Pública do Paraná é vizinha ao prédio do Banco do Brasil, e possui fachadas para as ruas Doutor Muricy, Cândido Lopes e Ébano Pereira. Ambas edificações apresentam em sua fachada quatro pontos com arquiteturas hostis e são as edificações com maior número de elementos restritivos. Enquanto o Banco do Brasil fechou todos os nichos e reentrâncias de sua fachada com jardins, e posteriormente fechou os jardins com muros de vidro. A Biblioteca implantou pinos e arranjos vegetais nas duas fachadas sem acesso à edificação.

FIGURA 78 - ARQUITETURAS HOSTIS (A) NA LATERAL DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ E (B) LATERAL DO EDIFÍCIO DO BANCO DO BRASIL



FONTE: A autora (2019)

A Travessa Nestor de Castro, por sua vez, possui um conjunto comercial localizado em frente aos pontos de ônibus. Nesse conjunto, arquiteturas hostis são vistas em parte significativa das unidades comerciais (FIGURA 81), seis delas. Dessas quatro encontravam-se desocupadas (FIGURA 76).

FIGURA 79 - VISTA DO TERMINAL E DAS LOJAS NA TV. NESTOR DE CASTRO



FONTE: A autora (2019)

Dos quatro lugares apontados, a Rua Saldanha Marinho é o mais peculiar, pois está localizada entre duas áreas bastante movimentadas, tem duas quadras de tráfego exclusivo para pedestres, exatamente em seu trecho mais próximo à Praça Tiradentes, e é uma rua de caráter principalmente comercial. Mesmo assim, a rua não apresenta movimentação intensa de pedestres nem o dinamismo característico da região central. Ao analisar os motivos para isso, verifica-se que na rua há um número considerável de grades (FIGURA 81) e os muitos locais, mesmo os que não dispõem de arquiteturas hostis, permanecem com as portas fechadas. Na extensão de três quadras (aproximadamente 300 metros), existem onze instalações hostis – quatro grades, três pinos, três espetos, e uma janela com pregos. Adicionado a isso, nessa parte da rua, há poucas fachadas ativas. A maior das edificações tem os fundos voltados para a rua ou estão desocupadas. Algumas lojas possuem vitrines para a Saldanha Marinho, porém os acessos são voltados para outras vias (FIGURA 82).

FIGURA 80 - FUNDO DE EDIFICAÇÕES GRADEADOS NA RUA SALDANHA MARINHO



FONTE: A autora (2020)

FIGURA 81 - VITRINE VOLTADA PARA A RUA SALDANHA MARINHO. O ACESSO À LOJA É PELA RUA JOSÉ BONIFÁCIO



FONTE: A autora (2019)

As grades e os espetos têm um efeito negativo na paisagem e transmitem a impressão de insegurança. A Rua Saldanha Marinho é a que melhor ilustra, em toda área de estudo, a tendência de militarização da paisagem e exemplifica como as estratégias de distanciar os “indesejados” têm o efeito de esvaziar os espaços públicos. Em alguns locais da rua, existe mais de uma grade em um mesmo estabelecimento, de forma que as barreiras defensivas se sobrepõem. Na FIGURA 83, observa-se uma unidade comercial com três camadas de “defesa”. A primeira, de dentro para fora, é uma porta de aço. A segunda camada é composta por grades. E há ainda uma porta de aço de enrolar, que permanece aberta a meia altura. Além dessas camadas de segurança, há uma série de espetos na soleira da porta.

FIGURA 82 - UNIDADE COMERCIAL COM GRADES SOBREPOSTAS NA RUA SALDANHA MARINHO



FONTE: A autora (2019)

Outra situação vista na Saldanha Marinho é a instalação de pinos na área interna de uma universidade (FIGURA 84). A instituição está localizada em um trecho com algumas fachadas ativas e é a edificação com maior abertura voltada para a rua. Logo na entrada do prédio, existe uma superfície sentável, da qual se teria um bom ponto de observação da rua, ou ofereceria um espaço para reunião dos próprios alunos que frequentam a faculdade. Porém, a instituição optou por inutilizar o local, colocando uma série de pinos sobre os assentos. Com isso, impede-se que estranhos ou pessoas incômodas utilizem a área. Ao mesmo tempo, renega-se e desestimula-se qualquer contato com a rua. A impossibilidade de uso das áreas externas incentiva os frequentadores a procurar os serviços oferecidos no interior da edificação. Esse caso de instalação hostil é um exemplo de como a falta de locais públicos, ou a subtração de espaços de qualidade, tende a retirar as pessoas do espaço público e torna-las cada vez mais dependentes dos serviços e espaços privados para satisfazer suas necessidades. Exemplifica ainda a falta de interesse de empreendimentos pelo espaço público, e a necessidade de controle sobre qualquer espaço de propriedade privada.

FIGURA 83 - INSTALAÇÃO DE PINOS EM SUPERFÍCIE NO INTERIOR DE UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA NA RUA SALDANHA MARINHO

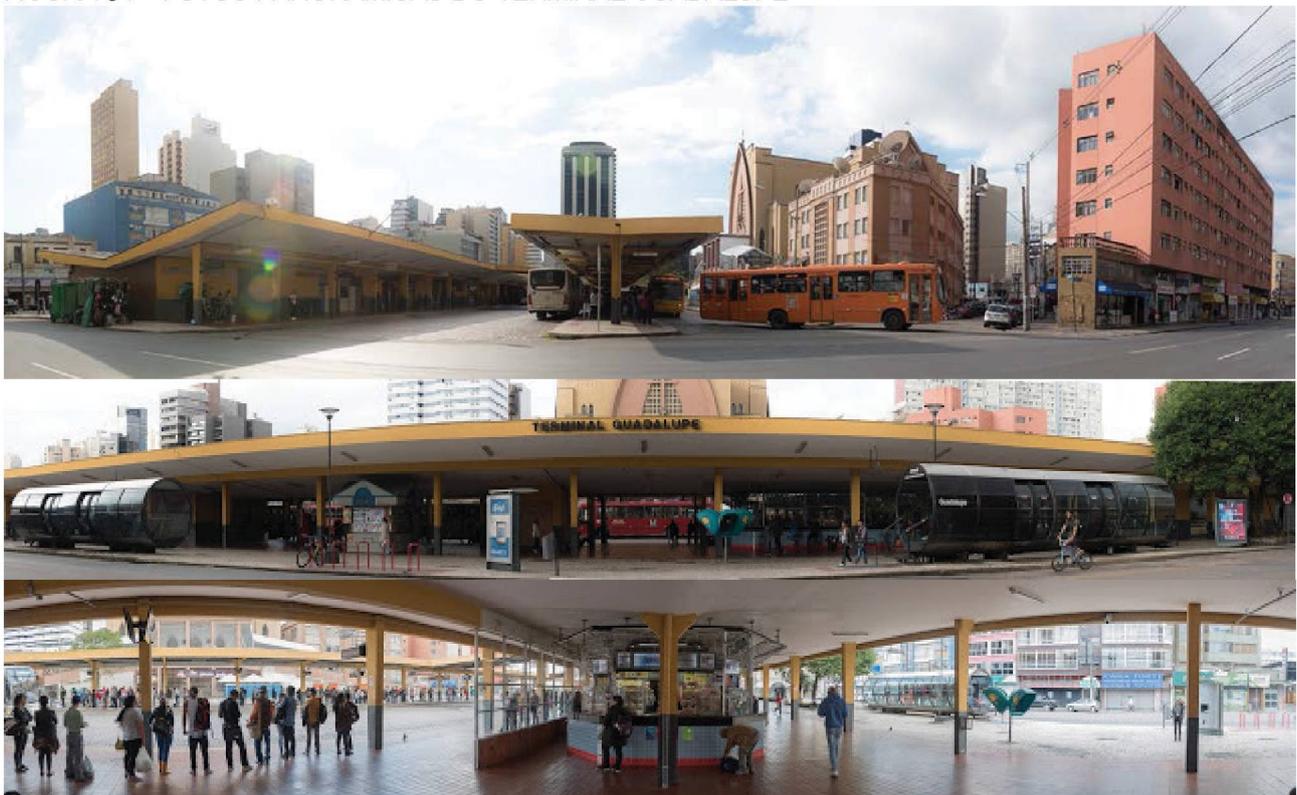


FONTE: A autora (2019).

Área 2 – Entorno do Terminal Guadalupe/Praça Senador Correia

A segunda área com mais concentração de arquiteturas hostis fica no entorno do Terminal Metropolitano do Guadalupe (FIGURA 85), também conhecida como Praça Senador Correia. Embora seja considerada como uma praça pela prefeitura da cidade, a localidade não tem características físicas de uma. A parte delimitada como praça é, na verdade, ocupada pelo terminal de ônibus e pelo Santuário do Guadalupe, vizinhos um do outro. O Terminal do Guadalupe existe desde 1956 e funcionou como estação rodoviária de Curitiba, com linhas estaduais e interestaduais, até a década de 1970. Após essa década, passou a ser utilizado para abrigar as linhas que ligam Curitiba às cidades da região metropolitana, e é o principal terminal de transporte metropolitano do Centro da cidade.

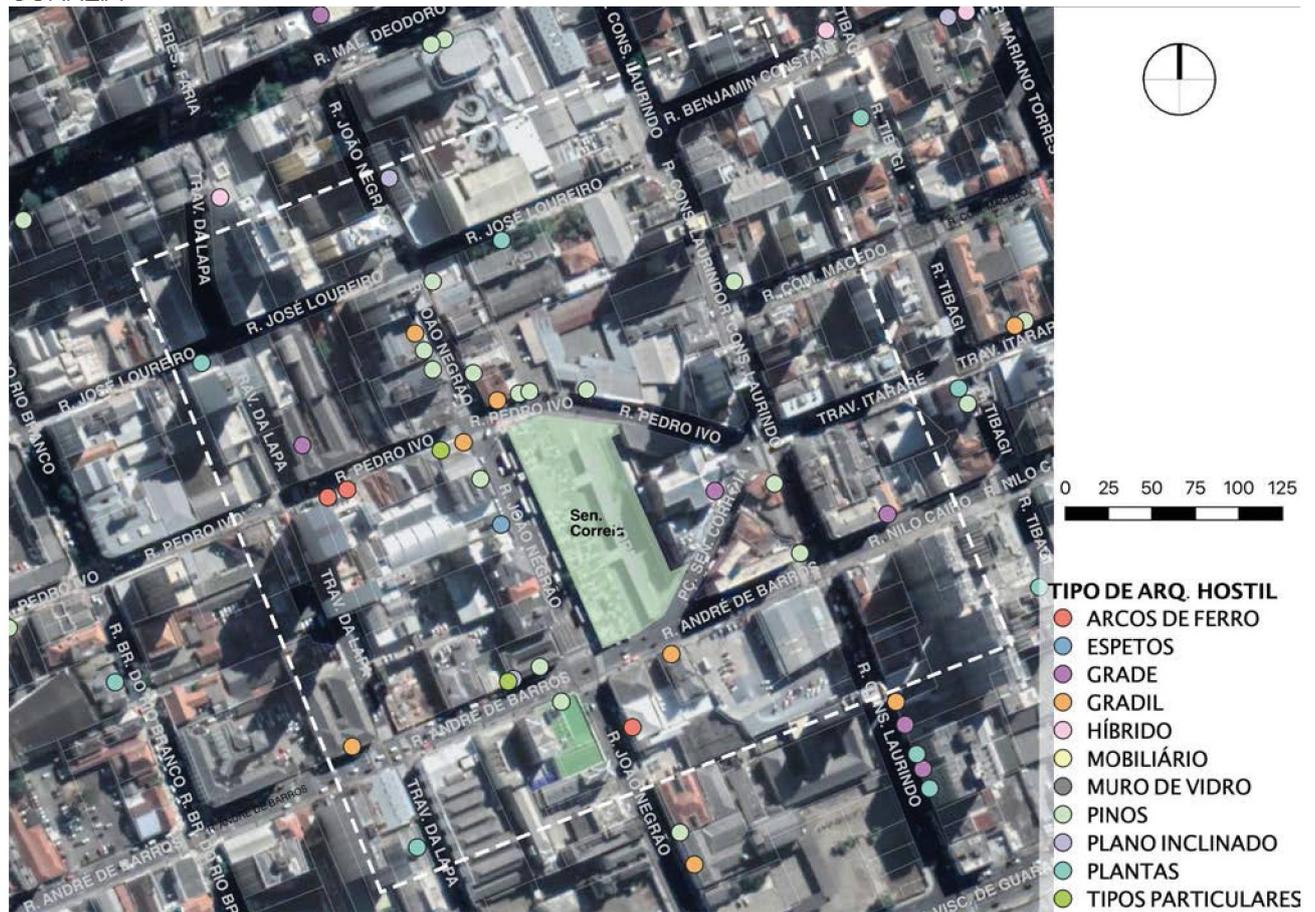
FIGURA 84 – FOTOS PANORÂMICAS DO TERMINAL GUADALUPE



FONTE: TAKEUCHI (2017)

Os mapas mais aproximados da área (FIGURA 86 e 87) mostram que a maior concentração de arquiteturas hostis está próxima ao terminal. O cruzamento, e as proximidades, das ruas João Negrão e Pedro Ivo é a região com maior número de pontos. No total, a Área 2 possui 33 pontos de instalações hostis, em sua maior parte pinos (13 pontos). Dos 33 pontos, 30 inibem atividades de descanso, como deitar e sentar.

FIGURA 85 – TIPOS DE ARQUITETURA HOSTIL NA ÁREA 2 – TERMINAL DO GUADALUPE/PRAÇA SENADOR CORREIA



FONTE: Google Earth (2020), IPPUC (2018), a autora (2020)

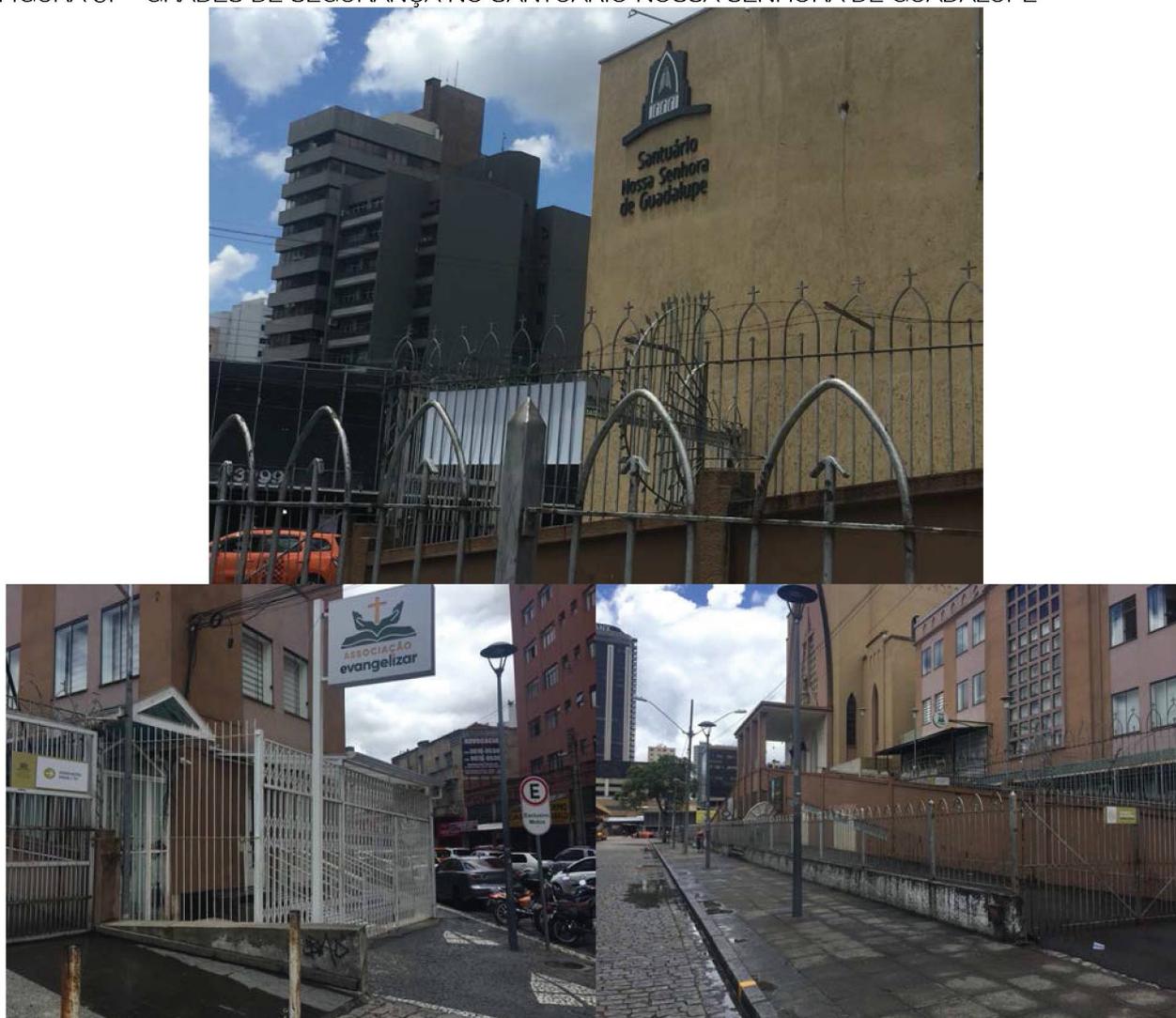
FIGURA 86 – TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES COM ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA 2 – TERMINAL DO GUADALUPE/PRAÇA SENADOR CORREIA



FONTE: Google Earth (2020), IPPUC (2018), a autora (2020)

Há apenas três grades instaladas no entorno do terminal, ou seja, as arquiteturas hostis são menos restritivas em comparação com a Área 1. Isso não exclui totalmente, porém, a existência de algumas ocorrências bastante específicas e perversas. O Santuário de Nossa Senhora do Guadalupe destaca-se, nesse sentido, pois apresenta grande número de grades em todo o seu entorno. Apesar da maioria ter objetivo de segurança da edificação, a paisagem é afetada pela quantidade desse elemento, o qual é utilizado em conjunto com espetos e algumas vezes avança sobre o passeio (FIGURA 88).

FIGURA 87 - GRADES DE SEGURANÇA NO SANTUÁRIO NOSSA SENHORA DE GUADALUPE



FONTE: A autora (2019, 2020)

No Santuário, há ainda a utilização de grades com propósito exclusivamente hostil. Nesse caso, a instalação hostil cerca um nicho, onde apesar de existirem aberturas, essas já apresentam a instalação de grades (FIGURA 89).

FIGURA 88 - GRADEAMENTO DE NICHOSANTUÁRIO NOSSA SENHORA DO GUADALUPE



FONTE: A autora (2020)

No mapa de tipologias das edificações, nota-se, mais uma vez, a predominância de estabelecimentos comerciais com arquiteturas hostis. Por outro lado, o número de instalações hostis em edificações institucionais chama a atenção. São seis ocorrências desse tipo. Entre os imóveis institucionais, destacam-se o edifício onde se localiza o Detran-PR e a Inspetoria da Receita Federal, e o edifício da FUNPAR – Fundação da Universidade Federal do Paraná. O primeiro possui gradis inclinados na maior parte da fachada além de uma série de pinos em uma superfície elevada (FIGURA 90). Já a sede da FUNPAR, apresenta apenas pinos, mas mantém as grades de proteção na fachada, as quais, embora possam ser abertas, permanecem sempre fechadas (FIGURA 60).

FIGURA 89 - GRADES E PINOS EM FRENTE AO EDIFÍCIO DO DETRAN E DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL



FONTE: A autora (2019)

Na Área 2, observa-se grande movimentação de pedestres principalmente na Rua João Negrão e na Rua Pedro Ivo. As ruas André de Barros, João Negrão e Conselheiro Laurindo apresentam tráfego intenso de automóveis e ônibus. Ao contrário da Área 1, a região não possui espaços exclusivos para pedestres e a maior parte do sistema de circulação é ocupada pelos veículos automotores. A configuração da área privilegia a circulação de carros, pois, apesar da quantidade de pessoas, as calçadas não são largas, característica que dificulta o caminhar em muitos trechos da Rua João Negrão. Na Área 2, não são verificados outros terminais de ônibus e nem praças que funcionem como ponto de descanso ou convivência, por isso o Terminal do Guadalupe e a igreja são os pontos com maior ocupação de pessoas. Também por isso, a mancha de calor na Área 2, restringe-se às intermediações do terminal, e se estende pouco para outras direções.

Observa-se ainda ampla atividade comercial, composta em grande parte por lojas de pequeno porte direcionadas ao consumo popular. A presença de comércio ambulante é marcante, pois ocupa parte das vagas de carro na rua João Negrão e algumas esquinas e laterais do terminal de transporte. Há ainda alguns bares e comércio noturno, porém esses são espalhados pela área e não ocupam uma região específica.

FIGURA 91 - POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM REENTRÂNCIAS DE EDIFÍCIOS E EM FRENTE A FACHADAS



FONTE: A autora (2019)

A ausência de espaços de permanência também conduz à instalação de arquiteturas como os pinos nas paredes (FIGURA 26), uma vez que qualquer espaço, nesse contexto, pode ser escolhido para sentar ou deitar, mesmo que ele não ofereça nenhuma qualidade espacial.

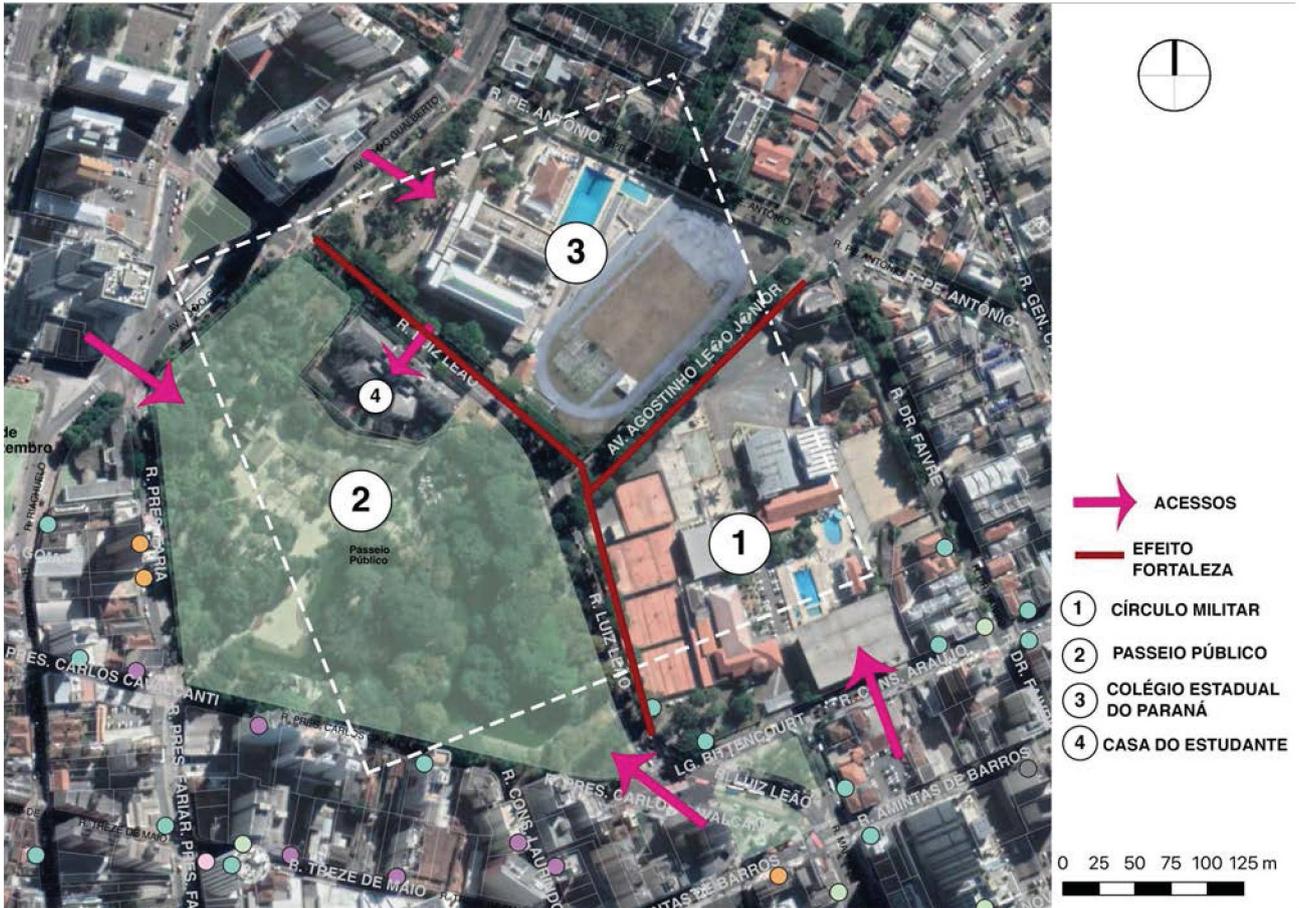
5.3.2 Menores concentrações

Na presente seção, analisam-se as áreas com menor incidência de arquiteturas hostis, denominadas como Área A e Área B. A partir do FIGURA 74 nota-se que essas regiões se localizam em áreas limítrofes com outros bairros, uma no extremo leste e outra no extremo oeste. A seguir, explora-se as características espaciais de cada uma das áreas.

Área A – Passeio Público, Colégio Estadual do Paraná e Círculo Militar

A Área indicada como “A” no mapa de calor (FIGURA 74) é a única em toda a área de estudo que não possui arquiteturas hostis. Apesar disso, a ausência delas não indica, nesse caso, um lugar dotado de qualidade espacial ou de vitalidade. Pelo contrário, a intersecção da Rua Luiz Leão com a Avenida Leão Júnior é uma região quase deserta e sem atrativos. A paisagem, ali, é formada basicamente por grades e muros de três edificações: o Círculo Militar do Paraná, um clube; o Passeio Público, um parque, e o Colégio Estadual do Paraná (FIGURA 93). Todos esses lugares ocupam grandes lotes, todos cercados por muros e grades. Além disso, os acessos principais são voltados para direções opostas, cada um deles em uma rua. Ao mesmo tempo, os fundos das propriedades voltam-se para a Rua Luiz Leão e para a Avenida Agostinho Leão Júnior, formando corredores de grades e muros cegos (FIGURA 94). A única edificação com acesso pela Rua Luiz Leão é a CEU – Casa do Estudante Universitário do Paraná, a qual não concede, sozinha, vitalidade ao espaço público.

FIGURA 92 – MAPA DE SITUAÇÃO DA ÁREA A - PASSEIO PÚBLICO, COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ E CÍRCULO MILITAR



FONTE: Google Earth (2019), IPPUC (2018), a autora (2020)

Dessa forma, não se veem arquiteturas hostis na região, uma vez que os muros e grades sem acesso ao exterior conformam “fortalezas urbana” (WHYTE, 2001) e cumprem o papel de afastar as pessoas do local, sem que para isso seja necessário instalar outro meio de controle espacial.

FIGURA 93 - VISTA DAS RUAS LUIZ LEÃO E AGOSTINHO LEÃO JÚNIOR

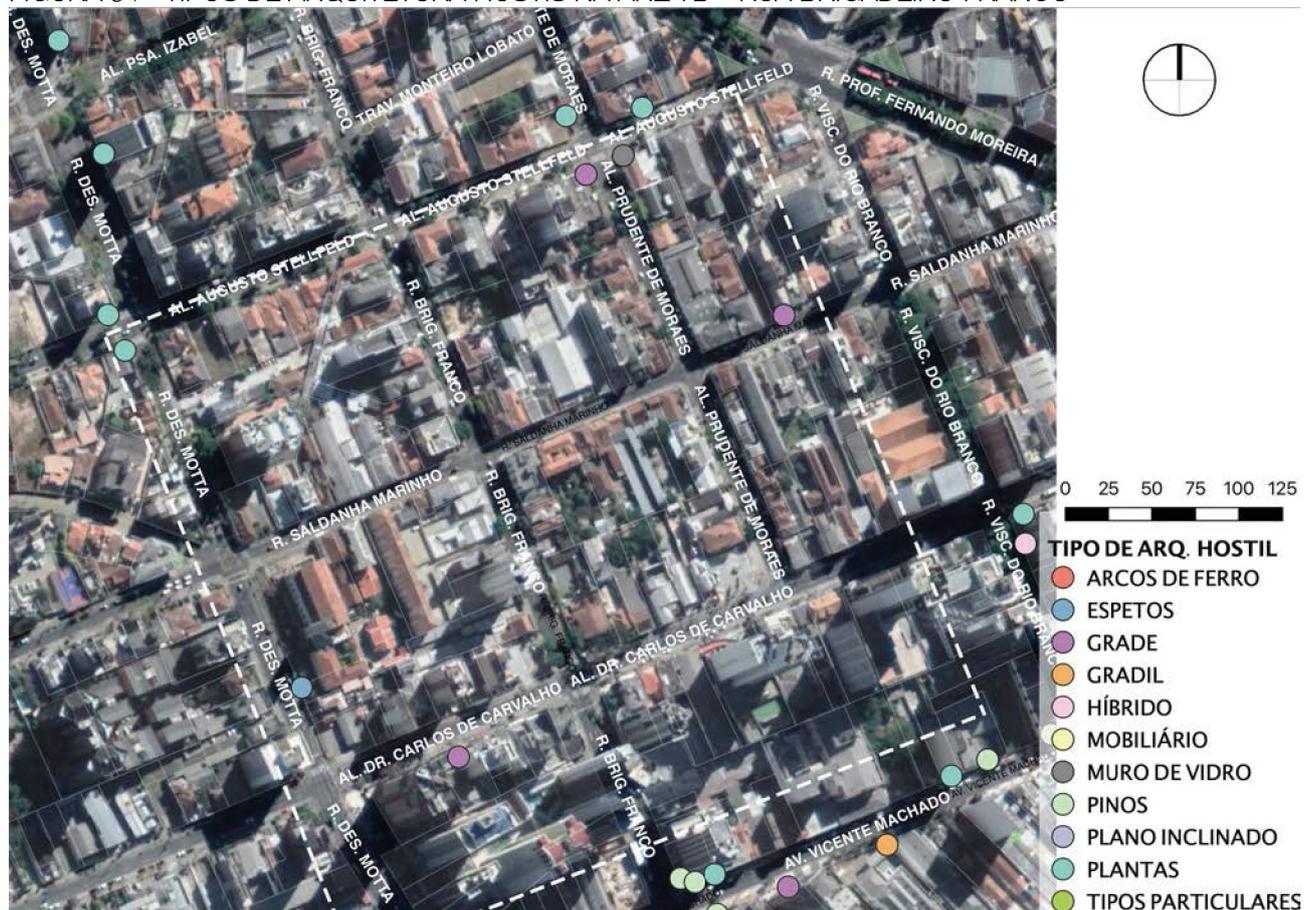


FONTE: A autora (2019)

Área B – Brigadeiro Franco

A Área B é a segunda com menor número de arquiteturas hostis. Nela, há ao todo seis delas: três gradeamentos, uma implantação de espetos, e um muro de vidro.

FIGURA 94 - TIPOS DE ARQUITETURA HOSTIL NA ÁREA B – RUA BRIGADEIRO FRANCO



FONTE: Google Earth (2019), IPPUC (2018), a autora (2020)

O número de grades pode parecer alto em relação ao total de arquiteturas hostis na Área B. Porém, esses elementos se mesclam com a paisagem do bairro, no qual as residências não possuem muitas arquiteturas hostis, mas possuem equipamentos de segurança patrimonial (FIGURA 96). Observa-se também uma tendência ao enclausuramento de jardins e fechamento de recuos frontais em lotes comerciais.

FIGURA 95 - GRADEAMENTO DE MARQUISE NA RUA CARLOS DE CARVALHO E APARATO DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA



FONTE: A autora (2019)

A área localiza-se no extremo oeste do Centro, já nos limites com os bairros Bigorrihlo e Batel. A região é predominante residencial e de alto padrão. Nela, misturam-se prédios de alto padrão com edificações antigas, construídas junto ao alinhamento predial. Apesar do caráter residencial, observa-se variedade de comércios e bares, apresentando assim atividade comercial em diversos turnos. O comércio da região é voltado para um público de classe média e alta, em sua maioria. Mesmo que a área possua maior número de residências, comparando-se com o interior do Centro, cinco dos seis elementos hostis encontrados estão em estabelecimentos comerciais.

A região ainda se diferencia consideravelmente em outros aspectos das áreas com mais incidência de arquiteturas hostis. Não existem na área terminais de ônibus, lojas grandes, vastidão comercial ou qualquer equipamento gerador de tráfego de pedestres. Por isso, observa-se presença e movimentação de pedestres, mas em menor quantidade. O fluxo de pedestres é mais fluído, no sentido não ocorre acúmulo de pessoas nas calçadas. Além disso, as calçadas são largas e bem conservadas. As vias de circulação de veículos também são largas. Assim, as ruas permitem grande amplitude visual para os pedestres.

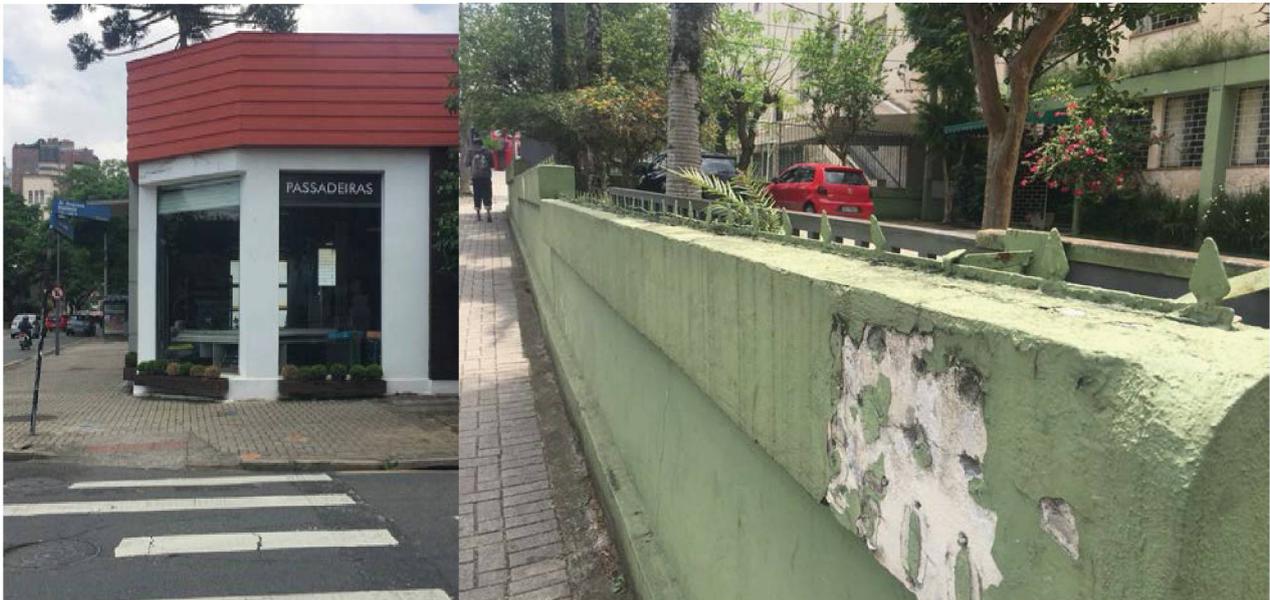
FIGURA 96 - TIPO DE USO DAS EDIFICAÇÕES COM ARQUITETURAS HOSTIS NA ÁREA B – RUA BRIGADEIRO FRANCO



FONTE: Google Earth (2019), IPPUC (2018), a autora (2020)

Além das grades, dois elementos são usados como restrição em áreas sentáveis: uma série de arranjos vegetais e uma de espetos, ambos na Rua Desembargador Motta (FIGURA 98).

FIGURA 97 - ARRANJOS VEGETAIS E ESPETOS NA RUA DESEMBARGADOR MOTTA



FONTE: A autora (2019)

5.3.3 Conclusões a partir do panorama geral da região central

A partir da observação das áreas, verifica-se muitos pontos em comum entre as áreas com maiores incidências de arquitetura hostil. No Centro de Curitiba, as instalações hostis agrupam-se perto de terminais de ônibus, de regiões voltadas ao comércio popular e informal, e onde há grande circulação de pedestres. Tais regiões têm o potencial de atrair volume significativo de trabalhadores, consumidores e, conseqüentemente, de população em situação de rua.

Já as áreas com menores concentrações apresentam mais pontos rivais do que em comum. Enquanto a Área A contém lotes grandes, nenhuma atividade comercial, pouco fluxo de pedestres e calçadas estreitas. A Área B tem caráter misto, habitacional e comercial, com boa infraestrutura viária e boa conservação dos passeios. Essa segunda área tem ainda prédios altos conferindo a ela densidade habitacional. Por outro lado, principal ponto em comum entre elas é a localização. As duas áreas apresentadas são localizadas nos limites da região central com outros bairros, indicando que tais áreas apresentam um caráter misto, com características centrais e de bairro.

5.4 NEM UM MILHÃO DE PINOS PODERÁ NOS DETER

Para Lockton (2013), as arquiteturas hostis conseguem ser efetivas em conter comportamentos incômodos apenas a curto prazo. A longo prazo, nem sempre são bem-sucedidas, pois não são capazes de anular os desejos dos usuários do espaço público. Durante o trabalho de campo, flagraram-se algumas situações que exemplificam como os indivíduos adaptam-se a restrições espaciais e improvisam novos usos para os lugares públicos. A seguir, apresenta-se um breve conjunto de registros que ilustram tais ajustes espaciais na área de estudo. As fotografias, de maneira geral, registram formas de reapropriação do espaço por grupos variados, que apresentam a necessidade de trabalhar e descansar, ou a vontade de utilizar o espaço público para interagir com outras pessoas. Dessa maneira, as pessoas descobrem maneiras de suprir suas necessidades e satisfazer suas vontades, ainda que em espaços nada afáveis.

FIGURA 98 - VENDEDOR AMBULANTE NA RUA GENERAL CARNEIRO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 99 - FUNCIONÁRIO DE LANCHONETE NA RUA NESTOR DE CASTRO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 100 - VENDEDORES DE ARTESANATO RUA XV DE NOVOEMBRO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 102 - PESSOAS DESCANSANDO NA RUA MONSENHOR CELSO/PRAÇA TIRADENTES



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 101 - VENDEDORES DE CELULAR NA RUA MONSENHOR CELSO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 103 - HOMEM SENTADO SOBRE PINOS NA PRAÇA TIRADENTES



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 104 - HOMEM SENTADO SOBRE GRADIL NA RUA AMINTAS DE BARROS



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 105 - HOMEM SENTADO SOBRE PEDREGULHOS NA RUA GENERAL CARNEIRO



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 106 - GRUPO DE PESSOAS SENTADO EM FRENTE À GRADE NA RUA ALFREDO BUFREN



FONTE: A autora (2019)

FIGURA 107 - HOMEM TRABALHANDO EM SUPERFÍCIES COM PINOS NA RUA XV DE NOVEMBRO



FONTE: A autora (2019)

6. CONCLUSÃO

Em que medida as arquiteturas hostis colaboram para o encolhimento do espaço público? Essa é a questão que essa pesquisa se propõe a responder. Para isso, considerou-se que antes de tudo, há alterações significativas na natureza desse espaço nas últimas décadas. Com isso, o espaço público em seu sentido mais tradicional, como lugar de publicidade individual e congregação coletiva, sofreu modificações, ocasionadas em grande medida pelo avanço dos espaços virtuais de debate, pela ascensão dos espaços privados de convivência e pelos processos de privatização dos espaços públicos.

A partir disso, surge outra questão: há de fato o encolhimento do espaço público? Ou tal espaço passa apenas por modificações como reflexo das mudanças na sociedade e na tecnologia? Apesar de considerar que o espaço público, em sua esfera material e imaterial, reflete de fato a sociedade onde está inserido, a análise dos efeitos da arquitetura hostil relaciona-se, de maneira mais estreita, às tendências de isolamento social e à militarização e ao controle dos espaços, ocasionadas pelo medo da violência e pelo medo de estranhos. Nesse contexto, a arquitetura hostil funciona como meio de controle material dos espaços que, tal como formas de vigilância e segurança privadas, transfere os discursos de medo do outro e de necessidade por segurança pública para o espaço construído e para o espaço público das cidades.

Por sua vez, reconhece-se na estrutura legal vigente o estímulo a iniciativas privadas de criação e manutenção de espaços públicos. Considerando o controle espacial e social exercido por empreendimentos privados em seus espaços de influência, considera-se que a legislação urbana apresenta certa fragilidade, nesse sentido. Verifica-se ainda que iniciativas legais de incentivo a espaços públicos que privilegiem a vitalidade comercial e a circulação de pedestres já implantadas na cidade, como o Plano Massa, têm eficácia parcial. Interpreta-se que a longo prazo os incentivos obtidos em troca da oferta de espaços públicos - passeios extensos e cobertos, praças ou fachadas ativas - tendem a ser ignorados por parte dos empreendedores, moradores e ocupantes dos imóveis, permitindo a execução de modificações espaciais de controle. Ao mesmo tempo, falta na legislação qualquer proibição ou permissão de instalações de controle social ou espacial, mesmo que essas enclausurem áreas de uso público, restando aos proprietários de imóveis as decisões sobre o espaço.

Durante o trabalho de campo, identificou-se um amplo conjunto de estratégias hostis que causam prejuízo ao espaço de diferentes maneiras. No centro de Curitiba, as arquiteturas

hostis concentram-se nas regiões mais movimentadas, com maior fluxo de pedestres e com intensa atividade comercial. O número de arquiteturas hostis nessas regiões tem relação com a localização dos terminais de ônibus urbanos, com o tráfego de pedestres e com a presença de população em situação de rua. Elas inibem, principalmente, o uso de elementos posicionados nos limites entre o espaço público e o espaço privado – degraus, soleiras e afins – como local de descanso pelas pessoas que transitam no Centro.

Dessa forma, a pesquisa conclui que as arquiteturas hostis procedem à diminuição do espaço público como espaço material. Elas enfraquecem a área de contato entre o espaço público e o espaço privado, diminuem o espaço utilizável, e permitem que estruturas privadas avancem sobre o espaço público e semipúblico. Restringem ainda o espaço público em sua imaterialidade, pois a falta de espaços de sociabilidade impossibilita o desenvolvimento de relações mais estreitas entre indivíduos, e entre os indivíduos com o próprio espaço. Ainda, o espaço acaba por não cumprir sua função básica de cidadania, pois com a intenção de excluir determinados grupos dos lugares públicos, acaba por reduzir a qualidade espacial e as possibilidades de apropriação por todas as pessoas. Dessa forma, embora as consequências mais graves do cerceamento do espaço sejam sentidas por grupos vulneráveis, aos quais não restam outras opções para satisfazer necessidades básicas de descanso, alimentação e higiene pessoal, a restrição do espaço é estendida a qualquer indivíduo que utilize o espaço público.

A partir disso, pode-se dizer também que as possibilidades retiradas do espaço público pela arquitetura hostil tendem a transferir-se para a esfera privada e de consumo, na medida em que os cidadãos, os que possuem condições para tanto, tendem a buscar em estabelecimentos privados as qualidades que foram retiradas do espaço público. Esse movimento em direção aos espaços privados constrói uma esfera privada que isola indivíduos e os priva de interações diversificadas. A falta de conhecimento do espaço público aumenta a ansiedade e o medo do espaço urbano. Percebe-se, a partir disso, a natureza cíclica dos processos que envolvem o controle espacial do espaço público, o medo do crime e o medo de estranhos. A busca por enclaves, sejam residenciais ou comerciais, afeta a vida pública e gera isolamento social. O isolamento social gera ansiedade em conviver com estranhos ou com diferentes classes sociais, reforçando com isso a necessidade de se manter distante e se proteger dos espaços de convivência pública. A reclusão do espaço público, nesse caso, torna-se imperativa, pois cria a imagem de um espaço público pouco atrativo e com função de suprir apenas atividades obrigatórias do cotidiano - ir para o trabalho, ir ao médico etc -

vendo-o como mero espaço de passagem e não no qual pode-se exercer uma multiplicidade de atividades. Com isso, a esfera política também é varrida do espaço público cotidiano.

Deixo aqui algumas considerações, de cunho pessoal, sobre os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa. O tratamento de dados nela utilizado pode ser considerado bastante arcaico. Isso é dito, pois atualmente existe uma variedade de softwares que oferecem assistência quanto ao tratamento e cruzamento de informações na pesquisa qualitativa. Porém, o acesso a esses softwares não é difundido e nem facilitado para a execução das pesquisas no Brasil, especialmente devido a seu alto custo e ao desinteresse de algumas instituições na sua aquisição. Realidade infeliz, uma vez que seu uso poderia acelerar algumas fases de pesquisa.

Como pesquisa baseada predominantemente em dados primários, o alcance dela e algumas de suas conclusões são embrionárias. Isso não significa, porém, que seus resultados não sejam relevantes, mas que, diferente de outras pesquisas exploratórias documentais, a quantidade de dados sobre o objeto de estudo no espaço do Centro de Curitiba ainda é limitada. E é por essa razão que se considera que nela existem dados importantes, os quais contribuem para ampliar as informações, e por consequência, as discussões sobre o tema. Assim, acredita-se que da pesquisa apresentada possam-se desprender muitas outras que tenham como suporte os dados aqui apresentados. Temas como territorialização de populações em situação de rua ou segurança pública podem ser relacionados com as incursões por controle espacial, por exemplo. Pode-se ainda adicionar níveis qualitativos às classificações aqui apresentadas, detalhando melhor o tipo de local onde elas se encontram ou determinando graus de restrição e hostilidade que os elementos hostis impõem. Cabe ainda um aprofundamento sobre a qualidade espacial baseada na utilização do espaço e comportamento dos indivíduos. Com estudos baseados, ao contrário do apresentado aqui, em observação direta dos usuários do espaço público nas áreas centrais.

REFERÊNCIAS

- AGUILERA, A. V. *Power, Territory, and Social Control of Space in Latin America*. **Latin American Perspectives**, Issue 189, v. 40 n. 2, p. 21-34, 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23466020>. Acesso em: 19 nov 2018.
- ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- ALBUQUERQUE, T. S. **Geografia da população em situação de rua: mudanças na distribuição espacial na cidade de São Paulo nos anos 2009 – 2014**. In: ANAIS XVII ENANPUR 2017, 2017. São Paulo.
- ARAGAO, A. C. T. P. **Arquitetura do Medo em Fortaleza**. 165 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.
- ATKINSON, R.; BLANDY, S. *Panic Rooms: The Rise of Defensive Homeownership*. **Housing Studies**. v. 22, n. 4, p. 443-458, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02673030701387580>. Acesso em: 19 nov 2018.
- AUGÉ, M. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- BALDOW, G.B.; FERRAZ, S. M. T.; MACHADO, B.A. **Arquitetura da violência: segurança e mercado numa cidade transparente**. ANAIS XV ENANPUR. 20 a 24 de maio 2013. Recife. 13 páginas.
- BATISTA, V. M. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA** (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira), no 65, ano VII, maio 2012.
- BERGAMASCHI, M.; CASTRIGNANÒ, M.; DE RUBERTIS, P. *The homeless and public space: urban policy and exclusion in Bologna*. **Revue Interventions économiques**, n. 51, 2014. Disponível em <<http://interventionseconomiques.revues.org/2441>>. Acesso em 02 de novembro de 2017.
- BONDARUK, R. L. **A prevenção do crime através do Desenho Urbano**. Curitiba: Edição do autor, 2007.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. (3ª ed) Ed. 34; Edusp, 2011 (2000).

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE CURITIBA, PR. **Atlas de desenvolvimento humano do Brasil de 2013**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/curitiba_pr>. Acesso em: março de 2020.

CARMO, J.C.B. **A permanência de estruturas urbanas e a construção do conceito de cidade na abordagem geográfica. Reflexões sobre o planejamento urbano da cidade de Curitiba**. 122 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2011.

CARMONA, M. *Contemporary Public Space: Critique and Classification, Part One: Critique*. **Journal of Urban Design**, v. 15. N. 1, Fev. 2010, p. 123-148

CRUZ, L. M. da. **Morfologias urbanas do medo: a materialização da (in) segurança em bairros nobres do Recife**. 103 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2010.

CURITIBA. Decreto no. 855, de 02 de dezembro de 1975. Dispõe sobre os Setores Estruturais Especiais. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, 10 dez. 1975.

_____. Decreto no. 408, de 15 de julho de 1976. Altera e dá nova redação ao Decreto no. 855/75, que dispõe sobre os Setores Estruturais Especiais. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, 21 jul. 1976.

_____. Decreto nº 190, de 03 de abril de 2000. Dispõe sobre os critérios de uso e ocupação do Plano Massa nos setores especiais estruturais, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, 03 abr. 2000.

_____. Lei nº 11.266, de 16 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a adequação do plano diretor de Curitiba ao estatuto da cidade - lei federal nº 10.257/01, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do município. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, 25 dez. 2004.

_____. Lei nº 14.771, de 17 de dezembro de 2015. Dispõe sobre a revisão do Plano Diretor de Curitiba de acordo com o disposto no art. 40, § 3º, do Estatuto da Cidade, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, 17 dez. 2015.

_____. Lei nº 15.511, de 10 de outubro de 2019. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no Município de Curitiba e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Curitiba, PR, 11 out. 2019.

CURITIBA. PREFEITURA MUNICIPAL. **Plano Municipal de Segurança e Defesa Social**. FGV – Fundação Getúlio Vargas, 2008.

DAVIS, M. **City of Quartz: Excavating the future in Los Angeles**. Nova Iorque: Verso, 1990.

DAVIS, M. **Fortress Los Angeles: The Militarization of Urban Space**. In. SORKIN, Michael. *Variations on a Theme Park: the new American City and the end of public space*. Nova Iorque: Hill and Wang, 1992.

DAVIS, M. **Ecologia do Medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

DE FINE LICHT, K. P. (2017). *Hostile urban architecture: A critical discussion of the seemingly offensive art of keeping people away*. **Etikk I Praksis - Nordic Journal of Applied Ethics**, v.11, n 2, p. 27-44, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5324/eip.v11i2.205>. Acesso em 21 de junho de 2019.

DUARTE, O.; GUINSKI, L. A. **Imagens da Evolução de Curitiba**. Curitiba: O. Duarte, 2002.

DUDEQUE. I. T. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

DUNEIER, M. **Sidewalk**. Nova Iorque: Farrar, Straus and Giroux, 1999.

DZIURA, G. L. **Permeabilidade especial e zelo urbanístico no projeto arquitetônico: da modernidade à Pós-modernidade nos edifícios funcionais do Eixo Estrutural Sul de Curitiba**. 465 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

ELFORT, A. **Anti-sites**. In. SAVICIC G.; SAVIC S. *Unpleasant Design*. Berlim: G.L.O.R.I.A Publishing, 2013.

ELLIN, N. **Architecture of Fear**. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1997.

ESTADO DO PARANÁ. Secretaria do Estado de Segurança Pública. Centro de Análise, Planejamento e Estatística. **Relatório estatístico criminal quantitativo de vítimas de crimes relativos à morte 2019 no Paraná, segundo municípios e Curitiba, segundo bairros**. Estado do Paraná, 2020.

FARIA, D. R.. **Da Generosidade à Hostilidade: Arquitetura Hostil Nas Galerias Da Avenida Sete De Setembro**. In: Alessandro Filla Rosaneli. (Org.). *Olhares Pelo Espaço Público*. 1ed. Curitiba: Setor de Tecnologia da UFPR, 2019, v. 1, p. 230-252.

FERRAZ, S.M.T. et al. *Arquitetura da violência: A arquitetura antimendigo como eureka da regeneração urbana*. **Movimento Revista de Educação**, Rio de Janeiro, ano 2, num. 3, 2015. Disponível em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/264>>. Acesso em 20 agosto de 2017.

FIRMINO, R. J. *Securitização, Vigilância e Territorialização em Espaços Públicos na Cidade Neoliberal*. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo** (on line), v. 15, p. 23-35, 2017.

FIRMINO, R. J. *Connected and Controlled: Surveillance, Security, and Cities*. **LA (Landscape Architecture Plus)**, v. 3, p. 42-49, 2016

FLUSTY, S. **Building Paranoia : The Proliferation of Interdictory Space and the Erosion of Spatial Justice**. Los Angeles. In. ELLIN, N. *Architecture of Fear*. Nova Iorque: Princeton Architectural Press, 1997.

FORTUNA, C. Culturas urbanas e espaços públicos: Sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 123–148, 2002.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Medo da violência e apoio ao autoritarismo no Brasil: Índices de propensão ao apoio de posições autoritárias**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.

GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. Washington (EUA):Island Press, 2011.

GADENS, L. N. **O processo de degradação física das áreas centrais e sua relação com a dinâmica urbana: estudo de caso em Curitiba**. 150 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

GNOATO, L. S. Curitiba, cidade do amanhã: 40 depois. *Arquitextos*, São Paulo, ano 06, n. 072.01, **Vitruvius**, maio 2006. <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.072/351>> Acesso em 24 de julho de 2018.

GRAHAM, S.; MARVIN, S. **Splintering Urbanism: Networked Infrastructures, Technological Mobilities, and the Urban Condition**. Londres: Routledge, 2001.

GRAHAM, S. **Cities Under Siege: the new military urbanism**. Londres: Verso, 2011.

GUMPERT, G.; DRUCKER, S. *The mediated home in the global village*. **Communication Research**. v. 25, n. 4, p. 422-438. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/009365098025004005>. Acesso em 18 jun. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro, 2010.. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/sinopse>>. Acesso em 15 junho 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. **Atividades Econômicas (Estabelecimentos) Liberadas pela Prefeitura no Centro em Nov/2010**. Curitiba em dados. Disponível em: <<http://curitibaemdados.ippuc.org.br>>. Acesso em: 08 mai. 2020.

_____. **Nosso Bairro: Centro**. Lucimara Wons, Coord. Curitiba: IPPUC, 2015.

_____. **Equipamentos de Cultura do Município de Curitiba**. IPPUC, 2018. Disponível em: <https://ippuc.org.br/visualizar.php?doc=https://ippuc.org.br/arquivos/site/documentos/D597/D597_001_BR.pdf>. Acesso em junho de 2020.

_____. **Zoneamento. Mapa anexo à Lei N° 15.511 de 2019**. IPPUC, 2019. Disponível em: <https://ippuc.org.br/visualizar.php?doc=https://ippuc.org.br/arquivos/site/documentos/D352/D352_010_BR.pdf>. Acesso em jun. de 2020.

INNERARITY, D. **O novo espaço público**. Lisboa: Teorema, 2010.

JACOBS, A. **Looking at cities**. Harvard University Press, 1985.

JACOBS, J. **The death and life of great American cities**. Nova Iorque: Vintage Books, 1992.

KERN, L. *Selling the 'scary city': gendering freedom, fear and condominium development in the neoliberal city*. **Social & Cultural Geography**. v. 11 n. 3, p. 209-230, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14649361003637174>. Acesso em: 19 nov 2018.

KILIAN, T. **Public and private, power and space**, in: A. Light & J. M. Smith (Eds) *Philosophy and Geography II: The Production of Public Space*, pp. 115–134. Oxford: Lanham, Md: Rowman&Littlefield, 1998.

KNOBLANCH, J. *The Economy of Fear: Oscar Newman Launches Crime Prevention through Urban Design (1969–197x)*, **Architectural Theory Review**, vol 19 no 3, 336-354, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13264826.2014.1036492>. Acesso em: 19 nov 2018.

LIRA, P. S. **Geografia do crime e arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas** (2ª ed). Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2017

LOCKTON, D. **Interview with Dan Lockton**. In. SAVICIC G.; SAVIC S. *Unpleasant Design*. Berlim: G.L.O.R.I.A Publishing, 2013.

LOW, S.; SMITH, N. **The politics of public space**. Nova Iorque: Taylor & Francis Group, 2006.

LUDOVICI, A. *Fear, Space and Urban Planning*. **Finisterra**. v. LII, n. 104, p. 105 -108, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis10787>. Acesso em: 19 nov 2018.

LYNCH, K.; HACK, G. **Site Planning**. MIT Press, 1984.

MACIEL, C. A. A.; BARBOSA, D. T. **Por uma geografia política e cultural dos espaços públicos cotidianos**. ENANPUR – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 15, 2013, Recife.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINS, P. C. G. **Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. Em: NOVAIS, F. A.; SEVCENKO, N. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo Companhia das Letras, 1998.

MILLARCH, A. No crescimento das superlojas muda a fisionomia da cidade. **Jornal Estado do Paraná**. Curitiba, p.11, 11 nov. 1980.

MINTON, A. **Ground Control. Fear and Happiness in the Twenty-First-Century City**. Londres: Penguin Books, 2012.

- MINTON, A. *The Paradox of Safety and Fear: Security in Public Space*. Architectural Design. v. 88, n 3, p. 84-91, Maio/Junho 2018
- MITCHELL, D. *The Right to the city. Social justice and the fight for public space*. Nova Iorque: The Guilford Press, 2003.
- MORACE, F.; FELDMAN, H.S. **Happy Citizenship. Elevating Security & Eliminating Fear in the Urban Environment**. In. SAVICIC G.; SAVIC S. *Unpleasant Design*. Berlim: G.L.O.R.I.A Publishing, 2013.
- NACIF, C. L.; CARDOSO, D. da C.; RIBEIRO, M. B.. **Estado de choque: legislação e conflito no Espaço Público da cidade do Rio de Janeiro - Brasil (1993-2010)**. ENANPUR – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 14., 2011, Rio de Janeiro.
- NEWMAN, O. *Defensible Space: Crime Prevention through Urban Design*. Nova Iorque: Macmillan Publishing, 1973.
- PECHMAN, R. M. **O urbano fora do lugar? Transferências e traduções das ideias urbanísticas nos anos 20**. Em: RIBEIRO, L. C. de Q. e PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p.331-362.
- PETTY, J. *The London spikes controversy: Homelessness, urban securitisation and the question of 'hostile architecture'*. *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy*, v. 5, n 1, p. 67-81, 2016.
- PREFEITURA DE CURITIBA. Portal prefeitura de Curitiba. **Viaduto Capanema ganha flores e plantas**. Curitiba, 2015. Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/viaduto-do-capanema-ganha-floreira-e-plantas/35352> > . Acesso em 08 nov. de 2017.
- OBA, L. T. **Cidade grifada: Curitiba e seus eixos estruturais**. Trabalho apresentado no ENCONTRO ANUAL ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE – ANPPAS, 2., Campinas, 2004.
- OLIVEIRA, J. R. A rua na pobreza e a pobreza na rua. Um estudo das relações entre moradores de rua e espaço urbano. *Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 169.02, **Vitruvius**, jun. 2014 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.169/5223>>.
- OLIVEIRA, P. C. **A violência e o medo na configuração socioespacial do bairro do Ibura de Cima (COHAB), Recife – PE**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Recife, 2013.
- QUEIROGA, E.F. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros**. 284 p. Tese (Livre Docência - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- RIBEIRO, A. C. T. **A força do passado. Nem tudo que é sólido desmancha no ar**. In. FELDMAN, S. e FERNANDES, A.. O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões e conflitos. Salvador: EDUFBA, 2007.

ROSANELI, A. F. ; DALMOLIN, G. H. ; FARIA, D. R. . **O conceito de espaço público: sucinta revisão de literatura em artigos dos ENANPUR**. ENANPUR – ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal.

SANCHES, F. A reinvenção das cidades na virada de século: agentes, estratégias e escalas de ação política. **Revista de Sociologia E Política**, n 16, p. 31-49, jun. 2001

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. (5ª ed.) São Paulo: Edusp, 2018.

SANTOS JR., L. L. **Territórios, Medos E Muros: Os Redutos De Segurança Em Casa Forte**. 125f f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

SANTO NETO, J. M. **Arquitetura do medo e seus reflexos no espaço urbano de Feira de Santana: o caso do bairro Santo Antônio dos Prazeres**. 244 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SAVICIC G.; SAVIC S. **Unpleasant Design**. Berlim: G.L.O.R.I.A Publishing, 2013.

SCHINDLER, Sarah. *Architectural exclusion: Discrimination and segregation through physical design of the built environment*. **Yale Law Journal**, v. 19, n 124, p. 1934-2024, 2015. Disponível em: <https://www.yalelawjournal.org/article/architectural-exclusion>. Acesso em 16 abr. 2019.

SMITH, N.; WALTERS, P. *Defensive lines and defensive architecture in modern urban environments*. **Urban Studies**. v. 55, n.13, p. 2980–2995, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0042098017732690>. Acesso em: 18 nov. 2018.

SORKIN, M. **Variation on a theme park: the new American city and the end of public space**. Nova Iorque: Hill & Wang, 1992

SOUZA, M.L. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

TAKEUCHI, W. C. Mais do Terminal Guadalupe. **Blog Circulando por Curitiba**, 2007. Disponível em <http://www.circulandoporcuritiba.com.br/2017/04/mais-do-terminal-do-guadalupe.html>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

TAVARES, D. A. **Arquitetura do medo: memórias da paz e o cotidiano da insegurança no bairro da Sacramento**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

TUAN, Yi-fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel, 1998.

WACQUANT, L. **La penalización de la miseria. De la importación de políticas de seguridad**. *Renglones, revista del ITESO*, n.51, p. 6-12, 2002. Disponível em:

<http://hdl.handle.net/11117/397>. Acesso em: 17 jan. 2019.

WACQUANT, L. *The militarization of urban marginality: lessons from the Brazilian metropolis*. ***International Political Sociology***. n. 2, p. 56–74, 2008. Disponível: https://doi.org/10.1057/9780230354531_6. Acesso em: 18 nov. 2018.

WHYTE, W. H. *The social life of small urban spaces*. Nova Iorque: *Project for Public Spaces*, 2001.

YIN, R. K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZEISEL, J. *Inquiry by Design. Environmental/Behavior/Neuroscience in Architecture, Interiors, Landscape, and Planning*. New York: W. W. Norton & Company, 2006.

ANEXO 1 – RESPOSTA DA FAS SOBRE POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA



INFORMAÇÃO

Protocolo nº 74-001107/2019

Curitiba, 01 de agosto de 2019.

De: Assessoria Técnica de Planejamento e Gestão Estratégica – Coordenação de Vigilância Socioassistencial

Para: Secretaria Geral – Sigla FAS5

Assunto: Dados sobre pessoas em situação de rua

Tendo por objetivo atender a pesquisadora Débora Raquel Faria, enviamos os dados a seguir:

- Item 1: "... dados, sobre os lugares (com) maior concentração e recorrência de população em situação de rua na cidade..."

Bairros com maior concentração de população em situação de rua, com base no local de cadastramento (1):

| Bairro | Percentual |
|---------------------|------------|
| Centro | 42,8% |
| Boqueirão | 8,7% |
| Sítio Cercado | 7,1% |
| Jardim Botânico | 5,8% |
| Rebouças | 5,6% |
| CIC | 4,0% |
| Portão | 3,2% |
| Capão Raso | 2,7% |
| Campina do Siqueira | 2,3% |
| Pinheirinho | 2,0% |

(1) Dados do Cadastro Único, base extraída em 18/05/2019.



RELATÓRIO DE ANÁLISE CRIMINAL
(JANEIRO A DEZEMBRO DE 2019)

CAPE – CENTRO DE ANÁLISE, PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA

Jerry Adriani Favaro – Investigador PCPR
Analista Criminal

ESTADO DO PARANÁ
SESP-PR - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
CAPE – CENTRO DE ANÁLISE, PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA



Introdução:

O objetivo deste relatório é apresentar um panorama estatístico do quantitativo de ocorrências de furto e roubo por bairro no município de Curitiba no ano de 2019.

Informamos que para os dados referentes a homicídios por bairros no município de Curitiba, esses podem ser acessados através do link abaixo.

Constantemente, por ocasião da consolidação de relatórios periódicos os números poderão sofrer correções devido a desclassificações de tipos penais e ou registros extemporâneos de novos eventos (Nota Técnica nº 001/2008).

A fonte de dados para a análise estatística é oriundo do Boletim de Ocorrências Unificado – BOU – Business Intelligence - BI.

Notas técnicas : <http://www.seguranca.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>

Homicídios por bairros no município de Curitiba:

http://www.seguranca.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/relatorio_mortes_pr_2019.pdf

TABELA 1 - QUANTITATIVO DE OCORRÊNCIAS DE FURTO E ROUBO POR BAIRRO NO MUNICÍPIO DE CURITIBA NO ANO DE 2019 - CAPE/SESP.

| BAIRRO | FURTO | ROUBO | TOTA DE OCORRÊNCIAS |
|-------------------|-------|-------|---------------------|
| CENTRO | 6.389 | 2.863 | 9.252 |
| CIDADE INDUSTRIAL | 1.750 | 1.454 | 3.204 |
| SITIO CERCADO | 1.387 | 1.169 | 2.556 |
| PORTAO | 1.510 | 699 | 2.209 |
| CAJURU | 1.167 | 763 | 1.930 |
| AGUA VERDE | 1.290 | 606 | 1.896 |
| BOQUEIRAO | 955 | 683 | 1.638 |
| PINHEIRINHO | 933 | 644 | 1.577 |
| TATUQUARA | 858 | 554 | 1.412 |
| REBOUCAS | 816 | 482 | 1.298 |
| XAXIM | 642 | 491 | 1.133 |

| | | | |
|---------------------|--------------|--------------|----------------------------|
| HAUER | 646 | 446 | 1.092 |
| NOVO MUNDO | 672 | 408 | 1.080 |
| BATEL | 723 | 323 | 1.046 |
| CAPAO RASO | 597 | 423 | 1.020 |
| UBERABA | 568 | 440 | 1.008 |
| BIGORRILHO | 545 | 210 | 755 |
| JARDIM BOTANICO | 488 | 263 | 751 |
| MERCES | 507 | 177 | 684 |
| FAZENDINHA | 375 | 295 | 670 |
| ALTO BOQUEIRAO | 321 | 342 | 663 |
| CRISTO REI | 403 | 242 | 645 |
| BOA VISTA | 408 | 211 | 619 |
| ALTO DA RUA XV | 368 | 243 | 611 |
| SANTA FELICIDADE | 395 | 193 | 588 |
| SAO FRANCISCO | 413 | 169 | 582 |
| JARDIM DAS AMERICAS | 359 | 214 | 573 |
| BAIRRO ALTO | 316 | 251 | 567 |
| PAROLIN | 319 | 240 | 559 |
| BACACHERI | 350 | 196 | 546 |
| SANTA CANDIDA | 304 | 223 | 527 |
| CAPAO DA IMBUIA | 305 | 208 | 513 |
| CAMPO COMPRIDO | 337 | 169 | 506 |
| CAMPO DE SANTANA | 269 | 222 | 491 |
| CENTRO CIVICO | 312 | 156 | 468 |
| GUAIRA | 260 | 181 | 441 |
| CABRAL | 299 | 140 | 439 |
| PILARZINHO | 257 | 143 | 400 |
| JUVEVE | 267 | 131 | 398 |
| UMBARA | 172 | 206 | 378 |
| PRADO VELHO | 241 | 126 | 367 |
| ALTO DA GLORIA | 285 | 80 | 365 |
| SANTA QUITERIA | 221 | 143 | 364 |
| BAIRRO | FURTO | ROUBO | TOTA DE OCORRÊNCIAS |
| TARUMA | 267 | 93 | 360 |
| FANNY | 184 | 163 | 347 |
| SAO BRAZ | 186 | 152 | 338 |
| VILA IZABEL | 214 | 120 | 334 |
| AHU | 203 | 105 | 308 |
| MOSSUNGUE | 236 | 63 | 299 |
| CAMPINA DO SIQUEIRA | 183 | 73 | 256 |
| BARREIRINHA | 145 | 110 | 255 |
| ATUBA | 152 | 98 | 250 |
| GUABIROTUBA | 124 | 117 | 241 |
| SEMINARIO | 147 | 77 | 224 |
| BOM RETIRO | 163 | 55 | 218 |
| LINDOIA | 93 | 115 | 208 |
| TINGUI | 110 | 78 | 188 |
| ABRANCHES | 112 | 74 | 186 |
| HUGO LANGE | 93 | 81 | 174 |
| GANCHINHO | 92 | 80 | 172 |
| JARDIM SOCIAL | 80 | 69 | 149 |

| | | | |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| ORLEANS | 68 | 79 | 147 |
| BUTIATUVINHA | 76 | 50 | 126 |
| SAO LOURENCO | 68 | 52 | 120 |
| SANTO INACIO | 69 | 41 | 110 |
| VISTA ALEGRE | 75 | 29 | 104 |
| CACHOEIRA | 32 | 35 | 67 |
| TABOAO | 29 | 15 | 44 |
| CAXIMBA | 19 | 19 | 38 |
| AUGUSTA | 30 | 6 | 36 |
| SAO JOAO | 14 | 4 | 18 |
| CASCATINHA | 11 | 5 | 16 |
| SAO MIGUEL | 8 | 5 | 13 |
| RIVIERA | 3 | 8 | 11 |
| LAMENHA PEQUENA | 6 | 3 | 9 |
| INDETERMINADO | 4.548 | 29 | 4.577 |
| TOTAL GERAL | 37.839 | 19.925 | 57.764 |

Fonte: Boletim de Ocorrências Unificado - BOU - Business Intelligence - BI

Dados: Extraídos em 06/07/2020 às 10:50

T: JAF